



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
Rua Benjamin Constant, 1286 - Bairro Aparecida, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: 34 3218-2910 - www.faeфи.ufu.br - faefi@ufu.br



CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**UBERLÂNDIA
2022**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
Rua Benjamin Constant, 1286 - Bairro Aparecida, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: 34 3218-2910 - www.faeфи.ufu.br - faefi@ufu.br



CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

REITOR

Prof. Dr. Valder Steffen Júnior

VICE-REITOR

Prof. Dr. Carlos Henrique Martins da Silva

PRO-REITORA DE GRADUAÇÃO

Profª Drª Kárem Cristina de Sousa Ribeiro

PRO-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dr. Helder Eterno da Silveira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. Darizon Alves de Andrade

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Prof Dr. Márcio Magno Costa

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Dra. Elaine Saraiva Calderari

DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA

Prof. Dr. Marcos Seizo Kishi

COORDENADORES DOS CURSOS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Prof. Dr. Cristiano Lino Monteiro de Barros

Prof. Dr. Sérgio Inácio Nunes



SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO	6
2.	ENDEREÇOS	6
3.	APRESENTAÇÃO	7
4.	JUSTIFICATIVA	8
4.1.	Percurso histórico do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia.....	8
4.2.	Reformulações Curriculares do Curso de Educação Física da UFU	9
5.	PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS	27
5.1.	Qualidade de ensino e autonomia universitária: valores que orientam a ação acadêmica.....	30
5.2.	Inserção social: uma universidade em sintonia permanente com a sociedade.....	30
5.3.	Ensino, pesquisa e extensão: a necessária indissociabilidade.....	31
5.4.	Interdisciplinaridade como forma de propiciar o diálogo entre os conhecimentos	31
5.5.	Flexibilidade de organização curricular para imprimir dinamicidade à formação.....	32
5.6.	Rigorous trato teórico-prático, histórico e metodológico no processo de elaboração e socialização dos conhecimentos.....	33
5.7.	Ética como referencial para a identidade do curso.....	34
5.8.	Avaliação emancipatória: expressão de um novo paradigma para a educação superior	34
6.	CARACTERIZAÇÃO DO EGRESSO	36



7.	OBJETIVOS DO CURSO	41
7.1.	Objetivo geral.....	41
7.2.	Objetivos específicos.....	41
8.	ESTRUTURA CURRICULAR.....	42
8.1.	Atividades Curriculares de Extensão	43
8.2.	Estrutura curricular do Curso de Graduação em Educação Física da FAEFI/UFU.....	47
8.3.	Disciplinas da Etapa Específica – grau Licenciatura.....	51
8.4.	Disciplinas da Etapa Específica – grau Bacharelado.....	52
8.5.	Disciplinas Optativas – Licenciatura.....	53
8.6.	Disciplinas Optativas – Licenciatura e bacharelado.....	53
8.7.	Pré-requisitos entre componentes curriculares – Licenciatura.....	56
8.8.	Pré-requisitos entre componentes curriculares – Bacharelado	59
8.9.	Internacionalização na Graduação	66
8.10.	Permanência de vínculo.....	65
8.11.	Requisitos legais e normativos	66
8.12.	Estágio Supervisionado	69
8.13.	Estágio não obrigatório.....	70
8.14.	Trabalho de Conclusão de Curso.....	70
8.15.	Atividades Acadêmicas Complementares	70



8.16.	A Prática como Componente Curricular no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física, grau Licenciatura da FAEFI/UFU.....	73
8.17.	Diretrizes gerais para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	76
8.18.	Diretrizes gerais das Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares) do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física, Grau Licenciatura da FAEFI/UFU.....	77
8.19.	Transição curricular.....	83
9.	DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DO ENSINO	87
10.	ATENÇÃO AO ESTUDANTE.....	88
10.1.	Projetos, programas e Ações Extensionistas ofertados pela FAEFI.....	88
10.2.	Projetos e programas na área da Pesquisa ofertados pela FAEFI	88
10.3.	Projetos e programas na área da Ensino ofertados pela FAEFI	89
10.4.	Setor de apoio ao professor e ao aluno da FAEFI	89
11.	PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO CURSO	91
11.1.	Avaliação da aprendizagem dos estudantes.....	91
11.2.	Avaliação do curso.....	92
11.3.	Atuação do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE).....	93
11.4.	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).....	94
12.	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	94
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
14.	REFERÊNCIAS	95



1. IDENTIFICAÇÃO

- DENOMINAÇÃO DO CURSO: Graduação em Educação Física
- GRAU: Licenciatura e Bacharelado
- MODALIDADE OFERECIDA: Presencial.
- TITULAÇÃO CONFERIDA: Graduado/a em Educação Física
- CARGA HORÁRIA: Licenciatura: **3365** horas; Bacharelado: **3340** horas.
- DURAÇÃO DO CURSO: quatro anos.
- Tempo Mínimo para Integralização: quatro anos.
- Tempo Máximo para Integralização: seis anos.
- PORTARIA DE RECONHECIMENTO DOS CURSOS:
 - Licenciatura: Portaria MEC/SERES nº921 de 27/12/2018, publicada no DOU de 28/12/2018.
 - Bacharelado: Portaria nº 619 MEC/SESu, de 17/03/2011 - D.O.U. 21/03/2011.
- REGIME ACADÊMICO: semestral.
- INGRESSO: semestral.
- TURNO DE OFERTA: integral.
- NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS: 40 vagas semestrais.

2. ENDEREÇOS

- a. DA INSTITUIÇÃO: Av. João Naves de Ávila 2121 - Campus Santa Mônica – Uberlândia, MG - CEP 38408-100.
- b. DA UNIDADE ACADÊMICA: Rua Benjamin Constant, 1286 - Bairro Aparecida -CEP: 38.400-678 - Uberlândia-MG. e-mail: faefi@ufu.br Telefone: (34)3218-2910.
- c. A COORDENAÇÃO DE CURSO: Rua Benjamin Constant, 1286 - Bairro Aparecida,CEP: 38.400-678 - Uberlândia-MG. e-mail: / colef@ufu.br Telefone: (34)3218-2914.

3. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (PPC/FAEFI/UFU) tem como finalidade apresentar as bases normativas, os princípios, as Diretrizes e os fundamentos teórico-metodológicos que justificam o referido curso, incluindo a sua matriz curricular.

A elaboração desta proposta foi conduzida pelo Núcleo Docente Estruturante e unificado do curso de graduação em Educação Física (licenciatura e Bacharelado), criado pela Portaria Dirfaefi nº 21/2020 de 18 de agosto de 2020. Até essa data haviam dois NDEs separados, um da licenciatura e outro do bacharelado.

O **NDE unificado** foi composto pelos/as seguintes docentes: Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox (Presidente do NDE), Prof. Dr. Cristiano Lino Monteiro de Barros, Prof^a Dr^a Gabriela Machado Ribeiro, Prof. Dr. João Elias Dias Nunes, Prof. Dr. Luciano Fernandes Crozara, Prof^a Dr^a Marina Ferreira de Souza Antunes, Prof^a Dr^a Nádia Carla Cheik e Prof. Dr. Sérgio Inácio Nunes.

Uma vez finalizado o PPC por parte do NDE, o documento foi encaminhado para análise e aprovação aos respectivos colegiados de curso vigentes na FAEFI até o ano de 2022, constituídos pelos seguintes membros:

O **Colegiado do Curso de Educação Física – Grau Licenciatura** está composto pelos seguintes membros: Gabriela Machado Ribeiro, Marina Ferreira de Souza Antunes, Solange Rodovalho Lima, Sérgio Inácio Nunes (Presidente), Vagner Matias do Prado, a estudante Victória Oliveira Modesto e Ana Paula Medina (secretária).

- O **Colegiado do Curso de Educação Física – Grau Bacharelado** está assim constituído: Cristiano Lino Monteiro de Barros (Presidente), Guilherme Gularte De Agostini, Guilherme Morais Puga, João Elias Dias Nunes, Ricardo Drews e Rowzemberg Ferreira Vanderlei (Secretário).

Do ponto de vista metodológico, o projeto foi construído tendo como referência os seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96); Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (Resolução 06/2018); Diretrizes Curriculares para Formação de Docentes (DCNs); Resolução Nº 07/2018, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, que determinou as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira “Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação”, bem como as “Orientações Gerais para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação e do Projeto Institucional de Formação” e o “Desenvolvimento do Profissional da Educação” da UFU que constam, respectivamente, na Resolução nº 46/2022 do Conselho de Graduação (Congrad) e a Resolução nº 32/2017 do Conselho Universitário (Consun).

O presente projeto pedagógico de curso iniciar-se-a a partir no primeiro semestre do ano de 2023.

4. JUSTIFICATIVA

4.1 Percurso histórico do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia

De acordo com Mendes (1999), o curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia foi implementado em dezembro de 1971, logo após ter sido concluído o processo de unificação das faculdades isoladas da cidade, que deu origem à Universidade de Uberlândia (UnU).

A criação da Escola Superior de Educação Física em Uberlândia, foi resultado de uma série de interesses políticos locais e regionais vizinhas ao município e a exigência legal da obrigatoriedade deste componente curricular em todos os níveis de ensino (LIMA, 2000). Sua implantação foi considerada um elemento de desenvolvimento e progresso tanto para a cidade quanto para o próprio Estado de Minas Gerais, visto que essa instituição atenderia um entorno de aproximadamente quatrocentos quilômetros.

A Escola Superior de Educação Física foi criada pela Lei Estadual n°. 4.257, de setembro de 1966 e autorizada a funcionar pelo Decreto n° 6.053, de 11/12/71 (LIMA, 2000).

As atividades acadêmicas do curso iniciaram-se em fevereiro de 1972, após a realização de um vestibular unificado com as Faculdades de Odontologia e Medicina Veterinária. Nesse mesmo ano, em conformidade com a Lei Estadual n°. 6.053, de 11/12/72, a Escola foi integrada à Universidade de Uberlândia (UnU), contando com recursos financeiros oriundos do orçamento estadual e de anuidades escolares.

Segundo Lima (2000), para viabilizar o funcionamento do curso, a UnU adquiriu, com a contribuição financeira da Prefeitura Municipal de Uberlândia a “Praça de Esportes”, que pertencia ao senhor Napoleão Carneiro, área de aproximadamente 55 mil metros quadrados, localizada numa região central da cidade de Uberlândia. A referida praça constituiu-se no Centro Esportivo “Clarimundo Carneiro”.

O funcionamento da Escola de Educação Física começou com dezesseis docentes, sendo cinco formados em Medicina, um em Direito, dois em Pedagogia, dois em Letras, um em Biologia e seis em Educação Física (LIMA, 2000).

O curso de Educação Física foi organizado em três departamentos: 1) Cultura Física, contendo disciplinas de conteúdos específicos da área; 2) Cultura Básica, com disciplinas ligadas aos aspectos biológico e fisiológico, e 3) Educação e Cultura Geral, que era constituído por disciplinas didático-pedagógicas (LIMA, 2000).

De acordo com Lima (2000) a estrutura curricular do curso de Educação Física teve uma carga curricular inicial de 2.240 horas divididas em três anos letivos.

4.2 Reformulações Curriculares do Curso de Educação Física da UFU

Lima (2000) afirma que desde sua origem, o curso de Educação Física da UFU passou por várias reformulações. A primeira delas ocorreu ainda nos anos de 1970, no contexto do processo de reforma educacional exigida para os cursos de licenciatura, baseados em Diretrizes e normas promulgadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE), cuja finalidade central seria estabelecer uma unidade político-pedagógica entre os cursos de licenciatura do País, por meio da constituição de um marco regulatório das cargas horárias, dos conteúdos curriculares e, inclusive, do perfil dos egressos.

Dessa forma, a partir de 1973 a Escola de Educação Física da UnU promoveu alterações curriculares para adaptar conteúdos e cargas horárias, tanto entre as disciplinas ministradas, quanto na carga horária total do Curso de Graduação em Educação Física, grau Licenciatura passando em 1974 de 2.240 para 2.150 horas anuais (LIMA, 2000).

Segundo Lima (2000), o resultado de tais adequações a Escola de Educação Física da UnU também passou a oferecer em 1974, o Curso de Graduação em Educação Física, grau Licenciatura com a finalidade social de:

4.2.1 Formar docentes de Educação Física;

4.2.2 Difundir os conhecimentos e realizar pesquisas relativas à Educação Física e aos desportos;

4.2.3 Contribuir para a elevação do sentido social da Educação Física para a formação de cultura superior;

4.2.4 Zelar pela defesa, conservação e divulgação do patrimônio científico da Educação Física e dos Desportos;

4.2.5 Prestar serviços à comunidade.

Em 1975 o Curso de Educação Física da UnU foi oficialmente reconhecido pelo Governo Federal em 13 de maio de 1975 por meio do Decreto nº. 75.714 nas modalidades Licenciatura e Habilitação em Técnico em Desportos.

A partir de 1977 novas alterações curriculares foram realizadas dentro de um marco regulatório constituído de disciplinas obrigatórias, facultativas e de um currículo mínimo exigido pelo CFE por meio do Decreto 69/1969, assim como também o curso passou a ser ministrado no período noturno. (LIMA, 2000).

Em 1978 a UnU foi federalizada com a denominação de Universidade Federal de Uberlândia - UFU, sendo a Escola Superior de Educação Física transformada no Curso de Graduação em Educação Física (Licenciatura Plena). (LIMA, 2000).

Na época, a Educação Física debatia as noções de “formação generalista” e “especialista” no ensino superior decorrente do fato de que durante a ditadura militar e principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980, as políticas públicas nacionais procuravam debater a formação profissional para além do mundo escolar em determinadas licenciaturas. (LIMA, 2000).

No caso da Educação Física, o interesse em ampliar e disseminar entre a população a prática de atividades físicas nas esferas do lazer, da aptidão física para todos os níveis geracionais, bem como do esporte de alto rendimento e comunitário em suas várias modalidades, que incluiu, também, a população com deficiência, implicou a necessidade de se pensar e possibilitar que a formação profissional pudesse oferecer condições para os formandos atuarem nesses ambientes de trabalho. (LIMA, 2000).

Nessa conjuntura os cursos de Licenciatura Plena se voltaram para refletir a “necessidade” social de adaptarem os seus currículos para promover uma formação básica capaz de permitir que os egressos pudessem intervir profissionalmente no mundo do trabalho “não escolar” (LIMA, 2000).

No caso do Curso de Educação Física da UFU, após prevalecer no debate a ideia da promoção de uma formação generalista sem perder o foco da formação de docentes, foram promovidas reformulações curriculares que implicaram, dentre outros aspectos, a constituição de um curso em período integral com retorno às atividades no turno matutino (LIMA, 2000).

Para viabilizar a proposta da formação generalista, o CFE propôs que os cursos de Licenciatura em Educação Física deveriam oferecer formação geral e aprofundamento de conhecimentos num mínimo de 2.870 horas incluindo, como parte do processo formativo, a inclusão da prática da pesquisa, da extensão e de estágios supervisionados (LIMA, 2000).

Nesse sentido e de acordo com tais Diretrizes, o curso de Educação Física da UFU possibilitou o atendimento à comunidade em geral por meio da implantação de projetos e programas de extensão com participação dos discentes, assim como também começou a incentivar a qualificação e a prática da pesquisa entre os docentes.

A partir de 1985, o curso passou a ser desenvolvido em oito períodos (quatro anos letivos), com uma carga horária total de 2.985 horas, sendo 2.475 horas destinadas à formação básica e 510 horas para possibilitar o aprofundamento de conhecimentos em áreas específicas de acordo com um conjunto de disciplinas obrigatórias e “Complementares Eletivas” organizadas em um sistema de créditos e com uma proposta político-pedagógica de formação pautada em princípios humanistas (LIMA, 2000).

Posteriormente, tendo como finalidade central promover uma série de ajustes programáticos e estruturais relacionados com o mecanismo de ingresso ao curso, a partir do segundo semestre de 1990 foram extintas as provas práticas do vestibular, assim como também foi superada a questão de gênero no processo de ensino aprendizagem de modalidades esportivas que até então eram oferecidas separadamente em turmas masculina e feminina (LIMA, 2000).

Neste período, o curso decidiu pela implantação de um tipo de atividade curricular denominada “Ensino Vivenciado” - EV em caráter experimental, a qual somente em 1990 passou a ser incorporada oficialmente à estrutura curricular. (LIMA, 2000).

Em 1989 o curso de Educação Física promoveu novas adaptações curriculares para atender outras Diretrizes propostas pelo CFE, as quais foram oficializadas por meio do Parecer n.º. 215/87 (CFE/MEC - 87) e a Resolução 03, de 16 de julho de 1987.

Entre as principais demandas curriculares da época, o Curso de Graduação em Educação Física passou a considerar a necessidade de ampliar a formação docente para a educação infantil, além do então ensino de 1º e 2º graus. Como resultado e diante da ampliação do conhecimento relativo à formação dos futuros profissionais da Educação Física, o curso passou a organizar a sua estrutura curricular com disciplinas ofertadas em outras unidades de ensino vinculadas aos Centros Acadêmicos da UFU, o Centro de Ciências Biomédicas - CEBIM, o Centro de Ciências Humanas - CEHAR e o Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CETEC. (LIMA, 2000).

Dando continuidade aos processos de reestruturação pelos quais o Curso de Educação Física da UFU passou, o colegiado do Curso apresentou em 1995 uma nova proposta de projeto curricular ao Conselho de Departamento (LIMA, 2000).

Parte do projeto utilizou como referência um estudo de caso realizado por Munoz Palafox (1994) entre 1993 e 1994 que consistiu na realização de um levantamento de dificuldades apontadas por alunos, docentes e servidores técnicos administrativos.

De acordo com Oliveira (2002, p. 95), a partir das críticas apontadas pela comunidade, o Colegiado de Curso apresentou uma série de sugestões que apontaram, dentre outros aspectos, a necessidade de:

1. Aumentar a carga horária do curso;
2. Modificar o nome de algumas disciplinas;
3. Mudar a ordem de disciplinas na grade curricular;
4. Aumentar as opções de disciplinas optativas existentes;
5. Definir campos de estágios dentro das disciplinas;
6. Estabelecer normas para as atividades da Coordenação do Curso e do Departamento de Educação Física que constituía a estrutura orgânica da unidade;
7. Distribuir de forma equilibrada a carga horária para viabilizar a participação dos alunos em projetos de ensino, pesquisa e extensão;
8. Reorganizar as disciplinas teóricas e práticas no sentido de viabilizar uma distribuição mais adequada e abrangente da grade curricular.

Vale destacar que em 29 de setembro de 1999, com o intuito de atender ao disposto no Estatuto da Universidade Federal de Uberlândia, aprovado em 18 de dezembro de 1998 e em consonância com a resolução 03/1999 do Conselho Universitário (CONSUN) foi enviado à Reitoria o projeto de criação da unidade acadêmica denominada “Faculdade de Educação Física”, dentro do qual destaca-se o fato de que até então a unidade acadêmica já tinha organizado e realizado nove cursos de pós-graduação *Lato-sensu*, sendo seis na área de Educação Física para pessoas com Deficiência, dois na área de Reeducação Psicomotora e um na área de Treinamento Desportivo. (OLIVEIRA, 2002).

Além disso, relata-se a existência de seis núcleos de extensão e pesquisa que vinham desenvolvendo atividades nas áreas de Neuro-farmacologia, Fisiologia do Esforço, Ciências da

Saúde, Educação Física Escolar, desenvolvimento de Metodologias de Ensino e Biomecânica Desportiva. (OLIVEIRA, 2002).

Conforme Freitas (2002), ao entrar nos anos 1990, considerado a “Década da Educação”, o mundo vivenciou um aprofundamento das políticas neoliberais em resposta aos problemas colocados pela crise do desenvolvimento do capitalismo desde os anos 1970, na qual a escola teve importante papel. Particularmente a formação de docentes ganhou, nessa década, importância estratégica para a realização das reformas educativas.

Dentre as medidas adotadas pelo governo, a partir de 1995, para a adequação do Brasil à nova ordem mundial e que serviram de base para a reforma educativa temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e para a Educação Superior.

No que concerne às Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação verificamos que essas foram construídas guardando estreita relação com a reestruturação produtiva do mundo do trabalho que a globalização impôs ao Brasil e ao mundo.

Segundo Nascimento (2004) o País vivenciou nesse período um agudo esvaziamento das funções públicas do Estado sob a doutrina do “Estado Mínimo”, drásticas reduções orçamentárias nos gastos sociais como educação, saúde e segurança pública e um amplo programa de privatizações.

Nesse contexto o mundo vivenciou um processo profundo de reordenamento do mundo do trabalho capitalista em escala mundial, associado ao uso de novas tecnologias, que implicou, dentro das políticas neoliberais, a formulação e implementação de reformas educacionais em todos os níveis de ensino, assim como de políticas públicas direcionadas à ampliação e garantia do acesso à educação a todas as crianças em fase de escolarização.

Especificamente no Brasil, como parte desse processo de reforma, em 1996 foi aprovada em um ambiente de ampla mobilização e crítica ao governo da época, a nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/96 que, dentre outros aspectos, estabeleceu normas para a formulação de Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em todas as áreas de conhecimento, incluindo os cursos de formação de docentes, assim como também foi criado o Conselho Nacional de Educação - CNE com a finalidade de direcionar, entre outras atribuições, o processo de formulação de tais Diretrizes Curriculares em todos os níveis de ensino. Em resumo, esta legislação teve como finalidades:

[...] regulamentar a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino; definir os objetivos da educação nacional, os graus de escolaridade e orientar os processos formativos. Cabe ressaltar ainda, que esta legislação produziu modificações na estruturação curricular dos Cursos de Graduação. Neste aspecto em especial, a lei substituiu os chamados currículos mínimos pelas diretrizes curriculares nacionais, que apresentam os princípios gerais orientadores da formação dos diferentes profissionais e atribui às Instituições de Ensino Superior a tarefa de orientar a elaboração dos currículos de seus cursos, por meio de Projetos Pedagógicos (UFU/PROGRAD, 2006, p.11).

Como parte desse processo, coube à Secretaria de Educação Superior do MEC - SESu/MEC, iniciar em 1997 um processo de reforma direcionado para a implementação de Diretrizes Curriculares no âmbito dos cursos de graduação, definição de “Padrões de Qualidade” e estabelecimento de critérios sobre a constituição de comissões e procedimentos de avaliação e verificação dos cursos existentes em todas as áreas de conhecimento.

De acordo com Reis *et al.* (2006), segundo o artigo 22, inciso XXIV da Constituição Federal do Brasil, compete privativamente à União legislar sobre a elaboração e definição de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cuja finalidade é contribuir com o processo de democratização, humanização e universalização da educação em todos os níveis de ensino.

Entretanto, a política de reorganização institucional da educação nacional instituída a partir da polêmica criação do CNE provocou, principalmente no ensino superior, intensos debates sobre quais deveriam ser as normas reguladoras e as Diretrizes que orientavam os processos de formação profissional voltados para o século XXI.

Ao tratar das competências desse Conselho, com a promulgação da lei 9.131 de 1995 foi criada a Câmara de Educação Superior - CES/MEC com a incumbência de deliberar sobre as Diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto para os cursos de graduação.

Como resultado, foi desencadeado um processo de construção de Diretrizes curriculares para os cursos de graduação, garantindo-se especial atenção à formação superior de docentes para os ensinos, fundamental e médio.

Resultante desse debate, parte do qual se encontra materializado nos vários pareceres e resoluções emitidas sobre a temática pelo CNE, a discussão sobre o teor de tais Diretrizes trouxe à tona uma discussão relacionada às diferentes concepções, abordagens e interesses subjacentes às práticas docentes e científicas que refletiram em maior ou menor medida, tanto na definição de determinados perfis profissionais quanto na natureza da estrutura curricular desejada para promover a formação superior, considerada ideal, para o século XXI. Tudo isso, condicionado politicamente pela legislação pertinente ao tema em questão: A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBNEN 9.394/96, o Plano Nacional de Educação - PNE 10172/2001, e um conjunto de pareceres e resoluções emitidos pelo CNE, por meio de sua Câmara de Educação Superior, a partir de 1997.

No que diz respeito, especificamente à reforma educacional dos cursos de graduação em Educação Física instituída a partir das disposições legais da década de 1990, de acordo com pesquisa realizada por Reis *et al.* (2006), a elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação coube às comissões de especialistas vinculadas à SESu/MEC. Sua função seria sistematizar, debater e definir as propostas de Diretrizes Curriculares encaminhadas ao CNE para análise de mérito e decisões cabíveis (BRASIL/CNE/CES, 2004). Ainda de acordo com esses autores:

O processo de elaboração de tais diretrizes pode ser resumidamente caracterizado em 3 grandes momentos. Um primeiro momento que culminou com a elaboração do parecer nº 0.138 aprovado no mês de abril no ano de 2002, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES, seguido de uma ampla mobilização nacional contra o referido parecer (segundo momento), o qual culminou, em um terceiro momento, com a promulgação do parecer nº 0.058 de fevereiro de 2004, do CNE/CES e sua respectiva resolução normativa N° 7, de 31 de março de 2004 do CNE, que institui, oficialmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (REIS, *et al.*, 2006, p.37-38).

No que diz respeito ao parecer CNE/CES, N° 0138/2002 de 03/04/2002, este foi elaborado a partir de uma iniciativa do CNE concretizada no início do ano de 2001, que consistiu na promoção de audiências públicas com os diferentes segmentos representativos das áreas de formação profissional.

O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), que se encontrava planejando a constituição de fóruns regionais, por meio dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), com os dirigentes dos cursos de formação em Educação Física, começou a participar das audiências públicas e a articular a utilização desse canal de comunicação para promover a construção de uma proposta que objetivava, em síntese, oferecer subsídios para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

Em cada Fórum regional, coordenado pelos dirigentes do Sistema CONFEF/CREFs, foi construída uma proposta relativa às Diretrizes Curriculares, a exceção dos fóruns realizados no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, quando os dirigentes envolvidos optaram por fazer reformulações a partir do trabalho desenvolvido originalmente por uma Comissão Especial de Educação Física - COESP/EF criada no CNE, enquanto o segundo grupo optou por defender a concepção de uma licenciatura ampliada que discordava da desvinculação da formação entre licenciatura e bacharelado.

Depois da divulgação do referido parecer, durante a realização do XI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), ocorrido no dia oito de julho de 2002, foi instalado o Fórum de Dirigentes dos Cursos de Educação Física de Goiás e do Tocantins para analisar esse documento. Como resultado, além de ser fortemente criticado o parecer, deliberou-se que esse mesmo fórum intercederia junto ao CNE para revogar ou rediscutir as propostas e Diretrizes nele apontadas.

Para os dirigentes dos Cursos de Educação Física que participaram desse Fórum, o parecer apresentava, literalmente, uma proposta retrógrada, defendida pelo CONFEF, a qual, dentre outros aspectos, desconsiderava toda a produção de conhecimento acumulada nas duas últimas décadas, motivo pelo qual decidiram elaborar uma série de propostas no sentido de contribuir com o processo de discussão das diretrizes para a formação de docentes.

A seguir, a coordenação do citado Fórum, encaminhou as propostas levantadas para um Seminário ocorrido, nesse mesmo ano, na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, onde cinquenta cursos de Educação Física, de instituições públicas e privadas, representantes da Executiva

Nacional de Estudantes de Educação Física (EXNEEF) e do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), ampliaram a discussão e elaboraram contribuições consideradas relevantes para serem incorporadas às Diretrizes curriculares.

Posteriormente, durante a 54^o Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ocorrida de 07 a 12 de julho de 2002 em Goiânia/GO, o CBCE expressou seu posicionamento em relação ao parecer n^o 0138/02 do CNE/CES e, concordou com a avaliação dos eventos ocorridos anteriormente, entendendo que, de fato, o parecer citado promovia um impacto negativo no processo de formação acadêmica e profissional em nível superior, além de interferir significativamente no perfil dos pesquisadores da área de Educação Física. A tese central era de que o parecer impunha um marco limitante à adoção de conhecimentos historicamente construídos no campo científico e social da área de Educação Física, no que se refere à garantia a uma formação humana ampliada e uma intervenção contextual com novas possibilidades de mudanças da realidade¹.

Em resumo, o citado parecer reproduziu duas problemáticas que se encontram, no nosso entendimento, postas na atualidade, não somente no contexto da Educação Física, mas no próprio âmbito do atual processo de formação de docentes no Brasil:

1. A retomada de uma antiga discussão, relacionada com a identidade da área, cuja natureza político-pedagógica e científica sempre foi estritamente instrumental-tecnicista. A Educação Física é profundamente caracterizada nesse parecer como campo de intervenção profissional vinculado de forma restrita à área da saúde. Entendendo a área de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, para além da simples ausência de doença ou enfermidade, tal como preconizado pela Organização Mundial da Saúde - OMS. O citado parecer incorpora a ideia do bacharelado, associando este à formação profissional como se fosse uma “nova” concepção e proposta de organização dos cursos de graduação em Educação Física. Segundo os autores do parecer, com este tipo de proposta estava sendo atingida, substancialmente, a tradição da formação do docente e do profissional de Educação Física.
2. Por outro lado, num aspecto intimamente relacionado com o ponto anterior, o parecer CNE/CES no 0138/2002 procede, de fato, a uma “atualização” do discurso pedagógico, de base psicológica e tecnicista, ao associar as noções do aprender a conhecer, aprender a fazer, viver juntos com os outros e aprender a ser, como competências profissionais necessárias ao mundo do trabalho (DELORS, 2000)². Esta atualização foi proposta pelo MEC, a partir de um conjunto de recomendações apresentadas pelo Banco Mundial, em

¹ Este posicionamento foi explicitado em carta assinada pelo então presidente do CBCE, Prof. Dr. Lino Castellani Filho, endereçada ao então Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza no dia doze de julho de 2002.

² O discurso associado a tais noções pode ser encontrado no Relatório elaborado para a UNESCO sob coordenação de Jacques Delors, na Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI iniciado em março de 1993 e concluído em setembro de 1996.

consonância com a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, elaborada em 1998 durante a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior na UNESCO, em Paris. O problema é que na base desse discurso pedagógico renovado encontra-se um tipo de orientação ideológica destinada a promover entre os alunos dos cursos de graduação ideais pragmáticos baseados no pressuposto fenomenológico da necessidade de “aprender a aprender” (noção que engloba as ideias de “aprender a ser”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos” e “aprender a conhecer”), como fator de garantia para promover uma formação profissional de qualidade e de humanização destinada ao adequado atendimento aos indivíduos, às famílias e à comunidade. Isso, porém, sem garantir-se a criação de condições objetivas para promover uma adequada formação política do educador (REIS *et al.*, 2006).

3. Diante desses questionamentos e, em concordância com o movimento de reação contra o parecer n. 0138/2002 do CNE/CES, o CBCE enviou uma carta ao Ministro da Educação e solicitou-lhe, por meio do seu presidente, a revogação da homologação do Parecer, assim como também a abertura de discussões com as Instituições de Ensino Superior - IES - e comunidade científica com a finalidade de rever todas as Diretrizes até então apresentadas.
4. Depois de vários debates ocorridos entre os dirigentes do CNE, do Confef, dos Cursos de Graduação e do próprio CBCE, contando com a participação de especialistas e pesquisadores da área, relacionados com a formação profissional, foi proposta a elaboração de um substitutivo que alterasse significativamente o conteúdo das Diretrizes Curriculares³.
5. O Confef considerou este novo documento um verdadeiro “golpe” contra a Educação Física e discordou desse procedimento. Assim sendo, formulou severas críticas ao coordenador da Comissão de Especialistas do CNE. Entretanto, o CNE decidiu compor a nova Comissão de Especialistas, com dois representantes da área de Educação Física na SESu/MEC, um representante da Comissão de Especialistas em Educação Física do INEP, um representante do sistema Confef/CREFs e um representante do CBCE.
6. Segundo o CNE (BRASIL/CNE/CES, 2004), os trabalhos foram desenvolvidos a partir de um documento elaborado por um Grupo de Trabalho, constituído pelo Ministério do Esporte, integrado por especialistas de diferentes IES que traduziram as críticas e elaboraram uma proposta alternativa ao Parecer n° 138/2002 do CNE/CES. Esta proposta

³ O CNE e a SESu/MEC, sensíveis a todas as manifestações, não publicaram a resolução e o MEC, por ato do Ministro de Estado de Educação, nomeou uma nova Comissão (Portaria n° 1.985 - DOU de 21/07/2003) com a incumbência de “analisar e propor reformulações a respeito das premissas conceituais”, do rol prescritivo das competências e habilidades e da estrutura curricular dos campos de conhecimento e sistematizar uma nova proposta de Diretrizes Curriculares para a área, que respondesse às críticas ao Parecer CNE/CES n° 0138/02 formuladas pela comunidade, buscando a superação das divergências existentes. (BRASIL/CNE/CES, 2004).

foi apresentada e submetida a críticas em várias reuniões que contaram com a presença de diretores, de coordenadores e de representantes dos cursos de graduação em Educação Física, dentre os quais é citado o Fórum de São Lourenço, no qual estiveram presentes os dirigentes dos Conselhos de Diretores dos Cursos de Educação Física de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no dia 16/08/2003, espaço que foi considerado um marco de conciliação no sentido da definição das Diretrizes curriculares da área.

7. De posse de todas as informações, o CNE realizou nova audiência pública, em quinze de dezembro de 2003 e criou um grupo de assessoria, com as diversas entidades acadêmicas e profissionais onde, de acordo com relatório oficial, foi construído um “consenso” que originou o parecer CNE/CES N°58/2004. Esse parecer que, estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Educação Física, bem como a proposta de resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física, em nível superior de Graduação Plena (BRASIL/CNE/CES, 2004), publicada posteriormente no Diário Oficial da União em cinco de abril de 2004. (REIS *et al.*, 2006).

Dessa forma, esperava-se que, de acordo com tais Diretrizes, os cursos de graduação em Educação Física organizassem e desenvolvessem institucionalmente seus processos de reorganização e atualização curricular, de acordo com a legislação maior e as normas internas de suas respectivas IES (REIS *et al.*, 2006).

O Parecer n° 58/2004 do CNE/CES, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Educação Física, inicialmente aponta que a Educação Física caracteriza-se a partir de três dimensões interdependentes, dentre elas a dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas, a dimensão do estudo e da formação acadêmico profissional e a dimensão da intervenção acadêmico-profissional. Com base nestas, concebe-se a Educação Física do seguinte modo:

Área do conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da educação, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas, e esportivas (BRASIL, 2004, p. 9).

Ao tratar do perfil acadêmico-profissional do graduado em Educação Física, o referido documento evidencia que o curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação

acadêmico-profissional generalista, humanista e crítica, qualificadora de uma intervenção fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

O graduado em Educação Física deverá ainda estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano tematizadas nas diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, da ginástica, do jogo, do esporte, da educação, da luta/arte marcial, da dança, tendo em vista a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo. Conforme, ainda, o Parecer nº 58/2004 do CNE/CES, a IES deverá pautar o projeto nos seguintes princípios:

- a) Autonomia institucional;
- b) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- c) Graduação como formação inicial;
- d) Formação continuada;
- e) Ética pessoal e profissional;
- f) Ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento;
- g) Construção e gestão coletiva do projeto pedagógico;
- h) Abordagem interdisciplinar do conhecimento;
- i) Indissociabilidade teoria-prática;
- j) Articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica.

De acordo com o Parecer nº 58/2004 do CNE/CES a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física deverá ser constituída pelas competências de natureza político-social, ético-moral, técnico profissional e científica. Nessa perspectiva a formação do graduado em Educação Física deverá ser concebida, planejada, operacionalizada e avaliada, visando a aquisição e desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:

Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;

Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizados com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;

Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais

nos campos da saúde, do lazer do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;

Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar e orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividade física, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;

Acompanhar as transformações acadêmicas-científicas da Educação Física e de áreas afins, mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de continuar a sua atualização e produção acadêmico-profissional;

Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de continuar a atualização e produção acadêmico-profissional (PARECER N° 58/2004 DO CNE/CES, p. 10 e 11).

O Parecer menciona ainda o fato de as IES poderem incorporar outras competências que julguem adequadas e coerentes com seus projetos pedagógicos⁴.

⁴Vale ressaltar aqui, que no contexto internacional do marco regulatório das recentes políticas educacionais, que inclui a definição de orientações para a formulação de currículos educacionais em todos os níveis de ensino, já tornou-se consenso a utilização da noção de “competências” para identificar e designar as capacidades de enfrentamento de demandas complexas advindas do exercício da cidadania e mais especificamente do mundo do trabalho ao longo da vida, contando, inclusive, com o apoio e a mobilização de recursos, habilidades e atitudes psicossociais (OECD; 2011a; 2011b). Nesse sentido e considerando que este tipo de proposições teórico-operacionais vem sendo construídas e disseminadas no plano internacional por meio da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, as suas finalidades encontram-se respondendo, no plano ideológico, a um processo de “revigoramento” da agenda neoliberal no mundo globalizado constituído, dentre outros aspectos, pela introdução de novas lógicas nas relações entre a educação e o mercado, com repercussões profundas na educação superior em termos de formação.

No concernente à estrutura e organização curricular dos cursos de graduação em Educação Física, o Parecer aponta que caberá às IES articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em consonância com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

Nesse sentido a formação ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- a) Relação ser humano - sociedade;

- b) Biológica do corpo humano;
- c) Produção do conhecimento científico e tecnológico (PARECER N° 58/2004 DO CNE/CES, p. 12).

No que diz respeito à formação específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, esta deverá contemplar as seguintes dimensões:

- a) Culturais do movimento humano.
- b) Técnico-instrumental.
- c) Didático-pedagógica (PARECER N° 58/2004 DO CNE/CES, p. 12).

Conforme o mesmo Parecer, o projeto pedagógico do curso de Graduação em Educação Física, a critério da IES, poderá propor um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, utilizando até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão (PARECER N° 58/2004 CNE/CES).

Deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do Licenciado em Educação Física, questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à educação ambiental, ao trabalho, às necessidades das pessoas com deficiência e de grupos especiais.

A indissociabilidade teoria e prática na formação do graduado em Educação Física, será assegurada por meio da prática como componente curricular, do estágio profissional curricular supervisionado e das atividades acadêmicas complementares. Os mesmos são descritos pelo Parecer da seguinte forma: “A prática como componente curricular deverá ser contemplada no projeto pedagógico, desde o início do curso e vivenciada em diferentes contextos de aplicação acadêmico- profissional” (PARECER N° 58/2004 DO CNE/CES, p. 13).

O estágio profissional curricular representa um momento da formação em que o graduado deverá vivenciar e consolidar as competências exigidas para o exercício acadêmico- profissional em diferentes campos de intervenção, sob a supervisão de profissional habilitado e qualificado, a partir da segunda metade do curso. Se a IES optar pela proposição de núcleos temáticos de aprofundamento, 40% da carga horária do estágio profissional curricular supervisionado deverá ser cumprida no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato (PARECER N° 58/2004 CNE/CES).

Em relação às atividades acadêmicas complementares, de acordo com o Parecer, estas internacionalização e adequação comercial aos “novos” modos de privatização deste nível de ensino (CHIZZOTTI, 2012).

[...] deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a IES criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distâncias ou na forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos (PARECER N° 58/2004 DO CNE/CES, p. 13).

O referido documento evidencia a possibilidade de a instituição requerer um Trabalho de

Conclusão de Curso (TCC), para a integralização da formação do graduado em Educação Física, sob a orientação acadêmica de docente qualificado e ainda estabelece que deverá ser indicado na organização do curso o sistema de ensino a ser utilizado (seriado anual, seriado semestral, sistema de créditos ou modular).

O Parecer explicita também que a implantação bem como o desenvolvimento do projeto do curso deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente, a fim de permitir os ajustes necessários a sua contextualização e aperfeiçoamento.

Nessa perspectiva, a avaliação deverá ter como base o domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

No que diz respeito às metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem e do próprio PPC, os mesmos deverão estar em consonância com o sistema de avaliação e o contexto curricular adotados pela IES.

Segundo o Parecer, caberá à Câmara de Educação Superior estabelecer a duração do curso de Graduação em Educação Física.

Conforme Resolução nº 1 do CNE/CP, de 18 de fevereiro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, pode-se afirmar que estas se constituem de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Nesse sentido, de acordo com o artigo 2º da Resolução, a organização curricular de cada instituição observará além do disposto nos artigos 12 e 13 da LDBN 9394/96, outras formas de orientação inerentes à formação para atividade docente, entre as quais o preparo para:

- I - o ensino visando à aprendizagem a o aluno;
- II - acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento de práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VIII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe (RESOLUÇÃO Nº 1 CNE/CP, 2002, p. 1).

Segundo a referida Resolução, a formação de docentes que atuam nas diferentes etapas e modalidades da educação básica deveria observar princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico considerando:

- I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;

II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro docente, tendo em vista os seguintes aspectos:

- a) a simetria invertida, na qual o preparo do docente, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;
- b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocados em uso capacidades pessoais;
- c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;
- d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

III - a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento (RESOLUÇÃO N° 1 CNE/CP, 2002, p. 2).

A mesma Resolução aponta que a aprendizagem deverá ser orientada pelos princípios da ação-reflexão-ação e a resolução de situações de problemas como estratégias didáticas privilegiadas.

Ao fazer referência à construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, o documento explicita que deverão ser consideradas competências referentes:

- I - ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- II - ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- III - ao domínio do conhecimento pedagógico;
- IV - ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

A Resolução enfatiza a necessidade de formadora para que a mesma construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados. Para tanto esta deverá abranger as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

Ainda conforme a Resolução, a definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando deste modo:

- I - Cultura geral e profissional;
- II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades especiais e as das comunidades

- indígenas;
- III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;
- IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;
- V - conhecimento pedagógico;
- VI - conhecimento advindo da experiência.

A Resolução nº 03/87, que garante a legitimidade dos Cursos de Educação Física em andamento (até 2005) permitia que os futuros profissionais atuem em todas as áreas e/ou segmentos sem distinção na formação do alunado. Essa é uma realidade atual na qual o Curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia adota na sua regulamentação, o tempo mínimo de integralização curricular de 4 anos e máximo de 6 anos.

Diante da reforma educacional acima descrita, o Conselho do Curso de Graduação em Educação Física da UFU promoveu e viabilizou a elaboração de uma proposta curricular amparada, agora, na legislação que entrou em vigor no segundo semestre de 2007.

O debate coletivo da nova proposta curricular levou em consideração uma série de princípios norteadores:

- A necessidade de considerar o contexto atual em que o profissional de Educação Física estava atuando na época nos âmbitos escolar, do treinamento, “fitness”, clubes, hotéis etc., os quais passaram a constituir o mercado de trabalho contemporâneo;
- a possibilidade de viabilizar, desde o primeiro semestre, formação ampla no que diz respeito aos fundamentos filosófico-pedagógicos da prática educativa, associando-se à mesma uma formação técnico-instrumental necessária para a atuação nos espaços não formais;
- a necessidade de otimizar o tempo para conclusão das duas modalidades, possibilitando, num espaço de quatro anos e meio, que os alunos fossem preparados para enfrentar os desafios de uma área multidisciplinar e com amplo espectro de atuação;
- atuar garantindo a autonomia das Universidades Federais, na formulação e proposição de um atendimento coerente ao seu alunado, adequando o curso às necessidades regionais;
- garantir que o graduado em Educação Física fosse qualificado para analisar criticamente a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, seja em ensino formal ou não formal. (UFU, 2007).

Dentre os princípios acima assinalados, vale ressaltar que a proposta curricular aprovada pela UFU para vigorar a partir de 2007, foi elaborada num contexto de debate que, para além da necessidade de se garantir uma formação generalista associada à especialista, os docentes da unidade depararam-se, também, com a discussão relativa à formação de profissionais que não tivessem, necessariamente, vocação para agir no campo educacional, surgindo daí a questão da formação em nível de bacharelado.

Esta questão pode ser amplamente justificada pelo fato de constatar na realidade concreta que o objeto de estudo da Educação Física vinha sendo pesquisado principalmente desde meados dos anos 1980 com utilização de diversas correntes epistemológicas, as quais terminaram contribuindo, não somente com a ampliação das possibilidades de pesquisa, mas também com a abertura de várias dimensões de conhecimento sistematizadas ao longo do tempo em Abordagens da Educação Física, em consonância com a constante diversificação do objeto da Educação Física no mundo do trabalho que se configurou num cenário mundial e nacional, constituído hegemonicamente pela cultura de consumo/massa contemporânea.

Caracterizados como “mundos do trabalho”, Munoz Palafox (2007) considera que cada um deles é dotado de relativa autonomia e particularidade próprias à medida que se constituem e institucionalizam como práticas sociais com características científicas, tecnológicas, sócio interativas, comunicativas e, particularmente, simbólicas, uma vez que a sua legitimação social implica, dentre outros aspectos, a organização de uma intelectualidade que produz conhecimento, saberes, tecnologia e representações sociais, necessárias à construção de hegemonia de pensamento e ação.

Tais mundos podem ser sinteticamente caracterizados no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - “Mundos” da Educação Física na cultura de consumo/massa contemporânea.

MUNDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA – EF	LOCAIS DE CONCRETIZAÇÃO DOS SEUS SABERES E PRÁTICAS SOCIAIS
“Fitness” - Orientada para a melhoria e manutenção da Aptidão Física.	<ul style="list-style-type: none"> ● Academias Esportivas; ● Programas de Manutenção da Aptidão Física em empresas e outros campos de trabalho; ● Personal Trainer - atendimento individualizado; ● Clubes e Centros Esportivos; ● Centros de Medicina Esportiva; ● Instituições escolares, como parte de programas e projetos especiais destinados a alunos e servidores. ● Academias e clínicas de Pilates.
Esporte - Inclui o treinamento e competição esportiva, desde a formação de base (iniciação esportiva), até a formação de atletas de alto nível.	<ul style="list-style-type: none"> ● Clubes e Centros Esportivos; ● Centros de Treinamento; ● Escolas das redes privadas de ensino; ● Academias Esportivas.

Esportes radicais - Inclui o treinamento e a competição, desde a formação de base (iniciação esportiva), até a formação de atletas de alto nível.	<ul style="list-style-type: none"> ● Locais artificiais e naturais propícios à sua prática (Clubes, Academias Esportivas, praias, montanhas, ruas etc.).
Lazer e turismo - Inclui o eco-turismo, com oferta de modalidades advindas dos outros mundos.	<ul style="list-style-type: none"> ● Hotéis; ● Centros turísticos.
Educação Física Escolar	<ul style="list-style-type: none"> ● Redes privadas e públicas de ensino. Educação básica e ensino superior.
Educação Física Comunitária - Contribui interdisciplinarmente com a promoção do desenvolvimento e integração social das comunidades pobres e dos excluídos de direitos humanos.	<ul style="list-style-type: none"> ● Associações comunitárias; ● Assentamentos de movimentos sem terra, sem teto e etc; ● Organizações Não Governamentais - ONG's.
Educação Física Adaptada - Uma das modalidades orientadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais (deficiência, idosos, cardiopatas).	<ul style="list-style-type: none"> ● Escolas - Na perspectiva da inclusão escolar; ● Centros de atendimento especializados; ● Associações e clubes; ● Meios de comunicação de massa, especializados; ● Personal Trainer - atendimento individualizado. ● Associações e clubes; ● Universidades privadas e públicas que oferecem programas de esporte, recreação e lazer para esta população.
Pesquisa e Docência - Orientada, normalmente, para a docência no ensino superior e/ou institutos especializados no desenvolvimento de pesquisa científico-tecnológico.	<ul style="list-style-type: none"> ● Faculdades/Institutos de Educação e Educação Física; ● Centros de pesquisa científica; ● Dependendo do grau de especialização acadêmica: em empresas e centros de desenvolvimento científico tecnológico.
Comunicação e Mídia	<ul style="list-style-type: none"> ● Dependendo do grau de especialização acadêmica: meios de comunicação de massa especializados.
Expressão Artístico-Corporal - Dança, Capoeira, Atividades Circenses etc.	<ul style="list-style-type: none"> ● Academias Esportivas; ● Escolas de dança; ● Clubes e centros esportivos; ● Educação formal e etc.

Fonte: MunozPalafox (2007).

Cientes das dificuldades que implicariam promover a formação de bacharéis e licenciados numa conjuntura política, econômica, social, cultural e científico-tecnológica associada ao processo de formação de profissionais da área da Educação Física, as determinações legais relacionadas com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Educação Física, assim como também as exigências institucionais que deveriam contemplar a reformulação dos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2006), uma comissão de docentes da FAEFI/UFU elaborou uma nova proposta curricular baseada no pressuposto fundamental de que, dadas as limitações impostas de espaço físico bem como do número de docentes

lotados na Faculdade, considerado insuficiente na época, foi deliberado pela formulação de uma estrutura que garantisse tanto a formação de bacharéis quanto de licenciados.

Entretanto, na prática, a composição do novo projeto pedagógico do curso foi ampliada para quatro anos e meio, com uma carga curricular total de 4.250 horas, a qual implicou, dentre outros aspectos a utilização dos períodos, matutino e vespertino por parte de estudantes e docentes para poder dar cumprimento ao projeto.

Como resultado, depois de realizar vários reajustes na tentativa de viabilizar a implementação do referido projeto, garantindo a qualidade do ensino, da extensão e da pesquisa, os docentes da FAEFI, fruto de debates concluíram no ano de 2012, que a manutenção do referido projeto curricular dentro da estrutura concebida e implementada, estava prejudicando, de fato, a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Por esse motivo, depois de colocar em discussão a possibilidade de “desmembrar” a formação de Bacharéis e Licenciados visando, fundamentalmente, garantir a qualidade do ensino ofertado, considerando também, de alguma forma, os interesses ou vocação profissional dos próprios estudantes, foi deliberado no ano de 2012 com os votos da maioria, pela elaboração de projetos curriculares distintos e destinados à formação de bacharéis e licenciados, de acordo com a estrutura e funcionamento da FAEFI.

A partir do ano de 2018 o Curso de Graduação em Educação Física foi desmembrado em dois cursos: licenciatura e bacharelado. Com entradas separadas e conclusão em apenas um dos graus. Em função do número de docentes, os novos cursos passaram a ter oferta anual, sendo o bacharelado por meio do processo seletivo Sisu/MEC e a licenciatura por meio do processo seletivo realizado pela UFU, denominado vestibular UFU.

Ainda no processo de implementação dos cursos de maneira separadas, no final do ano de 2018 foi promulgada a Resolução 06/2018 do MEC, indicando a necessidade de nova reformulação curricular para atender, em específico, o artigo 5º que aponta a necessidade de uma etapa comum e posteriormente duas etapas específicas para contemplar a formação em licenciatura ou bacharelado, conforme consta textualmente neste artigo da própria resolução:

Art. 5º Dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir:

I - Etapa Comum - Núcleo de estudos da formação geral, identificador da área de Educação Física, a ser desenvolvido em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comum a ambas as formações.

II - Etapa Específica - Formação específica a ser desenvolvida em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os graduandos terão acesso a conhecimentos específicos das opções em bacharelado ou licenciatura.

Essa Resolução foi alvo de vários questionamentos, feitos por meio de Ofícios por universidades e entidade científica que inquiriram o MEC sobre alguns pontos que não estão evidenciados no referido documento. A UFU enviou o Ofício nº 274/2020/REITO/UFU com os questionamentos.

5. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

Pode se afirmar que, em termos gerais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Graduação em Educação Física cunhadas no século XXI enfatizam, em caráter oficial, a necessidade de se adotar uma “nova abordagem” para a formação dos profissionais desta área, por estarmos vivenciando uma época de amplas transformações (REIS et al., 2006).

Tais diretrizes afirmam que o que é considerado como um processo tradicional, caracterizado por um docente que apenas se limitava a “informar” os conteúdos aos alunos, cabendo a estes o papel de meros “espectadores”, é considerado um tipo de prática docente que “não se sustenta mais”.

Do mesmo modo, cursos com excessivo número de disciplinas, elevada carga horária e rígidos pré-requisitos são também questionados em tais diretrizes por não “corroborar” ou não corresponder “as novas expectativas” do paradigma de formação profissional apresentado.

Nesse sentido, considera-se fundamental compreender que, na atualidade, não há como negar a alta competitividade imposta pelo mundo do trabalho. Em tempos de globalização demanda-se a formação de profissionais considerados flexíveis, dada a necessidade do desenvolvimento de habilidades que se adaptem às novas e competitivas realidades, uma vez que esse mesmo mundo globalizado vem exigindo não somente rapidez na interpretação e resolução de problemas, mas também capacidade para a realização de análises críticas, criativas e adaptáveis às situações inusitadas, iniciativa para a realização de pesquisa e relacionamentos cooperativos. Tudo isso com vistas a agir com competência no mundo do trabalho.

Por tudo isso, tratando-se especificamente do mundo do trabalho destinado à Educação Física, é sabido que com o advento da tecnologia, grande parte da população passou a conviver desde o início da era industrial no final do século XIX com aquilo que passou a ser denominado como sedentarismo decorrente da diminuição da “atividade física” e suas respectivas consequências, as denominadas “doenças hipocinéticas”. Situação esta que terminou promovendo todo um processo de “readaptação” da Educação Física, a qual passou a contribuir significativamente com o atendimento deste tipo de problemática social, sob a argumentação cunhada, principalmente durante os anos 1960 e 1970, de que esta profissão deveria, nesse contexto, ser fundamentada cientificamente pela área da saúde, sob os auspícios da Medicina do Esporte e a Ciência do Treinamento Desportivo. (REIS et al., 2006).

Entretanto e, além disso, não pode deixar de ser considerado que, historicamente, a Educação Física sempre participou no campo da educação dos projetos societários destinados a contribuir com um determinado tipo de “sociedade” e “cidadão”, dotado, este último de uma “identidade cultural” cujos fundamentos sociais estariam diretamente relacionados com as noções de nação e seus respectivos valores éticos e culturais.

Diante disso, tal como explicitado, a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Educação Física foi alvo de uma disputa política, ideológica e epistemológica frontalmente relacionada com concepções de sociedade, educação e trabalho bastante diferenciadas que, inclusive, provocaram um forte debate sobre qual seria o sentido/significado da Educação Física no mundo contemporâneo. Debate esse que, apesar de inúmeras críticas, conseguiu alcançar certo “consenso” para que tais Diretrizes fossem então formuladas e apresentadas à sociedade.

Refletindo de alguma forma esse debate, a proposta curricular ora apresentada fundamenta-se inicialmente no pressuposto político-pedagógico de que os egressos do Curso de Graduação em Educação Física deverão ser capazes de conhecer, compreender, analisar, avaliar e intervir na realidade concreta, munidos de fundamentos filosóficos e saberes científicos e tecnológicos, por meio do aprimoramento continuado de competências de pensamento e ação, destinadas à construção da visão crítica dessa prática social no mundo do trabalho. Mundo esse, sabidamente permeado por contradições, conflitos e, inclusive, profundos antagonismos econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais, dentre outros aspectos, contribuíram com a desvalorização econômica e social da profissão no Brasil.

Em sintonia com estas questões, a Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFU assumiu o compromisso ético-político de contribuir com a formação de profissionais em Educação Física devidamente esclarecidos sobre as dificuldades, a complexidade, as contradições e os desafios desta prática social e capacitados para intervir profissionalmente no mundo do trabalho, visando a formação de cidadãos, sujeitos de direitos, eticamente comprometidos com a construção de uma sociedade justa para todos e todas, sem distinções, preconceitos e discriminações de qualquer natureza.

Para tanto, os princípios e fundamentos que orientam este projeto estão alicerçados na LDBN (BRASIL, 1996), em seus artigos 2º e 43º, que definem os fins da educação nacional e, mais especificamente, do ensino superior:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este artigo demonstra que a finalidade da educação é de tríplice natureza, quais sejam:

- a. O desenvolvimento do educando, que deve ser direcionado à luz de uma visão teórico-educacional, considerando as dimensões, social, profissional, estética, ética, intelectual e física, com base no aprendizado de conhecimentos mais elaborados pautados em princípios filosóficos e científicos.
- b. o respeito à cidadania, que se realiza no processo de constituição do indivíduo como sujeito histórico, social, político e cultural e;
- c. a articulação entre ciência e trabalho – este último concebido como expressão criadora e transformadora do homem – da natureza e da própria sociedade.

O artigo 43 da LDBN, abaixo transcrito, trata das finalidades da educação superior, fornecendo horizontes da ação pedagógica dos educadores.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, p.32).

Consoante a este artigo, o Projeto Institucional de Formação Docente da UFU, vigente até o momento, fundamenta-se também nos princípios gerais do ensino de graduação editados pelo Conselho de Graduação da UFU.

Art. 7º - Os princípios que orientam os projetos pedagógicos são:

- I- Contextualização expressa na apresentação e discussão dos conhecimentos de forma crítica e historicamente situada;
- II- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de modo a desenvolver atitudes investigativas e instigadoras da participação do estudante no desenvolvimento do conhecimento e da sociedade como um todo;
- III- Interdisciplinaridade evidenciada na articulação entre as atividades que compõem a proposta curricular, evitando-se a pulverização e a fragmentação de conteúdos;
- IV- Flexibilidade de organização presente na adoção de diferentes atividades acadêmicas como forma de favorecer a dinamicidade do projeto pedagógico e o

- atendimento às expectativas e interesses dos alunos;
- V- Rigoroso trato teórico-prático, histórico e metodológico no processo de elaboração e socialização dos conhecimentos;
- VI- Ética como uma referência capaz de imprimir identidade e orientar as ações educativas e,
- VII Avaliação como prática de ressignificações na forma de organização do trabalho docente e de aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso (UFU, 2004.).

5.1 Qualidade de ensino e autonomia universitária: valores que orientam a ação acadêmica

Qualidade do ensino não é um atributo abstrato que se imprime de fora para caracterizar o resultado de um processo educativo. Qualidade do ensino é um valor social, constituído em consonância com um determinado contexto. Tomada como valor socialmente construído, a qualidade não deve ser pensada como fim em si mesmo, dissociado de significados coletivamente compartilhados. A qualidade do ensino está, assim, efetivamente ligada ao cumprimento da função social da universidade que é de ensinar, de pesquisar e de praticar a extensão em favor do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade como um todo.

Por outro lado, a existência de espaços livres para pensar, criticar e criar é necessária quando se pretende participar do desenvolvimento da sociedade, contribuindo na formação profissional de seus cidadãos. É no gozo de sua liberdade acadêmica que a universidade se torna capaz de orientar-se para uma atuação contextualizada, associada aos interesses local, regional ou nacional, sejam eles econômicos ou culturais. Deste modo, será possível legitimar o esforço da universidade na contraposição à tradição normativa do Estado brasileiro em relação à educação superior quando este quer a simples reprodução de fórmulas pré-determinadas.

No âmbito do ensino, a autonomia universitária traduz-se no exercício da busca de soluções próprias para problemas específicos e ressoa como liberdade pedagógica diante dos obstáculos para a implementação de currículos abertos e de práticas didáticas alternativas.

Nessa perspectiva, a pluralidade e diversidade resultantes de nossas múltiplas experiências deverão ser percebidas como fatores de enriquecimento, mas passíveis de serem sintetizadas em benefício da qualidade do ensino.

A preocupação com a qualidade do ensino oferecido e o exercício da autonomia para criar constituem os princípios gerais que presidem toda preocupação e quaisquer ações institucionais voltadas para o ensino de graduação.

5.2 Inserção social: uma universidade em sintonia permanente com a sociedade

Na efetivação do cumprimento de sua função, a universidade deve manter interação permanente com a sociedade, com o mundo do trabalho e com as demandas sociais de formação profissional. Isso não significa a caracterização da universidade como “universidade de serviço”,

atrelada a um tipo de mercado e dele dependente ou, tão somente, como local de formação de recursos humanos capazes de contribuir para o rompimento das desigualdades sociais, mas também como *locus* de elaboração e disputa de visões de mundo, organização da cultura e dos meios para sua difusão.

Em um contexto em permanente transformação e marcado por conflitos, por realidades sociais e culturais distintas a UFU, como instituição de caráter público, é chamada a reafirmar a sua opção por um modelo de sociedade incluyente, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos possam compartilhar dos avanços científicos e tecnológicos alcançados.

Este é, sem dúvida, um princípio de natureza política e a sua implementação se desdobra na proposição de cursos preocupados com a formação humanística, crítica e ética de profissionais comprometidos com processos de inclusão social.

Este princípio articula, pois, o currículo ao mundo social, ao mundo da vida, contextualizando a ação educativa.

5.3 Ensino, pesquisa e extensão: a necessária indissociabilidade

A universidade é um lugar de produção e de socialização do saber. Assim, identificada como local privilegiado da produção do conhecimento, a Universidade torna-se também local de disseminação deste conhecimento, cuja matéria-prima é a análise e a investigação da realidade. A universidade é local de disseminação da cultura que inspira e legitima práticas sociais diversificadas. É um espaço intelectual, mas é também um espaço político. A universidade é, portanto, o espaço do ensino, da pesquisa e da extensão.

Um ensino que exija do estudante uma atitude investigativa e que lhe permita vivenciar a pesquisa como um processo indispensável para a sua aprendizagem. Um ensino com pesquisa, o que não é o mesmo que ensino vindo da pesquisa, porque não se confunde com a forma convencional de articulação ensino-pesquisa.

Do mesmo modo, o ensino universitário deverá ser, também, um ensino com extensão para possibilitar a compreensão da relevância social e política do próprio processo de produção do conhecimento tratando-o como bem público. A extensão concebida desta forma ultrapassa a condição de uma ação assistencialista e assume a característica de partícipe no processo formativo.

5.4 Interdisciplinaridade como forma de propiciar o diálogo entre os conhecimentos

A superação de uma visão fragmentada, dicotômica da realidade e do conhecimento, típica de uma sociedade como a nossa, que se organiza pela divisão do trabalho, pela compartimentalização de saberes e hierarquização das especializações, é uma tarefa que demanda um grande esforço.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade aparece como alternativa para a superação da ideia de que o conhecimento se processa em campos fechados em si mesmos, como se as teorias pudessem ser construídas em mundos particulares, de modo a tornarem-se imunes aos acontecimentos e aos contextos histórico-culturais.

A interdisciplinaridade está intimamente ligada às ações que buscam imprimir flexibilidade aos currículos.

Trabalhar a interdisciplinaridade nos currículos, entretanto, não significa negar as especialidades das disciplinas, mas impõe ao professor que transita pelo território de sua especialidade, a identificação dos limites deste campo do conhecimento e dos pontos a partir dos quais seja possível estabelecer conexões com outras disciplinas. Assim, a interdisciplinaridade se traduz numa espécie de articulação que mantém, permanentemente, uma tensão produtiva entredisciplinas que, então, aparecem fortes e bem estabelecidas no currículo de um curso.

A interdisciplinaridade também não pode ser encarada como o somatório ou a simples justaposição de conteúdos, porque se configura, acima de tudo, como uma forma de abordagem do conhecimento, uma mudança de atitude em busca da unidade do pensamento e do diálogo na compreensão dos problemas próprios do existir humano. Por essa razão, está intrinsecamente vinculada ao princípio do trabalho coletivo.

Em um contexto marcado pela competitividade e práticas individualizadas, torna-se fundamental a definição de tal princípio como forma de contribuir com relações mais solidárias e cooperativas no interior da Universidade, pois além de se tornar um instrumento norteador das ações, poderá contribuir com a formação discente, possibilitando a construção de valores sociais em sua formação.

5.5 Flexibilidade de organização curricular para imprimir dinamicidade à formação

A flexibilidade implica a opção por um processo de formação aberto às novas demandas dos diferentes campos do conhecimento e de atuação profissional que são fundamentais para o exercício da autonomia intelectual e da cidadania. Imprimir flexibilidade aos currículos, tal como sugerem as Diretrizes Curriculares Nacionais, supõe mudança nas concepções e nas práticas universitárias que regulam os modelos rígidos de gestão acadêmica. Supõe também, reformulações curriculares que ultrapassem os limites de uma imediata eliminação de pré-requisitos ou de co-requisitos entre disciplinas.

As práticas de ensinar, de aprender e de pesquisar mais comuns na Universidade denunciam a forma linear como é organizado o conhecimento acadêmico: do geral para o particular, do teórico para o prático, do ciclo básico para o profissionalizante. Este modo de agir está sustentado no pressuposto de que primeiro o estudante precisa dominar a teoria para depois entender a prática e a

realidade; que primeiro precisa dominar ideias simples para depois alcançar a complexidade dos conceitos e das análises. Todavia, se pretendemos estabelecer parâmetros novos para a organização curricular será preciso logo perguntar sob qual ponto de vista a simplicidade ou a complexidade será definida.

Insistir na proposição de estruturas curriculares rígidas significa considerar que todos somos iguais em tudo e que não temos outras alternativas senão conservarmos essa ideia de que vivemos num mundo estratificado, no qual apenas os “iguais”, os “mesmos”, os “normais” encontram seus lugares. Mas noutro extremo, propor flexibilidade aos currículos visando unicamente ao seu ajuste às demandas do mundo atual, pode nos levar a uma flexibilização que, embora ampla, seja aplicada de modo automático, obediente e não crítico.

Na implementação de currículos flexíveis fica evidente a abertura para a construção de propostas curriculares que incorporarem experiências educativas diferenciadas e formas de aprendizagem diversas, capazes de potencializar as dimensões pessoais, sociais, políticas e profissionais que estarão presentes no processo de formação.

Nesta perspectiva, a liberdade de organização curricular e a diversidade de alternativas para o estudante construir seu percurso acadêmico assumem a tarefa de imprimir dinamicidade e diversidade aos currículos dos cursos de graduação da UFU. E, se de fato as escolhas e as atividades realizadas na instituição ou em espaços fora dela vierem a desenvolver atitudes de interrogação e de criação ligadas à realidade social do estudante, a flexibilidade curricular não se constituirá apenas como uma possibilidade, mas sim como condição necessária à efetivação de um projeto de ensino de qualidade.

5.6 Rigoroso trato teórico-prático, histórico e metodológico no processo de elaboração e socialização dos conhecimentos

De modo algum e sob nenhuma condição a preocupação com uma sólida formação teórica deixará de ser um dos princípios orientadores do ensino de nível superior.

O atendimento ao princípio da qualidade do ensino exige, indubitavelmente, uma cuidadosa atenção para com o rigor teórico.

A atualização constante dos conhecimentos e a opção por sua apresentação e discussão de forma contextualizada são essenciais à formação de atitudes científicas diante do conhecimento e do pensamento crítico.

Práticas metodológicas indutoras da autonomia intelectual do estudante e facilitadoras da aprendizagem são também importantes para criar condições de atualização do conhecimento, conforme os avanços teóricos e as necessidades sociais.

5.7 Ética como referencial para a identidade do curso

A ética no ensino aparece como um valor que orienta as ações da universidade no contexto da sociedade. Ela se manifesta no respeito às pessoas, consideradas como indivíduos, cidadãos e, ao mesmo tempo, membros integrantes da comunidade interna e externa.

A identidade ética do ensino se revela no respeito à pluralidade de pensamento, no compromisso com as finalidades da educação e com os objetivos da instituição, privilegiando-os em detrimento de interesses particulares, individuais ou de grupos.

Revela-se também no compromisso com a formação de um profissional capaz de compreender o contexto socioeconômico, político e cultural. O princípio reside no âmbito das práticas educativas, que devem revelar o desenvolvimento de atitudes éticas em relação à produção e difusão dos conhecimentos e respeito à propriedade intelectual.

A ética como referencial para a identidade de um curso orienta para atitudes de preservação, zelo e respeito ao patrimônio público e ao ambiente.

5.8 Avaliação emancipatória: expressão de um novo paradigma para a educação superior

Tomar a avaliação como um dos componentes do trabalho educativo constitui um primeiro passo na direção de uma mudança no paradigma do ensino universitário. Estabelecer a distinção entre o exercício de uma simples verificação momentânea do conteúdo e a prática de uma avaliação que acompanha e busca compreender o caminho percorrido pelo estudante é o passo decisivo que confirma uma transformação real no espaço universitário.

A avaliação é um dos itens que revela mais claramente a compreensão que temos e o significado que imprimimos ao conceito de qualidade do ensino, anunciado como um dos princípios orientadores do ensino de graduação na UFU. Muitos acreditam que o processo de formação se baseia na maior quantidade de informações possível e que os estudantes devem demonstrar os conhecimentos que vêm adquirindo no decorrer de um tempo definido.

Geralmente nesses casos, a qualidade do ensino tem sido tomada como fim em si mesma e a avaliação permanece situada num campo pretensamente neutro e de natureza meramente técnica, pois abrigada pela visão positivista de ciência.

Por outro lado, no que diz respeito ao Curso de Educação Física, se compreendemos que numa sociedade complexa e em permanente transformação o conhecimento aparece, por vezes, como lacunar e provisório, que é preciso sempre (re)significá-lo, relativizá-lo e que, para isso, devemos lançar mão da independência intelectual, da criatividade e da criticidade, então nossos processos avaliativos poderão estar a serviço da autonomia e do desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade

como um todo. Assim, a avaliação alcança todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Graduação em Educação Física afirmam que o que é considerado como um processo tradicional caracterizado por um docente que apenas se limitava a “informar” os conteúdos aos alunos, cabendo a estes o papel de meros “espectadores” é considerado um tipo de prática docente que “não se sustenta mais”.

Do mesmo modo, cursos com excessivo número de disciplinas, elevada carga horária e rígidos pré-requisitos são também questionados em tais diretrizes por não “corroborar” ou não corresponder “as novas expectativas” do paradigma de formação profissional apresentado.

Nesse sentido, considera-se fundamental compreender que na atualidade, não há como negar que a alta competitividade imposta pelo mundo do trabalho. Em tempos de globalização vem demandando a formação de profissionais considerados flexíveis, dada a necessidade dos mesmos ter que desenvolver habilidades para se adaptarem às novas e competitivas realidades uma vez que esse mesmo mundo globalizado vem exigindo não somente rapidez na interpretação e resolução de problemas, mas também capacidade para a realização de análises críticas, criativas e adaptáveis às situações inusitadas, iniciativa para a realização de pesquisa e relacionamentos cooperativos. Tudo isso com vistas a agir com competência no mundo do trabalho.

Por tudo isso, tratando-se especificamente do mundo do trabalho destinado à Educação Física, é sabido que com o advento da tecnologia a esse mundo, grande parte da população passou a conviver desde o início da era industrial no final do século XIX com aquilo que passou a ser denominado como sedentarismo decorrente da diminuição da “atividade física” e suas respectivas consequências, as denominadas “doenças hipocinéticas”. Situação esta que terminou promovendo todo um processo de “readaptação” da Educação Física, a qual passou a contribuir significativamente com o atendimento deste tipo de problemática social, sob a argumentação cunhada, principalmente durante os anos 1960 e 1970, de que esta profissão deveria, nesse contexto, ser fundamentada cientificamente pela área da saúde, sob os auspícios da Medicina do Esporte e a Ciência do Treinamento Desportivo. (REIS et al., 2006).

Entretanto e, além disso, não pode deixar de ser considerado que historicamente a Educação Física sempre participou no campo da educação dos projetos societários destinados a contribuir com um determinado tipo de “sociedade” e “cidadão”, dotado, este último de uma “identidade cultural” cujos fundamentos sociais estariam diretamente relacionados com as noções de nação e seus respectivos valores éticos e culturais.

Diante disso, tal como explicitado, a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Educação Física, foi alvo de uma disputa política, ideológica e epistemológica frontalmente relacionada com concepções de sociedade, educação e trabalho bastante

diferenciadas que, inclusive, provocaram um forte debate sobre qual seria o sentido/significado da Educação Física no mundo contemporâneo. Debate esse que apesar de inúmeras críticas conseguiu alcançar certo “consenso” para assim serem formuladas e apresentadas à sociedade tais Diretrizes.

Refletindo de alguma forma esse debate, a proposta curricular ora apresentada fundamenta-se inicialmente no pressuposto político-pedagógico de que os egressos do Curso de Graduação em Educação Física, grau Licenciatura deverão ser capazes de conhecer, compreender, analisar, avaliar e intervir na realidade concreta, munidos de fundamentos filosóficos e saberes científicos e tecnológicos, por meio do aprimoramento continuado de competências de pensamento e ação, destinadas à construção da visão crítica dessa prática social no mundo do trabalho. Mundo esse, sabidamente permeado por contradições, conflitos e, inclusive, profundos antagonismos econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais, dentre outros aspectos, contribuíram com a desvalorização econômica e social da profissão docente no Brasil.

Em sintonia com estas questões, a Faculdade de Educação Física da UFU assumiu o compromisso ético-político de contribuir com a formação de Licenciados em Educação Física devidamente esclarecidos sobre as dificuldades, a complexidade, as contradições e os desafios desta prática social e capacitados para intervir profissionalmente no mundo do trabalho escolar visando a formação de cidadãos, sujeitos de direitos, eticamente compromissados com a construção de uma sociedade justa para todos e todas, sem distinções, preconceitos e discriminações de qualquer natureza.

6. CARACTERIZAÇÃO DO EGRESSO

O egresso deste curso, a partir de uma sólida formação acadêmica e da articulação de conhecimentos, saberes, habilidades e atitudes deverá ser capaz de analisar criticamente a realidade social e nela atuar acadêmica e profissionalmente por meio das manifestações e expressões culturais do movimento humano tematizadas nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer, tal como estabelecido pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Educação Física (BRASIL, 2018).

O graduado em Educação Física deverá ser capaz de atuar profissionalmente de forma competente pautado em princípios éticos, científicos e tecnológicos a partir de uma perspectiva crítico-reflexiva e interdisciplinar de ser humano e sociedade.

Considerando que esta proposta curricular prevê, após o 4º período, a escolha pelo estudante sobre qual grau – licenciatura ou bacharelado - pretende concluir, é necessário assinalar características específicas a cada formação.

Aos concluintes que optarem pelo **grau licenciatura** deverá ser garantida a qualificação acadêmica humanista, crítica e reflexiva de acordo com o Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação da UFU, a qual deve contribuir para que o egresso seja capaz, no exercício da sua profissão, de:

1. Desenvolver uma ética profissional que esteja compromissada com a construção de uma sociedade justa, igualitária, solidária, pautada numa concepção crítica e emancipatória de educação.
2. Dominar os conteúdos específicos a serem ensinados, com efetivo conhecimento de sua linguagem e seus processos de produção.
3. Planejar, coordenar e avaliar o processo ensino-aprendizagem considerando o conteúdo a ser ensinado, as particularidades da relação pedagógica e os sujeitos nela envolvidos.
4. Dominar e articular os conteúdos específicos e os pedagógicos das diversas áreas de conhecimento de maneira a desenvolver o processo ensino-aprendizagem, de forma coletiva e interdisciplinar.
5. Estudar e compreender criticamente o papel social da escola e transformar o contexto sociopolítico e as relações nas quais está inserida a sua prática pedagógica, tendo por subsídio o conhecimento da legislação educacional.
6. Articular o ensino, a pesquisa e a extensão buscando a produção de conhecimento teórico/prático, visando compreender de forma ampla o processo educativo.
7. Promover relações solidárias e coletivas entre a instituição de ensino e a comunidade.
8. Identificar e questionar os problemas socioculturais, socioambientais e educacionais e propor soluções, de modo a contribuir criticamente para superá-los, bem como a todas as formas de exclusão (sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais, dentre outras).
9. Demonstrar consciência da diversidade (sexual, cultural, ambiental-ecológica, de gêneros, de geração, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, dentre outras) com ênfase na dimensão humana e na dimensão ética para o cultivo da democracia.
10. Dialogar com pensamentos divergentes, propiciando o desenvolvimento da autonomia intelectual, capacitando-o a buscar e produzir conhecimento e a prática necessária para o exercício de sua profissão (UFU, 2017).

Esses aspectos serão tratados, especificamente, nos conteúdos ministrados em componentes curriculares como: Prointer I, II e III, os estágios supervisionados e demais componentes da etapa específica da licenciatura. No momento em que os/as discentes deverão refletir sobre os temas transversais: diversidades de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, educação especial, direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Valem ressaltar que Prointer se inicia ainda na etapa comum.

Partindo do pressuposto de que a formação de professores não se encerra com a formação inicial. O egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física deverá ser incentivado a buscar a formação continuada visando, principalmente, seu desenvolvimento profissional. Entendendo que esta formação continuada deverá contribuir para que o egresso possa empreender inovações em sua área específica de formação e a consolidação do exercício profissional pautado nos princípios da

interdisciplinaridade, da contextualização, da democratização, da pertinência e relevância social, da ética, da sensibilidade afetiva e estética.

Os cursos de graduação devem preparar o aluno para que esse possa tecer críticas ao presente e compreender a realidade que o cerca. Para que seja capaz de reconstruir constantemente suas práticas. Neste sentido, a formação inicial deve ser orientada para: a reflexão crítica sobre a construção histórica, a prática relacionada com o contexto socioeconômico, político e cultural e para as possibilidades de desenvolvimento de um conhecimento específico articulado com a construção de um ensino diferenciado no contexto escolar pautado não somente nos aspectos teóricos, mas considerando também o saber docente produzido pelos professores nas diferentes práticas pedagógicas e sua aplicabilidade nos diversos ambientes escolares.

Para o egresso deve ser oportunizado a possibilidade de compreender a escola como uma forma de intervenção no mundo, que segundo Freire (2000, p. 98) é uma “intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante, quanto o seu desmascaramento”. Sendo assim, não se pode admitir que a escola e seus atores, sejam “neutros”, é necessário explicitar a favor de que/de quem e contra o que/quem, se está no momento de construir um modelo alternativo de sociedade/cidadania. Desta maneira, a construção de uma prática reflexiva e da autonomia docente está vinculada à inclusão dos problemas da prática em uma perspectiva de análise que vai além de nossas intenções e atuações pessoais. Implica um contexto coletivo de ação e participação social para tomar decisões frente à realidade. Tais capacidades só podem ser conquistadas através de práticas inovadoras nas quais os alunos são livres para experimentar propostas de ensino, sem perder de vista seu compromisso com uma formação crítica e emancipada (VALADARES, 2002).

O presente curso, amparado nos aspectos legais normativos que tratam da formação profissional específica do curso de Educação Física e que regem a formação de professores no Brasil, oferecerá ao egresso uma formação generalista, científica, humanista, crítica e reflexiva, capacitando-o/a para atuação nos campos de conhecimento que integram a Educação Física.

O licenciado em Educação Física deverá estar apto para atuar no contexto escolar, mediante a capacidade de elaborar o planejamento de ensino, bem como a execução e avaliação da disciplina e de projetos educativos. Ainda, exercer atividades de ensino nos diversos níveis e modalidades previstas pelo sistema: educação infantil, ensino fundamental, médio, superior, educação especial e educação de jovens e adultos.

Deverá dominar conteúdos disciplinares das áreas de sua escolha e as respectivas didáticas e metodologias com vistas a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem e de ensino de Educação Física; deve também fundamentar seus conhecimentos nas ciências humanas e sociais, da natureza e nas tecnologias. Como prática da escola, “a Educação Física assume o caráter específico

deste lugar, encarnando-o [...] então da Educação Física se espera que faça circular, reinventar, estimular, transmitir, produzir e praticar cultura” (VAGO, 2009, p. 34).

O egresso deve demonstrar capacidade de conhecer, dominar, produzir, selecionar e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional na Educação Física Escolar. Deverá ainda adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, gosto pela leitura e empenho no uso da escrita como instrumento de desenvolvimento profissional contínuo; e, neste sentido, será capaz de criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas de Educação Física para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos.

O discente deverá de ser capaz de relacionar os conteúdos do componente Educação Física com os fatos, tendências e fenômenos da atualidade com competência para gerir a classe e utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem. Aprendizagem que deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação reflexão ação e que aponta a resolução de situações problemas como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

A formação do aluno deverá ser pautada nos princípios da intencionalidade do trabalho docente; articulação teórico-prática no processo de formação, o trabalho coletivo na escola e o reconhecimento do caráter subjetivo e social do trabalho docente (CALDEIRA, 2001). Deve-se considerar também que o princípio para a intervenção sobre a realidade, no sentido de modificá-la, ocorrerá mediante a pesquisa sobre a prática ou o “fazer pedagógico a partir da prática concreta” (DAVI, 2002, p.126).

De acordo com a Resolução No. 6 de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, aos egressos que fizerem a opção pelo grau bacharelado, vislumbra-se a formação de profissionais para atuarem com os “eixos/setores da saúde, do esporte, da cultura, do lazer e os da formação de professores” (BRASIL, 2018, p.2) objetivando a aquisição e desenvolvimento dos seguintes conhecimentos, atitudes e habilidades profissionais:

- a) dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;
- b) pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões da motricidade humana e movimento humano, cultura do movimento corporal, atividades físicas, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas, da dança, visando à formação, à ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;

- c) intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde;
- d) intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e eticamente balizada em todas as manifestações do esporte e considerar a relevância social, cultural e econômica do alto rendimento esportivo;
- e) intervir acadêmica e profissionalmente de forma fundamentada, deliberada, planejada e eticamente balizada no campo da cultura e do lazer;
- f) participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição, de planejamento e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação não escolar, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;
- g) diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas e/ou esportivas e/ou de cultura e de lazer;
- h) conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos seus diversos campos de intervenção, exceto no magistério da Educação Básica;
- i) acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins, mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização acadêmico-profissional; e
- j) utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação, de forma a ampliar e diversificar as maneiras de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização acadêmico-profissional. (BRASIL, 2018, p. 5- 6).

Este perfil de formação está embasado também na concepção de saúde emitida pela Organização Mundial da Saúde, ou seja, de um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.

Neste sentido, a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva deverá contribuir para tornar o indivíduo qualificado para o exercício profissional com base no rigor científico e intelectual, e no oferecimento de atividades que possibilitem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O compromisso, a responsabilidade individual e a atuação segura deverão estar alicerçados em estudos, pesquisas e intervenção profissional que atenda as diferentes manifestações do exercício físico e do movimento humano. Para o desenvolvimento desse perfil, o curso de bacharelado em Educação Física deverá oferecer possibilidades de aprimoramento de conhecimentos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando ao graduado um domínio de competências de natureza técnico-instrumental e pedagógica.

Assim, de acordo com o artigo 20 da referida Resolução No. 6 de 18 de dezembro de 2018, o profissional graduado no Curso de Bacharelado em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, estará plenamente capacitado para atuar nos campos de intervenção citados de acordo com os seguintes eixos articuladores:

I - saúde: políticas e programas de saúde; atenção básica, secundária e terciária em saúde, saúde coletiva, Sistema Único de Saúde, dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica da saúde; integração ensino, serviço e comunidade; gestão em saúde; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na saúde;

II - esporte: políticas e programas de esporte; treinamento esportivo; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica do esporte; gestão do esporte; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de esporte; e

III - cultura e lazer: políticas e programas de cultura e de lazer; gestão de cultura e de lazer; dimensões e implicações biológica, psicológica, sociológica, cultural e pedagógica do lazer; objetivos, conteúdos, métodos e avaliação de projetos e programas de Educação Física na cultura e no lazer. (BRASIL, 2018, p.6).

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1 Objetivo geral

Formar profissionais de Educação Física para intervirem criticamente no mundo do trabalho escolar e não escolar com compromisso ético-político em processos de formulação, gestão, implementação, avaliação de planos, projetos e programas destinados a promover a formação de sujeitos capazes de questionar e transformar a realidade por meio da formulação de problemas e soluções, de acordo com os princípios, diretrizes e fundamentos filosóficos, científicos e pedagógicos relacionados com a construção de uma sociedade justa e democrática.

7.2 Objetivos específicos

- 7.2.1 Desenvolver, implementar e avaliar planos, projetos e programas relacionados com as manifestações da cultura de movimento destinadas à promoção da formação humana, do lazer, da saúde e da qualidade de vida.
- 7.2.2 Analisar criticamente as manifestações da cultura de movimento quanto às suas diversas formas de aplicação e implicações político-sociais e ideológicas nos contextos em que estas se materializam na realidade concreta.
- 7.2.3 Contribuir com o planejamento, desenvolvimento, gestão e avaliação de políticas públicas destinadas à promoção da cultura de movimento em suas várias manifestações nos campos da educação, esporte, lazer, promoção de saúde e qualidade de vida.

- 7.2.4 Atuar nas diferentes equipes multidisciplinares destinadas a coordenar, supervisionar, planejar, prescrever, executar e avaliar atividades profissionais.
- 7.2.5 Utilizar com competência, tecnologias da informação e da comunicação nos processos de formulação, implementação e avaliação de planos, projetos, programas e políticas inerentes a sua área de atuação profissional.
- 7.2.6 Atuar com conhecimento e compromisso político-pedagógico no tratamento da Educação Física no contexto da inclusão e da prática da alteridade, como forma de contribuir com a superação de todo tipo de discriminação e preconceito, bem como da garantia da acessibilidade a todas as pessoas.
- 7.2.7 Contribuir com a produção e socialização do conhecimento no campo da Educação Física.
- 7.2.8 Intervir criticamente nos diversos níveis de atenção à promoção, prevenção e reabilitação em saúde, para contribuir com a melhoria da qualidade de vida do ser humano em sociedade.
- 7.2.9 Atuar na avaliação, execução e monitoramento de treinamentos voltados para o desempenho esportivo em categorias de base e alto rendimento.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

De acordo com as Diretrizes gerais adotadas para garantir o desenvolvimento metodológico do ensino no Curso de Graduação em Educação Física, dois são os princípios filosófico-pedagógicos que caracterizam a estrutura e organização do seu projeto curricular:

- a) Garantia e exercício político-pedagógico da pluralidade epistemológica nos processos de organização e estruturação dos conteúdos e práticas curriculares, sem recorrer às práticas ideológicas do ecletismo e da neutralidade político-pedagógica e científica na formação dos/as licenciados/as, questões estas, inclusive identificadas nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Educação Física.
- b) Explicitação aos estudantes durante o processo de formação, dos fundamentos epistemológicos (Posicionamento e Perspectiva) por meio da prática político-pedagógica de abordagens de aprendizagem dialógicas e colaborativas entre docentes e discentes, orientadas, preferencialmente, pela proposição e resolução de questões

problematizadoras e a formulação e implementação de planos, projetos, programas e/ou políticas destinados a contribuir com uma formação acadêmica, crítica, criativa e competente.

8.1 Atividades Curriculares de Extensão

A extensão universitária é uma das funções básicas das universidades brasileiras. Seu surgimento ocorreu nos anos de 1960 como um conjunto de ações com o propósito de atender às demandas sociais de acesso à educação e à formação profissional (KOGLIN; KOGLIN, 2019). Junto ao ensino e a pesquisa, “(...) vem trilhando um caminho de reflexão e debate sobre o seu potencial enquanto instrumento de potencialização da função social da universidade” (KOGLIN; KOGLIN, 2019, p. 72). De acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, as universidades brasileiras, em sua autonomia, devem zelar pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ou seja, ela é um dos pilares do ensino superior. (BRASIL, 1988).

Na formação inicial, seu papel foi reafirmado na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, a qual menciona a necessidade de oferecimento de 10% da carga horária do curso em atividades de extensão (BRASIL, 2014) e na Resolução Nº 07/2018, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, que determinou as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, a qual definiu os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país (BRASIL, 2018).

Sendo assim, trabalhando na perspectiva de um PPC inovador para atender a demanda do mundo atual e de seus protagonistas, a Extensão será uma estratégia pedagógica, articulada ao ensino e à pesquisa para atender aos princípios fundamentais da formação universitária democrática e socialmente referenciada dos/das futuros/as profissionais.

A proposta de curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFU, está em acordo com os documentos nacionais que a institucionalizam, como a Resolução do CNE/CES Nº 7/2018, e com as Resoluções Nº 25/2019, do Conselho Universitário que estabelecem a operacionalização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) em articulação com os Planos de Extensão das Unidades (PEX) e dá outras providências.

Desta forma, nas ACEs os estudos teórico-práticos constituir-se-ão em ferramentas para fundamentar a formação profissional e a intervenção no mundo do trabalho, considerando também as diferenças.

Como desde os anos de 1980 a FAEFI UFU vem desenvolvendo ações extensionistas envolvendo a comunidade em geral em eventos, projetos e programas de extensão, com a participação dos/das discentes, docentes e técnicos, ou seja, que desde então, ela vem fazendo parte da formação

do profissional de Educação Física na UFU, a curricularização da extensão no curso de graduação em Educação Física, considerou as ações de extensão realizadas na referida unidade acadêmica e que estão descritas a seguir:

Programa de atividades físicas para pessoas com deficiência (PAPD): este programa teve início em 1982 e tem por objetivo desenvolver práticas corporais que estimulem a adoção de um estilo de vida ativo; contribuir no seu processo de reabilitação, interação social e melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento, bem como colaborar com a formação de professores/as para atuar na área da Educação Física Adaptada e Educação Especial.

Programa Atividades físicas e recreativas para a terceira idade (AFRID): O Programa, existe desde os anos de 1990 e desenvolve atividades físicas em diferentes práticas corporais, com pessoas idosas, acima de cinquenta anos, visando a melhora da qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional dos/das participantes, bem como palestras e estudos de cunho informativo para a comunidade de Uberlândia e região. São realizados, ainda, passeios turísticos na cidade e região e também participação em eventos culturais.

Núcleo de apoio ao desenvolvimento de programas nas áreas do esporte e aptidão física (NADEP): Este espaço tem como finalidade implementar e consolidar projetos nas áreas de Esporte e Aptidão Física de para a comunidade de maneira geral. Possibilita aos discentes do curso de graduação em Educação Física a vivência e o aprendizado das manifestações culturais por meio de diferentes esportes, além de aprimorar a formação pedagógica dos discentes. Nele são promovidos eventos de integração nas diferentes modalidades oferecidas e cursos de capacitação em áreas desenvolvidas no programa. Proporcionando à comunidade um ambiente para a prática de exercícios físicos orientados. Desenvolvendo projetos de pesquisas relacionados a esportes e aptidão física.

Laboratório de Estudos sobre Escola, Currículo e Educação Física (LECEF): Constitui-se como um espaço aglutinador de professores e estudantes que têm como interesses de estudo questões relacionadas à instituição escolar, o ensino e o planejamento de currículo para a Educação Física como componente curricular. Visa constituir espaços de formação continuada para professores/as da Educação Básica, por meio da realização de cursos de extensão, especialização, encontros, seminários ou eventos científicos que promovam a reflexão coletiva e a socialização de conhecimentos. Além de contribuir para a melhoria da qualidade da formação de professores na UFU, especialmente no curso de Educação Física, por meio de ações articuladas com outras licenciaturas, dentro e fora da UFU. Tem por finalidade ainda aproximar a formação inicial de professores do cotidiano escolar, buscando valorizar o exercício da docência e estabelecer um diálogo permanente entre estudantes e professores/as.

Laboratório de Formação Docente e Produção do Conhecimento em Educação Física e Inclusão (LAFEFI). Este laboratório é uma reestruturação do Núcleo de Estudos em Planejamento e Metodologias do Ensino da Cultura Corporal (NEPECC/UFU) fundado em 1993 e que contava com a participação de docentes da FAEFI/UFU e da equipe de professores/as de Educação Física do Colégio de Aplicação (Cap/ESEBA/UFU) e professores/as das redes públicas de ensino. Desde 1994 atua na área de planejamento coletivo do trabalho pedagógico. Desenvolve projetos e programas de assessoria e formação continuada de professores junto às Redes de Ensino. Atua também na produção e divulgação de conhecimento científico e filosófico-pedagógico por meio da realização de eventos científicos. Atualmente, expandiu suas ações abarcando a área de deficiência, inclusão e práticas meditativas nos contextos, escolar e não escolar.

Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial (NUTESES): É um centro de informação dotado de recursos tecnológicos, voltado à produção científica, desenvolvida por intermédio dos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial, no Brasil e no exterior. Foi fundado em 1994, com o objetivo de resgatar, reunir, sistematizar, analisar, difundir e assegurar o acesso às informações referentes à produção científica, dissertações e teses, da área de Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial. O Núcleo também objetiva propiciar aos profissionais da área e à comunidade em geral, o acesso à documentação científica, teses e dissertações, referente à área de Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial. Sua finalidade é criar e garantir a manutenção de uma Base de Dados informatizada dotada de informações sobre as Teses e Dissertações defendidas nos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado das Instituições de Ensino Superior, do Brasil e do exterior, além de criar canais de divulgação e assegurar o acesso à documentação existente.

Desta forma, estas ações de extensão servirão de referência para as ACEs que comporão o currículo do presente PPC, contando com uma carga horária de 345 horas obrigatórias que serão sistematizadas em três eixos: Eixo 1: Educação Física e Deficiência, Eixo 2: Organização de Eventos e Eixo 3: Manifestações Culturais na Educação Física Escolar.

Os eixos 1 e 2 encontram-se integrados ao núcleo comum da estrutura curricular, enquanto que o eixo 3 faz parte do núcleo específico da licenciatura.

O eixo 1 foi pensado, considerando que o curso de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia teve historicamente como ações de ensino, pesquisa e extensão o tema Educação Física e deficiência. Portanto, este eixo foi dividido em duas partes, sendo uma com 75 horas (ACE - Educação Física e Deficiência I) e outra com 60 horas (ACE - Educação Física e Deficiência II), totalizando 135 horas.

A ACE - Educação Física e Deficiência I, trata da realização de ações extensionistas (programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, publicações e prestação de serviços), visando propiciar fundamentos teóricos/práticos nos aspectos históricos, filosóficos, sociológicos, políticos, biológicos,

éticos, psicológicos, pedagógicos e didático-metodológicos voltados às pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento, no contexto da educação básica e demais campos de atuação, quer na perspectiva educacional, esportiva, de reabilitação e lazer/recreativa, articulando com o ensino e a pesquisa. A essência desta ACE é promover fundamentação científica, sensibilização, criticidade e ética para subsidiar o trabalho com pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento em diferentes espaços e em específico no Programa de Extensão com estas pessoas, já desenvolvido na FAEFI/UFU e, atualmente, denominado Programa de Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência (PAPD).

A ACE – Educação Física e Deficiência II trata de desenvolver o Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência (PAPD) como atividade extensionista garantindo a vivência no planejamento, elaboração de estratégias de ensino e aprendizagem, construção de materiais curriculares e intervenções pedagógicas na Educação Física para as pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento.

As duas ACEs acima citadas tem como finalidade contribuir com a formação de sujeitos/profissionais que conheçam as especificidades do trabalho político-ético-didático-pedagógico e metodológico com pessoas com deficiência e com transtorno global de desenvolvimento. Além disso, visa garantir a formação autônoma e crítica dos/das estudantes, no sentido de intervir tanto politicamente, quanto pedagogicamente, no trato com as diferenças humanas, neste caso, especificamente das pessoas com deficiência.

O Eixo 2 - Organização de Eventos será composto por 90 horas, dividida em duas partes. A primeira é denominada Organização de Eventos Esportivos e de Lazer e a segunda recebeu o nome de Organização de Eventos Científicos. Em comum as duas ACEs possuem o propósito de pautar o planejamento e a execução de eventos. Além disso, visam estabelecer conexões com escolas das redes municipais e estaduais da cidade de Uberlândia, com o intuito de produzir interlocução entre a universidade e as escolas. Sobre as especificidades, a primeira tem o polo do esporte e do lazer, a outra foca nos eventos científicos.

O Eixo 3 - Manifestações Culturais na Educação Física Escolar, específico da licenciatura, trata do desenvolvimento de estudos e intervenções das manifestações culturais materializadas por meio da brincadeira, dos jogos, das lutas, das atividades rítmicas, das ginásticas, das atividades circenses, dos esportes, entre outras, considerando a necessidade de formação dos/as professores/as da educação básica.

Neste eixo, a ACE “Experiência docente em Futebol, Futsal e Handebol” tem como finalidade estimular e promover a inserção de estudantes dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da UFU, em processos formativos de planejamento, docência, avaliação, seleção de talentos e treinamento nas modalidades de futebol, futsal e handebol, ofertadas, no mínimo, a 190 crianças e jovens de ambos os sexos inseridos em programas de iniciação e alto rendimento esportivo da Associação de Desenvolvimento Esportivo de Uberlândia (ADESP/UDI), em parceria com o

Laboratório de Formação Docente e Produção de Conhecimento em Educação Física e Inclusão – LAFEFI/UFU.

A etapa específica do Bacharelado apresentará componentes curriculares referentes às ACEs, contabilizando uma carga horária total de 105 horas obrigatórias, sendo divididos em dois eixos:

Eixo 4 (ACE - Saúde e Lazer) – Propiciar aos acadêmicos do Curso de Educação Física, a vivência prática da avaliação funcional, da prescrição, execução e monitoramento do exercício e da atividade física na promoção da saúde e do lazer. Mais especificamente, este componente curricular propõe a discussão e prática sobre avaliação física e funcional, prescrição e monitoramento do exercício físico na prevenção, tratamento e controle de doenças, bem como a conscientização, acompanhamento e adequação de atividades físicas como forma sistemática de lazer para populações de diferentes faixas etárias visando a promoção da saúde, o bem-estar e a qualidade de vida. Essa disciplina dialoga com o projeto pedagógico do curso, uma vez que está integrada com o ensino e pesquisa e propicia aos discentes, a partir de atividades extensionista, a vivência prática da prescrição e/ou oportunidade do exercício físico e de atividades físicas para o público em geral, além de proporcionar maior integração com a comunidade externa a UFU.

Eixo 5 (ACE - Esporte) – Propiciar aos acadêmicos do Curso de Educação Física discussões e vivência da prática do planejamento e da execução de atividades esportivas com finalidades educacionais, recreacionais ou de desempenho. Mais especificamente, este componente curricular trata de atividades extensionistas que tem a finalidade de promover a integração entre a academia e a comunidade por meio do esporte nas suas mais diversas possibilidades de prática.

8.2 Estrutura curricular do Curso de Graduação em Educação Física da FAEFI/UFU

De acordo com a legislação atual, a comunidade do curso, liderada pelo seu Colegiado e articulada com seu NDE, contou com relativa liberdade para elaborar a presente proposta curricular.

Para elaboração da proposta foi baseada principalmente na **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**, que “Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências” (2018, p.1), o Guia de Orientações que dispõem sobre a elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação da UFU, e a Resolução SEI Nº 32/2017, do Conselho Universitário, que instituiu o Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação da UFU para o caso específico da Licenciatura.

Os princípios adotados, o perfil profissional do egresso e os objetivos propostos para o curso tornaram-se guias fundamentais para a construção do Projeto Pedagógico. A visão crítica, a capacidade investigativa, o rigor teórico, o domínio de conteúdos, enfim, todas as habilidades que se pretendem desenvolver no estudante para que este possa tornar-se um profissional competente e

legalmente habilitado para o exercício profissional, encontram nesta estrutura curricular a sua via de concretização.

Cada componente curricular cumpre uma função importante nesse trajeto, e a coerência encontrada na organização curricular proposta significa “meio caminho andado” na consecução dos objetivos de formação. Cabe lembrar que essa coerência interna é um quesito muito observado nos processos de avaliação do curso.

Nesse sentido, também foi procurado elaborar a proposta curricular atendendo ao princípio da interdisciplinaridade, permitindo o estabelecimento de diálogos ou conexões entre diferentes disciplinas e áreas do conhecimento.

Em termos técnicos, a estrutura curricular do curso corresponde à forma de organização de seus componentes e pretende proporcionar, portanto, uma visão geral do currículo. A estrutura revela também o conjunto das disciplinas previstas para o curso, tanto em sua etapa comum, quanto em suas etapas específicas e demais atividades acadêmicas consideradas necessárias para a formação do profissional desejado.

Como poderá ser observado, o curso de Graduação, graus Licenciatura e Bacharelado, apresenta uma série de componentes curriculares que atendem à legislação federal pertinente às temáticas de Educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; Educação Ambiental; Educação em Direitos Humanos e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Considerando que de acordo com o PPC, o curso tem ingresso único e, portanto, uma etapa comum, tanto para os estudantes de Licenciatura quanto de Bacharelado, a matriz curricular desdobra-se em uma segunda etapa específica na qual os graduandos poderão ter acesso à continuidade da Licenciatura ou do bacharelado, conforme a sua escolha preferencial ao final do segundo ano e depois de ter cursado 1.200 horas referenciais dentro da etapa comum.

Para tanto o Curso de Graduação em Educação Física, em consonância com a Resolução 06 de 18 de dezembro de 2018 do CNE/CP, terá um total de 3365 horas distribuídas em 8 (oito) semestres letivos para conclusão do curso de Licenciatura, e de 3255 horas para o bacharelado, respectivamente.

Os quadros a seguir detalham essa distribuição. O quadro 1 apresenta o quadro de disciplinas correspondentes à etapa comum do Curso de Graduação em Educação Física, graus Licenciatura e Bacharelado da FAEFI/UFU.

Quadro 1 – Conjunto de componentes curriculares correspondentes à etapa comum do Curso de Graduação em Educação Física graus Licenciatura e Bacharelado da FAEFI/UFU.

COMPONENTE CURRICULAR		CARGA HORÁRIA TOTAL		
		Teórica	Prática	Total
1	Projeto Interdisciplinar I (PROINTER I)	30	30	60
2	Projeto Interdisciplinar II (PROINTER II)	30	30	60
3	Projeto Interdisciplinar III (PROINTER III)	30	30	60
4	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	30	30	60
5	História da Educação Física	60	0	60
6	Metodologia da Pesquisa	30	0	30
7	Anatomia Humana	30	60	90
8	Estatística Aplicada à Educação Física	60	0	60
9	Cinesiologia	30	15	45
10	Fisiologia Humana	30	60	90
11	Bioquímica	60	0	60
12	Fisiologia do Exercício	45	15	60
13	Biomecânica	45	15	60
14	Medidas e Avaliações em Educação Física	45	15	60
15	Comportamento Motor	45	15	60
16	Aspectos filosóficos e éticos da Educação Física	45	15	60
17	Aspectos sociológicos e antropológicos da Educação Física	60	0	60
18	Ritmo e Expressão	15	30	45
19	Educação Física, Lazer e Culturas	45	15	60
20	Pedagogia dos Esportes I	45	30	75
21	Pedagogia dos Esportes II	45	30	75
22	Análise e interpretação de dados em EF	15	15	30
23	Introdução à Educação Física	30	0	30
24	Trabalho de Conclusão de Curso I	45	15	60
25	ACE - Educação Física e Deficiência I	0	75	75
26	ACE - Organização de Eventos Esportivos e de Lazer	0	45	45
27	ACE - Educação Física e Deficiência II	0	60	60
28	ACE - Organização de Eventos Científicos	0	45	45
Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.			TOTAL:	1635

Os quadros seguintes apresentam o conjunto das disciplinas da Etapa Comum, distribuídas por períodos conforme a Resolução 06 de 18 de dezembro de 2018 do CNE/CP.

Quadro 2 – Apresentação, por período, dos componentes curriculares da Etapa Comum.

Período	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA TOTAL		
		Teórica	Prática	Prática
1º	Anatomia Humana	30	60	90
	Introdução à Educação Física	30	0	30
	História da Educação Física	60	0	60
	Bioquímica	60	0	60
	Ritmo e Expressão	15	30	45
	Aspectos filosóficos e éticos da Educação Física	45	15	60
2º	Cinesiologia	30	15	45
	Aspectos sociológicos e antropológicos da Educação Física	60	0	60
	Metodologia da Pesquisa	30	0	30
	Estatística Aplicada à Educação Física	60	0	60
	ACE - Educação Física e Deficiência I	0	75	75
	PROINTER I - Educação Física e Mundo do Trabalho	30	30	60
	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	30	30	60
	ACE - Organização de Eventos Esportivos e de Lazer	0	45	45
3º	Análise e interpretação de dados em EF	15	15	30
	Pedagogia dos Esportes I	45	30	75
	ACE - Educação Física e Deficiência II	0	60	60
	PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	30	30	60
	Comportamento Motor	45	15	60
	Fisiologia Humana	30	60	90
	ACE - Organização de Eventos científicos	0	45	45
4º	Trabalho de Conclusão de Curso I	45	15	60
	Pedagogia dos Esportes II	45	30	75
	Biomecânica	45	15	60
	Medidas e Avaliações em Educação Física	45	15	60
	Educação Física, Lazer e Culturas	45	15	60
	PROINTER III - Educação Física: Saúde e Sociedade	30	30	60
	Fisiologia do Exercício	45	15	60

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.

O quadro 3 a seguir, apresenta os componentes curriculares que tem a finalidade de atender as demandas de formação de acordo com as orientações da Resolução 06 de 18 de dezembro de 2018 do CNE/CP, na qual é previsto no seu artigo 8º a definição de uma carga horária referenciada em 10% do curso denominadas atividades acadêmicas integradoras.

Quadro 3 - Apresentação da Estrutura Curricular por **Atividades Acadêmicas Integradoras** incluídas na Etapa Comum para atender as demandas da Licenciatura e do bacharelado, tal como preconizado na Resolução 06 de 18 de dezembro de 2018 do CNE/CP.

Atividades Acadêmicas Integradoras	CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Teórica	Prática	Total
Análise e interpretação de dados em EF	15	15	30
Introdução à Educação Física	30	-	30
Estatística Aplicada à Educação Física	60	-	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	45	15	60
	Total		180

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.

Quadro 4 - Apresentação dos componentes relacionados com a prática como componente curricular, da área de atuação profissional da Etapa Comum.

Disciplinas de Aprofundamento e diversificação das áreas de atuação Profissional	CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Teórica	Prática	Total
Projeto Interdisciplinar I (PROINTER I)	30	30	60
Projeto Interdisciplinar II (PROINTER II)	30	30	60
Projeto Interdisciplinar III (PROINTER III)	30	30	60
	Total		180

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.

Quadro 5 - Apresentação das atividades curriculares de extensão (ACE) de estudos relacionados com a área de atuação profissional da Etapa Comum.

Atividades Acadêmicas Extensionistas - ACE	CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Teórica	Prática	Total
ACE - Educação Física e Deficiência I		75	75
ACE - Organização de Eventos Esportivos e de Lazer		45	45
ACE - Educação Física e Deficiência II		60	60
ACE - Organização de Eventos Científicos		45	45
	Total		225

8.3 Disciplinas da Etapa Específica – grau Licenciatura.

O quadro a seguir detalha a distribuição das disciplinas da Etapa Específica correspondente à Licenciatura, a serem cursadas a partir do quinto período, totalizando 1730 horas.

Cabe destacar que de acordo com a Resolução CONSUN N°32/2017 que trata do Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação em seu Art.12, inciso IV estabelece a obrigatoriedade da oferta de disciplinas dos fundamentos da Educação. Dentre elas consta a disciplina Metodologia de Ensino, com carga horária de 60h. Visando contemplar o referido inciso da resolução o conteúdo de Metodologia de Ensino será contemplado nas disciplinas de Educação Física Escolar I, II e III totalizando 180 horas, conforme consta no quadro a seguir.

Quadro 6 - Apresentação das disciplinas da Etapa Específica, grau Licenciatura.

Período	Disciplinas da Etapa Específica – grau Licenciatura – por período	CARGA HORÁRIA TOTAL		
		Teórica	Prática	Total
5º	Psicologia da Educação	60	-	60
	Política e Gestão da Educação	60	-	60
	Estágio Supervisionado I	60	105	165
	Educação Física Escolar I	-	60	60
	SEILIC– Seminário Institucional das Licenciaturas	30	15	45
	Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares)			80
6º	Didática Geral	60	-	60
	Estágio Supervisionado II	60	90	150
	Educação Física Escolar II		60	60
	Trabalho de Conclusão de Curso 2	30	30	60
	Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares)			80
7º	Estágio Supervisionado III	60	105	165
	Educação Física Escolar III	-	60	60
	ACE - Manifestações Culturais da Educação Física Escolar	-	60	60
	Optativa I			60
	Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares)			80
8º	Estágio Supervisionado IV	60	105	165
	ACE – Experiência docente em Futebol, Futsal e Handebol	-	60	60
	Optativa 2			60
	Trabalho de Conclusão de Curso 3	15	45	60
	Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares)			80

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.

8.4 Disciplinas da Etapa Específica – grau Bacharelado.

O quadro a seguir detalha a distribuição das disciplinas da Etapa Específica correspondente ao bacharelado a serem cursadas a partir do quinto período do curso totalizando 1620 horas.

Quadro 7 - Apresentação das disciplinas da Etapa Específica, grau Bacharelado.

Período	Disciplinas da Etapa Específica – grau Bacharelado – por período	CARGA HORÁRIA TOTAL		
		Teórica	Prática	Total
5º	Estágio Supervisionado I	30	135	165
	Teoria e Prática do Treinamento I	45	15	60
	Trabalho de Conclusão de Curso II	-	60	60
	Psicologia do Esporte	45	15	60
	Biologia Celular e Molecular do Exercício	45	15	60
	Fisiopatologia	45	15	60
6º	Estágio Supervisionado II	30	135	165
	Teoria e Prática do Treinamento II	30	30	60
	Direito Desportivo	60	-	60
	Farmacologia I	45	-	45
	Gestão em Educação Física	45	15	60
	ACE – Saúde e Lazer	-	60	60
7º	Farmacologia II	45	-	45
	ACE – Esporte	-	60	60
	Estágio Supervisionado III	30	135	165
	Teoria e Prática do Treinamento III	-	30	30
	Optativa 1 – Esporte			30
	Optativa 1 – Saúde			30
	Optativa 2 – Esporte			30
	Optativa 2 – Saúde			30
8º	Optativa 3 – Esporte			30
	Optativa 3 – Saúde			30
	Trabalho de Conclusão de Curso III	15	15	30
	Estágio Supervisionado IV	30	120	150
	Optativa 4 – Esporte			30
	Optativa 4 – Saúde			30
Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.			TOTAL:	1635

8.5 Disciplinas Optativas – Licenciatura

As disciplinas optativas poderão ser cursadas a partir da integralização de, no mínimo, 1.200 horas. O/a estudante deverá integralizar, no mínimo, 120 horas em disciplinas optativas de licenciatura.

Quadro 8 - Apresentação das disciplinas optativas, grau Licenciatura.

Disciplinas Optativas	CH Teórica	CH Prática	CH TOTAL
Optativa 1			60
Optativa 2			60
Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2021-2022.			Total: 120

8.6 Disciplinas Optativas – graus Licenciatura e bacharelado

Os quadros 9 e 10 a seguir, apresentam o conjunto de disciplinas optativas dos núcleos específicos, Licenciatura (780h) e bacharelado (1350h).

Quadro 9 - Apresentação das disciplinas optativas, grau Licenciatura.

COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Jogos Esportivos Coletivos	30	15	45
Princípios feministas e manifestações culturais: fundamentos que (in)formam	45	15	60
Jogos, brinquedos e brincadeiras	15	15	30
Fundamentos do Judô	15	45	60
Educação, sexualidades e política do performativo	45	15	60
Tópicos em Educação Física Escolar	60	0	60
Circo e Educação Física	15	30	45
Temas em Educação Especial e Inclusiva	60	0	60
Psicomotricidade e Terapia Corporal	15	45	60
Manifestações Culturais Alternativas na Educação Física	15	45	60
Esporte e Deficiência	30	30	60
Gestão e Políticas Públicas de Esporte e Lazer	60	0	60
Cultura, História, Sociedade e Educação Física	60	0	60
Educação Física e Relações Étnico Raciais	60	0	60
Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.			780

Quadro 10 - Apresentação das disciplinas optativas, grau bacharelado.

COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO	CH Teórica	CH Prática	CH Total
Tópicos em Esportes - Aprendizagem e Controle Motor Aplicados ao Esporte	15	15	30
Tópicos em Esportes - Aprofundamento em Biomecânica do Esporte e do Exercício	15	15	30
Tópicos em Esportes - Atividades Aquáticas I	15	15	30
Tópicos em Esportes - Atividades Aquáticas II	15	15	30
Tópicos em Esportes - Atletismo	15	15	30
Tópicos em Esportes - Basquete	15	15	30
Tópicos em Esportes - Esporte e Deficiência	15	15	30
Tópicos em Esportes - Esportes de Aventura, Orientação, Trekking e Rapel	15	15	30
Tópicos em Esportes - Fadiga	30	0	30
Tópicos em Esportes - Fisiologia do Exercício Neuromuscular	30	-	30
Tópicos em Esportes - Fisiologia e Treinamento de Ultra Endurance	15	15	30
Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de ciclismo	15	15	30
Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de Corrida de rua e montanha	15	15	30
Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de Triathlon	15	15	30
Tópicos em Esportes - Futebol	15	15	30
Tópicos em Esportes - Futsal	15	15	30
Tópicos em Esportes - Ginásticas I	15	15	30
Tópicos em Esportes - Ginásticas II	15	15	30
Tópicos em Esportes - Handebol	15	15	30
Tópicos em Esportes - Metabolismo	30	-	30
Tópicos em Esportes - Periodização	15	15	30
Tópicos em Esportes - Políticas Públicas de Esporte e Lazer	30	-	30
Tópicos em Esportes - Temas Especiais	15	15	30
Tópicos em Esportes - Skateboard	15	15	30
Tópicos em Esportes - Termorregulação	15	15	30
Tópicos em Esportes - Treinamento para Esportes Coletivos	15	15	30
Tópicos em Esportes - Voleibol	15	15	30
Tópicos em Saúde - Anatomia do Movimento I	15	15	30
Tópicos em Saúde - Anatomia do Movimento II	15	15	30
Tópicos em Saúde - Educação Física e Produção de Conhecimento	30	0	30
Tópicos em Saúde - Estudos Avançados em Comportamento Motor	30	0	30
Tópicos em Saúde - Estudos avançados em Lazer	15	15	30

Tópicos em Saúde - Exercício e Envelhecimento	15	15	30
Tópicos em Saúde - Exercícios Físicos e Doenças Cardiovasculares e Respiratórias	15	15	30
Tópicos em Saúde - Exercícios Físicos e Doenças Metabólicas	15	15	30
Tópicos em Saúde – Experiências Subjetivas I	15	15	30
Tópicos em Saúde – Experiências Subjetivas II	15	15	30
Tópicos em Saúde - Fisiologia do Exercício Clínica	15	15	30
Tópicos em Saúde - Fundamentos de Saúde Pública em Educação Física	30	-	30
Tópicos em Saúde - Musculação I	15	15	30
Tópicos em Saúde - Musculação II	15	15	30
Tópicos em Saúde - Neurociência do Exercício Físico	15	15	30
Tópicos em Saúde - Nutrição e Atividade Física Aplicadas à Saúde	15	15	30
Tópicos em Saúde - Prática Baseada em Evidências	15	15	30
Tópicos em Saúde - Socorros de Urgência	15	15	30
Tópicos em Saúde - Temas Especiais	15	15	30
Tópicos em Saúde - Yoga I	15	15	30
Tópicos em Saúde - Yoga II	15	15	30
TOTAL:			1440

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.

O quadro a seguir, apresenta a síntese de distribuição de carga horária total dos componentes curriculares relacionados com a formação em Licenciatura com a sua respectiva distribuição percentual.

Quadro 11 - Síntese de distribuição de carga horária por componentes curriculares

Componentes Curriculares – grau Licenciatura	CH TOTAL	Percentual
Disciplinas da Etapa Comum	990	29,42
Atividades Acadêmicas Integradoras	180	5,35
Prática como Componente Curricular	405	12,04
Disciplinas de fundamentação da educação	240	7,13
Estágio Supervisionado	645	19,17
Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares)	320	9,51
Disciplinas Optativas da Licenciatura	120	3,57
Trabalho de Conclusão de Curso	120	3,57
Atividades Acadêmicas Extensionistas - ACE	345	10,25
TOTAL:	3365	100,00

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.

O quadro a seguir, apresenta a síntese de distribuição de carga horária total dos componentes

curriculares relacionados com a formação em Bacharelado com a sua respectiva distribuição percentual.

Quadro 12 - Síntese de distribuição de carga horária por componentes curriculares – grau bacharelado.

Componentes Curriculares – grau Bacharelado	CH TOTAL	Percentual
Disciplinas da Etapa Comum	1275	38,17
Atividades Integradoras	180	5,39
Prática como componente curricular	180	5,39
Disciplinas da Etapa Específica - Bacharelado	540	16,17
Estágio Supervisionado	645	19,31
Atividades Acadêmicas Complementares	70	2,10
Disciplinas Optativas - bacharelado	240	7,19
Atividades Acadêmicas Extensionistas - ACE	120	3,59
Trabalho de Conclusão de Curso	90	2,69
Total:	3340	100,00

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.

(*) O restante da carga horária destinada a Prática como Componente Curricular (140h) será cumprida na carga horária prática das disciplinas específicas.

8.7 Pré-requisitos entre componentes curriculares – Licenciatura

Quadro 13 - Fluxo Curricular – Grau Licenciatura

Período	Componente Curricular	Natureza: (Optativa, Obrigatória)	Carga Horária			Requisitos		Unidade Acadêmica Ofertante
			Teór.	Prát.	Total	Pré- requisitos	Co- requisito s	
1º	Anatomia Humana	Obrigatória	30	60	90	Livre	Livre	ICBIM
	Introdução à Educação Física	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAEFI
	História da Educação Física	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAEFI
	Bioquímica	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	IBTEC
	Ritmo e Expressão	Obrigatória	15	30	45	Livre	Livre	FAEFI
	Aspectos filosóficos e éticos da Educação Física	Obrigatória	45	15	60	Livre	Livre	FAEFI
	ENADE – Ingressante *	Obrigatória						
2º	Cinesiologia	Obrigatória	30	15	45	Livre	Livre	FAEFI
	PROINTER I - Educação Física e Mundo do Trabalho	Obrigatória	30	30	60	Livre	Livre	FAEFI
	Metodologia da Pesquisa	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAEFI
	Estatística Aplicada à Educação Física	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAMAT
	Atividades Curriculares de Extensão – Educação Física e Deficiência I **	Obrigatória	-	75	75	Livre	Livre	FAEFI
	Aspectos sociológicos e antropológicos da Educação Física	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAEFI
	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	Obrigatória	30	30	60	Livre	Livre	FACED
	Atividades Curriculares de Extensão - Organização de Eventos esportivos e de Lazer **	Obrigatória	-	45	45	Livre	Livre	FAEFI
3º	Análise e interpretação de dados em Educação Física	Obrigatória	15	15	30	Livre	Livre	FAEFI
	Pedagogia dos Esportes I	Obrigatória	45	30	75	Livre	Livre	FAEFI
	Atividades Curriculares de Extensão – Educação Física e Deficiência II **	Obrigatória	-	60	60	Atividades Curriculares de Extensão – Educação	Livre	FAEFI

						Física e Deficiência I		
	PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	Obrigatória	30	30	60	PROINTER I - Educação Física e Mundo do Trabalho	Livre	FAEFI
	Comportamento Motor	Obrigatória	45	15	60	Cinesiologia	Livre	FAEFI
	Fisiologia Humana	Obrigatória	30	60	90	Livre	Livre	ICBIM
	Atividades Curriculares de Extensão - Organização de Eventos Científicos **	Obrigatória	-	45	45	Livre	Livre	FAEFI
4°	Trabalho de Conclusão de Curso I ***	Obrigatória	45	15	60	Livre	Livre	FAEFI
	Pedagogia dos Esportes II	Obrigatória	45	30	75	Pedagogia dos Esportes I	Livre	FAEFI
	Biomecânica	Obrigatória	45	15	60	Cinesiologia	Livre	FAEFI
	Medidas e Avaliações em Educação Física	Obrigatória	45	15	60	Livre	Livre	FAEFI
	Educação Física, Lazer e Culturas	Obrigatória	45	15	60	Livre	Livre	FAEFI
	PROINTER III – Educação Física: Saúde e Sociedade	Obrigatória	30	30	60	PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	Livre	FAEFI
	Fisiologia do Exercício	Obrigatória	45	15	60	Fisiologia Humana; Bioquímica	Livre	FAEFI
5°	Psicologia da Educação	Obrigatória	60	-	60	1200h	Livre	IPUFU
	Política e Gestão da Educação	Obrigatória	60	-	60	1200h	Livre	FACED
	Estágio Supervisionado I ****	Obrigatória	60	105	165	1200h	Livre	FAEFI
	Educação Física Escolar I	Obrigatória	-	60	60	1200h	Livre	FAEFI
	SEILIC – Seminário Institucional das Licenciaturas	Obrigatória	30	15	45	1200h PROINTER III – Educação Física: Saúde e Sociedade	Livre	FAEFI
6°	Didática Geral	Obrigatória	60	-	60	1200h	Livre	FACED
	Estágio Supervisionado II****	Obrigatória	60	90	150	1200h Estágio Supervisionado I	Livre	FAEFI

	Educação Física Escolar II	Obrigatória	-	60	60	1200h Educação Física Escolar I	Livre	FAEFI
	Trabalho de Conclusão de Curso II ***	Obrigatória	30	30	60	1200h Trabalho de Conclusão de Curso I	Livre	FAEFI
7º	Estágio Supervisionado III****	Obrigatória	60	105	165	1200h Estágio Supervisionado II	Livre	FAEFI
	Educação Física Escolar III	Obrigatória	-	60	60	1200h Educação Física Escolar II	Livre	FAEFI
	Atividades Curriculares de Extensão - Manifestações Culturais da Educação Física Escolar **	Obrigatória	-	60	60	1200h	Livre	FAEFI
8º	Estágio Supervisionado IV	Obrigatória	60	105	165	1200h Estágio Supervisionado III	Livre	FAEFI
	Atividades Curriculares de Extensão – Experiência docente em Futebol, Futsal e Handebol**	Obrigatória	-	60	60	1200h	Livre	FAEFI
	Trabalho de Conclusão de Curso III ***	Obrigatória	15	45	60	1200h Trabalho de Conclusão de Curso II	Livre	FAEFI
	ENADE – Concluinte *	Obrigatória						
	Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares) *****	Obrigatória	-	-	320	-	-	-
	Disciplinas Optativas de Licenciatura *****	Optativa	-	-	120	1200h	Livre	-
Optativas de Licenciatura	Circo e Educação Física	Optativa	15	30	45	1200h	Livre	FAEFI
	Cultura, História, Sociedade e Educação Física	Optativa	60	-	60	1200h	Livre	FAEFI
	Educação Física e Relações Étnico Raciais	Optativa	60	-	60	1200h	Livre	FAEFI
	Educação, sexualidades e política do performativo	Optativa	45	15	60	1200h	Livre	FAEFI
	Esporte e Deficiência	Optativa	30	30	60	1200h	Livre	FAEFI
	Fundamentos do Judô	Optativa	15	45	60	1200h	Livre	FAEFI

Gestão e Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Optativa	60	-	60	1200h	Livre	FAEFI
Jogos, brinquedos e brincadeiras	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Jogos Esportivos Coletivos	Optativa	30	15	45	1200h	Livre	FAEFI
Manifestações Culturais Alternativas na Educação Física	Optativa	15	45	60	1200h	Livre	FAEFI
Princípios feministas e manifestações culturais: fundamentos que (in)formam	Optativa	45	15	60	1200h	Livre	FAEFI
Psicomotricidade e Terapia Corporal	Optativa	15	45	60	1200h	Livre	FAEFI
Temas em Educação Especial e Inclusiva	Optativa	60	-	60	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Educação Física Escolar	Optativa	60	-	60	1200h	Livre	FAEFI

* O Enade é componente curricular obrigatório, conforme Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004 (Sinaes).

** O aluno deverá integralizar no mínimo, 345 horas em Atividades Curriculares de Extensão.

*** O Trabalho de Conclusão de Curso possui carga horária de 180 horas divididas em três componentes curriculares (TCC I, TCC II e TCC III), sendo que o TCC II tem como pré-requisito o TCC I e o TCC III tem como pré-requisito o TCC II.

**** Os discentes deverão cursar 645 horas de Estágio Supervisionado, divididas em 4 componentes curriculares ofertados do 5º ao 8º período.

***** Os discentes deverão cumprir no mínimo 320 horas de estudos integradores (atividades acadêmicas complementares) até o final do curso. As atividades serão determinadas com a participação do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE) e serão aprovadas pelo colegiado do curso.

***** O aluno deverá integralizar, no mínimo, 120 horas em disciplinas optativas de Licenciatura. As disciplinas optativas poderão ser cursadas a partir da integralização de, no mínimo, 1200 horas em disciplinas específicas do curso. Os discentes poderão cursar, como optativas, quaisquer disciplinas ofertadas pela FAEFI ou por outras Unidades Acadêmicas da UFU, desde que sejam de áreas afins à formação e sejam aprovadas pelo Colegiado de Curso. As optativas não poderão ser utilizadas, ao mesmo tempo, para fins de equivalência curricular.

8.8 Pré-requisitos entre componentes curriculares – Bacharelado

Quadro 14 - Fluxo Curricular – Grau Bacharelado

Período	Componente Curricular	Natureza: (Optativa, Obrigatória)	Carga Horária			Requisitos		Unidade Acadêmica Ofertante
			Teór.	Prát.	Total	Pré- requisitos	Co- requisitos	
1º	Anatomia Humana	Obrigatória	30	60	90	Livre	Livre	ICBIM
	Introdução à Educação Física	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAEFI
	História da Educação Física	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAEFI
	Bioquímica	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	IBTEC
	Ritmo e Expressão	Obrigatória	15	30	45	Livre	Livre	FAEFI
	Aspectos filosóficos e éticos da Educação Física	Obrigatória	45	15	60	Livre	Livre	FAEFI
	ENADE – Ingressante *	Obrigatória						
2º	Cinesiologia	Obrigatória	30	15	45	Livre	Livre	FAEFI
	PROINTER I - Educação Física e Mundo do Trabalho	Obrigatória	30	30	60	Livre	Livre	FAEFI
	Metodologia da Pesquisa	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAEFI
	Estatística Aplicada à Educação Física	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAMAT
	Atividades Curriculares de Extensão – Educação Física e Deficiência I **	Obrigatória	-	75	75	Livre	Livre	FAEFI
	Aspectos sociológicos e antropológicos da Educação Física	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAEFI
	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	Obrigatória	30	30	60	Livre	Livre	FACED
	Atividades Curriculares de Extensão - Organização de Eventos esportivos e de Lazer **	Obrigatória	-	45	45	Livre	Livre	FAEFI
3º	Análise e interpretação de dados em Educação Física	Obrigatória	15	15	30	Livre	Livre	FAEFI
	Pedagogia dos Esportes I	Obrigatória	45	30	75	Livre	Livre	FAEFI
	Atividades Curriculares de Extensão – Educação Física e Deficiência II **	Obrigatória	-	60	60	Atividades Curriculares de Extensão – Educação	Livre	FAEFI

						Física e Deficiência I		
	PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	Obrigatória	30	30	60	PROINTER I - Educação Física e Mundo do Trabalho	Livre	FAEFI
	Comportamento Motor	Obrigatória	45	15	60	Cinesiologia	Livre	FAEFI
	Fisiologia Humana	Obrigatória	30	60	90	Livre	Livre	ICBIM
	Atividades Curriculares de Extensão - Organização de Eventos Científicos **	Obrigatória	-	45	45	Livre	Livre	FAEFI
	Trabalho de Conclusão de Curso I ***	Obrigatória	45	15	60	Livre	Livre	FAEFI
	Pedagogia dos Esportes II	Obrigatória	45	30	75	Pedagogia dos Esportes I	Livre	FAEFI
	Biomecânica	Obrigatória	45	15	60	Cinesiologia	Livre	FAEFI
	Medidas e Avaliações em Educação Física	Obrigatória	45	15	60	Livre	Livre	FAEFI
4º	Educação Física, Lazer e Culturas	Obrigatória	45	15	60	Livre	Livre	FAEFI
	PROINTER III – Educação Física: Saúde e Sociedade	Obrigatória	30	30	60	PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	Livre	FAEFI
	Fisiologia do Exercício	Obrigatória	45	15	60	Fisiologia Humana; Bioquímica	Livre	FAEFI
	Estágio Supervisionado I ****	Obrigatória	30	135	165	1200h	Livre	FAEFI
	Teoria e Prática do Treinamento I	Obrigatória	45	15	60	1200h	Livre	FAEFI
5º	Trabalho de Conclusão de Curso II ***	Obrigatória	-	60	60	1200h Trabalho de Conclusão de Curso I	Livre	FAEFI
	Psicologia do Esporte	Obrigatória	45	15	60	1200h	Livre	IPUFU
	Biologia Celular e Molecular do Exercício	Obrigatória	45	15	60	1200h Bioquímica	Livre	FAEFI
	Fisiopatologia	Obrigatória	45	15	60	1200h Fisiologia Humana	Livre	FAEFI
6º	Estágio Supervisionado II ****	Obrigatória	30	135	165	1200h	Livre	FAEFI
	Teoria e Prática do Treinamento II	Obrigatória	30	30	60	1200h Teoria e Prática	Livre	FAEFI

						do Treinamento I		
	Direito Desportivo	Obrigatória	60	-	60	1200h	Livre	FADIR
	Farmacologia I	Obrigatória	45	-	45	1200h	Livre	ICBIM
	Gestão em Educação Física	Obrigatória	45	15	60	1200h	Livre	FAEFI
	Atividades Curriculares de Extensão – Saúde e Lazer **	Obrigatória	-	60	60	1200h	Livre	FAEFI
7º	Farmacologia II	Obrigatória	45	-	45	1200h Farmacologia I	Livre	ICBIM
	Atividades Curriculares de Extensão – Esporte **	Obrigatória	-	60	60	1200h	Livre	FAEFI
	Estágio Supervisionado III ****	Obrigatória	30	135	165	1200h	Livre	FAEFI
	Teoria e Prática do Treinamento III	Obrigatória	-	30	30	1200h Teoria e Prática do Treinamento II	Livre	FAEFI
8º	Trabalho de Conclusão de Curso III ***	Obrigatória	15	15	30	1200h Trabalho de Conclusão de Curso II	Livre	FAEFI
	Estágio Supervisionado IV ****	Obrigatória	30	120	150	1200h Estágio Supervisionado III	Livre	FAEFI
	ENADE – Concluinte *	Obrigatória						
	Disciplinas Optativas de Bacharelado *****	Optativa	-	-	240	1200h	Livre	-
	Atividades Acadêmicas Complementares *****	Obrigatória	-	-	70			
Optativas de Bacharelado	Tópicos em Esportes - Aprendizagem e Controle Motor Aplicados ao Esporte	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
	Tópicos em Esportes - Aprofundamento em Biomecânica do Esporte e do Exercício	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
	Tópicos em Esportes - Atividades Aquáticas I	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
	Tópicos em Esportes - Atividades Aquáticas II	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
	Tópicos em Esportes - Atletismo	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
	Tópicos em Esportes - Basquete	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
	Tópicos em Esportes - Esporte e Deficiência	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI

Tópicos em Esportes - Esportes de Aventura, Orientação, Trekking e Rapel	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Fadiga	Optativa	30	0	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Fisiologia do Exercício Neuromuscular	Optativa	30	-	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Fisiologia e Treinamento de Ultra Endurance	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de ciclismo	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de Corrida de rua e montanha	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de Triathlon	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Futebol	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Futsal	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Ginásticas I	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Ginásticas II	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Handebol	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Metabolismo	Optativa	30	-	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Periodização	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Optativa	30	-	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Temas Especiais	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes – Skateboard	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Termorregulação	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Treinamento para Esportes Coletivos	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Esportes - Voleibol	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Saúde - Anatomia do Movimento I	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	ICBIM
Tópicos em Saúde - Anatomia do Movimento II	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	ICBIM
Tópicos em Saúde - Educação Física e Produção de Conhecimento	Optativa	30	0	30	1200h	Livre	FAEFI
Tópicos em Saúde - Estudos Avançados em Comportamento	Optativa	30	0	30	1200h	Livre	FAEFI

Motor								
Tópicos em Saúde - Estudos avançados em Lazer	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Exercício e Envelhecimento	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Exercícios Físicos e Doenças Cardiovasculares e Respiratórias	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Exercícios Físicos e Doenças Metabólicas	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde – Experiências Subjetivas I	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde – Experiências Subjetivas II	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Fisiologia do Exercício Clínica	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Fundamentos de Saúde Pública em Educação Física	Optativa	30	-	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Musculação I	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Musculação II	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Neurociência do Exercício Físico	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Nutrição e Atividade Física Aplicadas à Saúde	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Prática Baseada em Evidências	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Socorros de Urgência	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Temas Especiais	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Yoga I	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	
Tópicos em Saúde - Yoga II	Optativa	15	15	30	1200h	Livre	FAEFI	

* O Enade é componente curricular obrigatório, conforme Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004 (Sinaes).

** O aluno deverá integralizar no mínimo, 330 horas em Atividades Curriculares de Extensão.

*** O Trabalho de Conclusão de Curso possui carga horária de 150 horas divididas em três componentes curriculares (TCC I, TCC II e TCC III), sendo que o TCC II tem como pré-requisito o TCC I e o TCC III tem como pré-requisito o TCC II.

**** O aluno deverá cursar 645 horas de Estágio Supervisionado, divididas em 4 componentes curriculares ofertados do 5º ao 8º período.

***** O aluno deverá integralizar, no mínimo, 240 horas em disciplinas optativas de Bacharelado. As disciplinas optativas poderão ser cursadas a partir da integralização de, no mínimo, 1200 horas em disciplinas específicas do curso. Os discentes poderão cursar, como optativas, quaisquer disciplinas ofertadas pela FAEFI ou por outras Unidades Acadêmicas da UFU, desde que sejam de áreas afins à formação e sejam aprovadas pelo Colegiado de Curso. As optativas não poderão ser utilizadas, ao mesmo tempo, para fins de equivalência curricular.

Figura 1. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Educação Física, grau Licenciatura da FAEFI/UFU.

1º Período			2º Período			3º Período			4º Período			5º Período			6º Período			7º Período			8º Período						
180	105	345	240	195	435	120	225	420	255	105	435	180	165	470	150	180	410	60	225	425	75	210	425				
T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	
Anatomia Humana	Cinesiologia	Fisiologia Humana	Fisiologia do Exercício	Psicologia da Educação	Didática Geral																			405			
30	60	90	30	15	45	30	60	90	45	15	60	60	0	60	60	0	60			0							
Aspectos filosóficos e éticos da Educação Física	PROINTER I - Educação Física e o mundo do Trabalho	PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	PROINTER III - Educação Física: Saúde e Sociedade	Estágio Supervisionado I (E.I.)	Estágio Supervisionado II (E.F. 1)	Estágio Supervisionado III (E.F. 2)	Estágio Supervisionado IV (E.M.)																		885		
45	15	60	30	30	60	30	30	60	30	30	60	60	105	165	60	90	150	60	105	165	60	105	165	60	105	165	
História da Educação Física	Aspectos sociológicos e antropológicos da Educação Física	Análise e interpretação de dados em EF	Trabalho de Conclusão de Curso I	Educação Física Escolar I	Educação Física Escolar II	Educação Física Escolar III	Trabalho de Conclusão de Curso 3																		450		
60	0	60	60	0	60	15	15	30	45	15	60	0	60	60	0	60	60	0	60	60	0	60	60	15	45	60	
Introdução à Educação Física	Metodologia da Pesquisa	Comportamento Motor	Educação Física, Lazer e Culturais	Política e Gestão da Educação	Trabalho de Conclusão de Curso 2	ACE - Manifestações Culturais da EFE	ACE - Experiência docente em Futebol, futsal e Handebol.																		420		
30	0	30	30	0	30	45	15	60	45	15	60	60	0	60	30	30	60	0	60	60	0	60	60	0	60	60	
Bioquímica	Estatística Aplicada à Educação Física	Pedagogia dos Esportes I	Pedagogia dos Esportes II	Seilic		Optativa	Optativa 2																		405		
60	0	60	60	0	60	45	30	75	45	30	75	30	15	45			0	0	0	60	0	0	60	0	0	60	
Ritmo e Expressão	ACE - Educação Física e Deficiência I	ACE - Educação Física e Deficiência II	Medidas e Avaliações em Educação Física	Estudos Integradores	Estudos Integradores	Estudos Integradores	Estudos Integradores																		545		
15	30	45	0	75	75	0	60	60	45	15	60			80	0	0	80	0	0	80	0	0	80	0	0	80	
	ACE - Organização de Eventos Esportivos e de Lazer	ACE - Organização de Eventos científicos	Biomecânica																						180		
	0	45	45	0	45	45	45	15	60			0			0			0			0			0			
	Lingua Brasileira de Sinais - Libras I																										
	30	30	60																								

→
Pré-requisito

Figura 1a. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Educação Física, grau Bacharelado da FAEFI/UFU.

1º Período			2º Período			3º Período			4º Período			5º Período			6º Período			7º Período			8º Período					
180	105	345	150	165	435	120	225	420	255	105	435	180	225	465	165	225	435	30	225	420	45	135	300			
T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ	T	P	Σ			
Anatomia Humana	Cinesiologia	Fisiologia Humana	Fisiologia do Exercício	Estágio Supervisionado 1	Estágio Supervisionado 2	Estágio Supervisionado 3	Estágio Supervisionado 4																			
30	60	90	30	15	45	30	60	90	45	15	60	30	135	165	30	135	165	30	135	165	30	120	150	930		
Aspectos filosóficos e éticos da Educação Física	PROINTER I - Educação Física e o mundo do Trabalho	PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	PROINTER III - Educação Física: Saúde e Sociedade	Teoria e Prática do Treinamento 1	Teoria e Prática do Treinamento 2	Teoria e Prática do Treinamento 3																				
45	15	60	30	30	60	30	30	60	30	30	60	45	15	60	30	30	60	0	30	30			0	390		
História da Educação Física	Aspectos sociológicos e antropológicos da Educação Física	Análise e interpretação de dados em EF	Trabalho de Conclusão de Curso I	Trabalho de Conclusão de Curso 2	Gestão em EF	Optativa 1 - Saúde	Trabalho de Conclusão de Curso 3																			
60	0	60	60	0	60	15	15	30	45	15	60	0	60	60	45	15	60	0	0	30	15	15	30	390		
Introdução à Educação Física	Metodologia da Pesquisa	Comportamento Motor	Educação Física, Lazer e Culturas	Biologia Celular e Molecular do Exercício		Optativa 2 - Saúde	Optativa 3 - Esporte																			
30	0	30	30	0	30	45	15	60	45	15	60	45	15	60			0	0	0	30	0	0	30	300		
Bioquímica	Estatística Aplicada à Educação Física	Pedagogia dos Esportes I	Pedagogia dos Esportes II	Fisiopatologia	Farmacologia 1	Farmacologia 2	Optativa 3 - Saúde																			
60	0	60	60	0	60	45	30	75	45	30	75	45	15	60	45	0	45	45	0	45	0	0	30	450		
Ritmo e Expressão	ACE - Educação Física e Deficiência I	ACE - Educação Física e Deficiência II	Medidas e Avaliações em Educação Física	Psicologia do Esporte	Direito Esportivo	Optativa 1 - Esporte	Optativa 4 - Esporte																			
15	30	45	0	75	75	0	60	60	45	15	60	60	0	60	60	0	60	0	0	30	0	0	30	420		
	ACE - Organização de Eventos Esportivos e de Lazer	ACE - Organização de Eventos científicos	Biomecânica		ACE - Saúde e Lazer	ACE - Esporte	Optativa 4 - Saúde																			
	0	45	45	0	45	45	45	15	60			0	0	45	45	0	60	60	0	0	30	0	0	30	285	
	Língua Brasileira de Sinais - Libras I				Optativa 2 - Esporte																					
	30	30	60		0	0	30																			

→
Pré-requisito

Figura 1c. Matriz Curricular do Curso de Graduação em educação Física, grau Licenciatura da FAEFI/UFU

Jogos Esportivos Coletivos	Princípios feministas e manifestações culturais: fundamentos que (in)formam	Jogos, brinquedos e brincadeiras	Fundamentos do Judô	Educação, sexualidades e política do performativo	Tópicos em Educação Física Escolar	Circo e Educação Física	Temas em Educação Especial e Inclusiva	Psicomotricidade e Terapia Corporal	Manifestações Culturais Alternativas na Educação Física
30 15 45	45 15 60	15 15 30	15 45 60	45 15 60	60 0 60	15 30 45	60 0 60	15 45 60	15 45 60
Esporte e deficiência	Gestão e Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Cultura, História, Sociedade e Educação Física	Educação Física e Relações Étnico-raciais						
30 30 60	60 0 60	60 0 60	60 0 60						

Figura 1d. Matriz Curricular do Curso de Graduação em educação Física, grau Bacharelado da FAEFI/UFU

Tópicos em Esportes: futebol de Campo	Tópicos em Esportes - Ginásticas I	Tópicos em Esportes: Ginásticas II	Tópicos em Esportes: Voleibol	Tópicos em Esportes: Esportes de Aventura, Orientação, trekking e Rappel	Tópicos em Esportes: Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Tópicos em Esportes: Atividades Aquáticas I	Tópicos em Esportes: Atividades Aquáticas II	Tópicos em Esportes: Fisiologia do Exercício Neuromuscular	Tópicos em Esportes: Futsal
15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	30 0 30	15 15 30	15 15 30	30 0 30	15 15 30
Tópicos em Esportes: Atletismo	Tópicos em Esportes: fadiga	Tópicos em Esportes: Fundamentos do desempenho de ciclismo	Tópicos em Esportes: fundamentos do desempenho de Trathlon	Tópicos em Esportes: Fisiologia e Treinamento de Ultra endurance	Tópicos em Esportes: Treinamento para esportes coletivos	Tópicos em Esportes: Esporte e Deficiência	Tópicos em Esporte: Skateboard	Tópicos em Saúde: Anatomia do Movimento II	Educação Física e Produção de Conhecimento
15 15 30	30 0 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	30 0 30
Tópicos em Saúde: Prática baseada em evidências	Tópicos em Saúde: Socorro de Urgência	Tópicos em Saúde: Exercício e Envelhecimento	Tópicos em Saúde: Exercícios Físicos e Doenças metabólicas	Tópicos em Saúde: Neurociência do Exercício Físico	Tópicos em Saúde: Nutrição e Atividade Física aplicadas à Saúde	Tópicos em Saúde: Exercícios Físicos e Doenças Cardiovasculares e Respiratórias	Tópicos em Saúde: Estudos avançados em Lazer	Tópicos em Saúde: Fisiologia do Exercício Clínica	Tópicos em Saúde: Musculação I
15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30
Tópicos em Saúde: Musculação II	Tópicos em Saúde: Temas Especiais	Tópicos em Saúde: Yoga I	Tópicos em Saúde: Yoga II	Tópicos em Saúde: experiências subjetivas I	Tópicos em Saúde: Experiências subjetivas II				
15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30	15 15 30				

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2021-2022.

OBSERVAÇÕES:

- Para cursar Estágio Supervisionado na etapa específica da Licenciatura, o/a discente deverá ter cursado os PROINTERS I, II, III e o Seminário Institucional das Licenciaturas – SEILIC.

- As disciplinas optativas poderão ser cursadas a partir da integralização de, no mínimo, 1.300 horas.
- O/a discente que se encontra cursando a etapa específica da licenciatura deverá integralizar, no mínimo, 120 horas em disciplinas optativas da licenciatura.
- Depois de concluir dois anos de ingresso no curso, mais uma carga de no mínimo 1.200 horas integralizadas na etapa comum, o/a discente deverá decidir o grau que será cursado (Licenciatura ou Bacharelado).
- Depois de concluir dois anos de ingresso no curso, mais uma carga de no mínimo 1.200 horas integralizadas na etapa comum, o/a discente que escolher cursar a etapa específica do Bacharelado poderá cursar as disciplinas optativas.
- O/a discente poderá cursar, como optativas, quaisquer disciplinas oferecidas pela própria Unidade ou por outras Unidades Acadêmicas, desde que sejam de áreas afins à formação e sejam aprovadas pelo Colegiado do Curso.
- O/a discente que optou pela etapa específica da Licenciatura deverá cursar 320 horas de Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares)
- Para cursar Trabalho de Conclusão de Curso I, o discente terá que ter cursado a disciplina de Metodologia da Pesquisa além de ter integralizado no mínimo 1485 horas de curso.
- O ENADE é também componente curricular obrigatório, conforme Lei No. 10.861 de 14 de abril de 2004 (Sinaes).

A estrutura curricular prevê uma série de pré-requisitos relacionados com a passagem de um componente curricular para outro. Em relação a estes pré-requisitos, os mesmos são detalhados no quadro 5, a seguir.

8.9 Internacionalização na Graduação

Conforme consta no manual de Orientações gerais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos de graduação (2021) a UFU implementou Comissão Institucional de Educação e Gestão Ambiental e aderiu à Rede ODS Universidades. O intuito é promover a internalização e implementação da Agenda 2030 da ONU no âmbito de nossa instituição. Ainda segundo este guia, existe desde 2017 Comitê Gestor de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, visando estimular a criação de uma cultura institucional de educar para cidadania econômica, ambiental, cultural e socialmente responsável, contribuindo assim com o desenvolvimento sustentável tendo relação direta com a agenda da ONU (www.proexc.ufu.br).

Neste sentido, o curso de graduação em Educação Física, em consonância com os compromissos internacionais firmados por nossa instituição, e, após analisar as possibilidades de contribuições com os ODS, listamos a seguir aqueles com os quais nos comprometemos:

ODS 3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Para dar conta deste ODS contamos com os componentes curriculares que listamos a seguir. O primeiro deles é o PROINTER III – Educação Física: Saúde e Sociedade, que visa compreender, problematizar, vivenciar e avaliar a relação entre Educação Física e Saúde, a partir da perspectiva de saúde coletiva, visando a identificar e a analisar os sentidos e os significados produzidos pelo e no corpo, considerando o contexto histórico, social, econômico e o meio ambiente e a atuação profissional na Educação Física escolar e não escolar.

Temos ainda o componente curricular Educação Física, Lazer e Culturas tem possui com o finalidade compreender, problematizar, vivenciar, avaliar e propor encaminhamentos políticos, teóricos e pedagógicos que discutam o lazer como um fenômeno sociopolítico e a suas interseções com as manifestações culturais, enquanto objetos de estudo da Educação Física, compreendendo-o como uma atividade humana que se constituiu a partir de princípios e fundamentos filosóficos, históricos e socioantropológicos no bojo das dimensões produtiva, simbolizadora e política da existência humana.

Além disso, conforme mencionado anteriormente, a FAEFI possui o Programa Atividades físicas e recreativas para a terceira idade (AFRID) e desenvolve atividades físicas em diferentes práticas

corporais, com pessoas idosas, acima de cinquenta anos, visando a melhora da qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional dos/das participantes.

ODS 4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O curso de Educação Física da UFU, por meio do Programa de Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência (PAPD), com atendimento iniciado em 1982, é precursor no Brasil ao atendimento a pessoa com deficiência. No presente projeto foram incluídas duas Atividades Curriculares de Extensão – Educação Física e Deficiência, perfazendo 130h.

O componente curricular Atividades Curriculares de Extensão – Educação Física e Deficiência I, objetiva Compreender e analisar como se processa o ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência e com transtorno global do desenvolvimento, à luz das condicionantes biológicas, econômicas e sócio-históricas, visando ao trato pedagógico e didático-metodológico das manifestações culturais, materializadas por meio dos jogos, esportes, brincadeiras, lutas, entre outras e psicomotricidade, no contexto escolar e não escolar, estimulando e promovendo a formação dos estudantes em ações extensionistas, entre elas o Programa de Atividades Físicas às Pessoas com Deficiência e desenvolvendo parcerias entre a comunidade e o Laboratório de Formação Docente e Produção de Conhecimento em Educação Física e Inclusão – LAFEFI/UFU.

Já o componente curricular Atividades Curriculares de Extensão – Educação Física e Deficiência II, visa desenvolver estudos e intervenções, nas manifestações culturais, materializadas na brincadeira, jogos, lutas, atividades rítmicas, ginásticas, atividades circenses, esportes, entre outras e psicomotricidade, com pessoas com deficiência e com transtorno global de desenvolvimento, do Programa de Atividades Físicas para Pessoas com Deficiência.

ODS 5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O componente curricular PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos, dialóga com este ODS, na medida em que objetiva analisar criticamente as dimensões filosófica, histórica, socioantropológica e política do processo social de marcação de diferenças e da produção de desigualdades como fundamentos e princípios norteadores dos Direitos Humanos como formas históricas de apreensão, interpretação e transformação de realidades; compreender, analisar e avaliar criticamente à luz da Educação Física, as legislações que fundamentam os Direitos Humanos, as políticas educacionais e o direito de se ter direito a partir do estudo da crítica do colonialismo, das desigualdades sociais e das diferenças de classe social, gêneros, raças/etnias, sexualidades, deficiências, corporeidades dissidentes e geracionais, geradoras de discriminação,

preconceito e violências; pesquisar e vivenciar processos metodológicos aplicados à Educação Física, das manifestações culturais relacionadas com os Direitos humanos, marcação de diferenças e da produção de desigualdades: planejamento, estratégias de intervenção e avaliação pedagógica nos âmbitos escolar e não escolar.

8.10 Permanência de vínculo

Ao concluir a Licenciatura ou Bacharelado, o/a discente poderá solicitar ao Colegiado de Curso a sua permanência de vínculo, de acordo com os artigos 186 a 193 da Resolução 46/2022 das Normas de Graduação.

8.11 Requisitos legais e normativos

8.11.1 Formação em Diversidade humana, Inclusão, Direitos Humanos para enfrentamento das desigualdades sociais e educação ambiental

O reconhecimento político da diversidade humana representa, na atualidade, um dos principais fundamentos éticos a ser problematizado para enfrentar todo tipo de discriminação, preconceito, desigualdade, exclusão social e violência justificadas por relações assimétricas de poder assentadas em marcadores sociais de gênero, sexualidade, categoria geracional, “raça”/etnia, classe social e deficiências físicas e mentais, bem como para proporcionar a garantia à liberdade de crença e manifestação religiosa e à liberdade de opinião e expressão. Além disso, constitui também um dos fundamentos filosóficos e científicos necessários na busca pela igualdade de oportunidades e de direitos para todos na sociedade contemporânea, visando uma efetiva inclusão social pautada no princípio de equidade.

Para tanto, o Curso de Graduação em Educação Física da UFU apresentará em sua estrutura curricular componentes que promovam a discussão e inserção de questões referentes à educação para as relações étnicas e “raciais” e o Ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena por meio de seus componentes curriculares conforme apresentado no Quadro 15. A partir destes componentes curriculares serão promovidas problematizações acerca dos processos de hierarquização social e de produção de desigualdades pautadas nas noções de “raça” por meio do estudo das Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. (BRASIL, 2003;BRASIL, 2008).

Considerando que a formação de profissionais criticamente preparados para pensar, formular e executar planos, projetos e programas político-pedagógicos e científicos relacionados com a sua prática profissional, deve estar vinculada de maneira ética e legal a um processo que contribua para a inserção social, a partir do aprofundamento acadêmico e produção de conhecimentos capazes de gerar processos de intervenção eficazes que favoreça a inclusão e integração de todos, motivo pelo qual os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos no curso

deverão contemplar questões relacionadas com as legislações de Educação em Direitos Humanos incluindo o estudo, dentre outros assuntos, da Declaração Universal dos Direitos Humanos(ONU, 1948), da qual o Brasil é signatário.

No que diz respeito à temática da Educação Ambiental, as atividades a serem contempladas para a formação dos estudantes, segundo Minéu, Teixeira e Colesanti (2014), estas dizem respeito ao conjunto de conteúdos inerentes ao estudo de problemas concretos da comunidade relacionados com a realidade socioambiental, de maneira comprometida com a vida, com o bem-estar individual e coletivo.

Como uma discussão dessa natureza não pode se apresentar de maneira estanque. Por isso, preocupou-se em desenvolvê-la de maneira transversal, perpassando o debate proporcionado por componentes curriculares ao longo do curso (Quadro 15), enredando um debate amplo e complexo que parte do respeito consigo e com o próprio corpo, e se amplia para uma visão de respeito ao outro e à diversidade que envolve a nossa sociedade plural, alcançando assim a visão de respeito ao ambiente, entendido em sua totalidade.

Ao discente do curso de Educação Física será ofertada uma formação que contemple discussões e problematizações sobre o processo de produção social de diferenças baseadas em marcadores culturais de gênero, sexualidade, classe, liberdade de crença e de manifestação religiosa, geração, deficiências, bem como questões relacionadas com educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. O desenvolvimento sistematizado e articulado de conteúdos em diferentes componentes curriculares foi pensado para que o futuro profissional de Educação Física tenha condições de articular os conhecimentos filosóficos, sociológicos, antropológicos e científicos sobre a construção cultural das mais diversas diferenças sociais dentro de uma pluralidade social evidente (Quadro 15). A elaboração de uma estrutura curricular que visa a formar profissionais sensíveis às problematizações destacadas nesta subseção é consonante com a Resolução 02/2015 da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, 2015).

Os conhecimentos gerais e específicos (Licenciatura e Bacharelado) do Curso de Graduação em Educação Física serão articulados curricularmente no sentido de garantir que a formação ampliada do estudante possa ser orientada para viabilizar a reflexão crítica e sistemática da realidade com bases filosóficas, científicas e tecnológicas em articulação direta com a formulação e execução de planos, projetos e programas político-pedagógicos e científicos relacionados com o tratamento da Educação Física no contexto da prática profissional.

Quadro 15: Requisitos Legais e Normativos

Temática	Legislação	Componente Curricular	Período	Natureza
Educação Ambiental	- Lei nº 9.795 de 27/04/1999	Introdução à Educação Física	1º	Obrigatória
	- Decreto nº 4.281 de 25/06/2002	Prointer III – Educação Física: Saúde e Sociedade	4º	Obrigatória
	- Decreto nº 4.281 de 25/06/2002	SEILIC – Seminário Institucional Das Licenciaturas	5º Licenciatura	Obrigatória
Educação em Direitos Humanos		PROINTER II – Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	3º	Obrigatória
		ACE – Educação Física e Deficiência I	2º	Obrigatória
		Aspectos filosóficos e éticos da Educação Física	1º	Obrigatória
		Educação Física, Lazer e Culturas	4º	Obrigatória
		Aspectos sociológicos e antropológicos da Educação Física	2º	Obrigatória
		SEILIC – SEMINÁRIO INSTITUCIONAL DAS LICENCIATURAS	5º Licenciatura	Obrigatória
		Educação, sexualidades e política do performativo		Optativa
		Princípios feministas e manifestações culturais: fundamentos que (in)formam		Optativa
Educação para as relações étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena	- Lei nº 10.639 de 09/01/2003 - Resolução nº 1/2004 de 17/06/2004 - Resolução nº 4/2014 Congrad	PROINTER II – Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	3º	Obrigatória
		Aspectos filosóficos e éticos da Educação Física	1º	Obrigatória
		SEILIC – SEMINÁRIO INSTITUCIONAL DAS LICENCIATURAS	5º Licenciatura	Obrigatória
LIBRAS	- Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 - Resolução nº 13/2008 do Congrad.	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS I	2º	Obrigatória

8.11.2 Equilíbrio entre os conhecimentos gerais e específicos

Os conhecimentos gerais e específicos do Curso de Graduação em Educação Física, serão articulados curricularmente no sentido de garantir que a formação ampliada do estudante possa ser orientada para viabilizar a reflexão crítica e sistemática da realidade com bases filosóficas, científicas e tecnológicas em articulação direta com a formulação e execução de planos, projetos e programas político-pedagógicos e científicos relacionados com o tratamento da Educação Física no contexto da prática profissional.

8.12 Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado é um componente curricular de formação acadêmica e/ou técnica para profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. Não se constitui em uma disciplina, mas em uma atividade curricular obrigatória que tem como objetivo proporcionar o conhecimento da realidade socioeconômica, cultural e política do país. Favorece a necessária relação teoria-prática e permite que o aluno vivencie situações concretas, relacionadas à sua futura profissão.

É o eixo polarizador das várias disciplinas que compõem a matriz curricular da formação do profissional, na medida em que todas, por intermédio de um trabalho integrado, na perspectiva da interdisciplinaridade, ofereçam subsídios para o desenvolvimento profissional.

É um espaço privilegiado para a integração das três dimensões fundamentais das atividades desenvolvidas em Cursos de Graduação, quais sejam: ensino, pesquisa e extensão.

Os estágios supervisionados são etapas obrigatórias para a formação do Licenciado e do Bacharel em Educação Física, pois integram os conhecimentos adquiridos durante o curso, com a vivência junto ao indivíduo-sociedade e as diferentes realidades sociais, visando ao estabelecimento de um modelo de conduta profissional adequada no seu campo atuação.

Os estágios supervisionados serão realizados na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação do Colegiado do Curso. A UFU já possui em sua estrutura organizacional um setor responsável pelos estágios (SESTA), ligado a Pró Reitoria de Graduação, localizado na Diretoria de Ensino - DIREN, e toda documentação necessária para a celebração do termo de compromisso de estágio encontra-se disponível no sítio da universidade.

A orientação do Estágio será realizada por um docente do curso, e que contará, no local de estágio, com a colaboração e supervisão de profissionais experientes na sua área de formação e pertencentes à instituição concedente.

A regulamentação criada especificamente para o Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Educação Física, graus Licenciatura e Bacharelado, que apresenta em detalhes todos os aspectos relacionados à realização deste tipo de atividade será estabelecida por meio de Resolução específica, emitida pelo colegiado de curso. O curso contará também com uma coordenação de estágio conforme preconiza a Resolução N° 24/2012 do Conselho de Graduação da UFU e a resolução que será criada pelo Colegiado de Curso. O estágio pode ser desenvolvido em duas modalidades: obrigatório ou não obrigatório.

8.13 Estágio não obrigatório

O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional. Quando realizado, a carga horária poderá ser aproveitada como Atividade Acadêmica Complementar.

8.14 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório do Curso de Educação Física. A carga horária a ser integralizada neste componente será de 60 horas na Etapa Comum do curso, de 120 horas na Etapa Específica Licenciatura e 90 horas na Etapa Específica Bacharelado.

O TCC desta proposta tem por objetivo fomentar a formação técnica e científica do discente em uma área em que o mesmo deseja se aprofundar. Sua importância na formação se dá no sentido de promover o senso crítico, propiciado pelo entendimento sobre a construção do conhecimento, permitindo que o discente se desprenda de opiniões e informações estigmatizadas pelo senso comum.

Essa forma consciente da prática profissional consolida a formação em um espectro de seres pensantes, que executam e contribuem para a produção de conhecimento na área da Educação Física. Para que tal objetivo seja cumprido, o TCC deverá ser elaborado e apresentado na forma de monografia ou artigo científico.

8.15 Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares)

As Atividades Acadêmicas Complementares, definidas na UFU, como atividades de enriquecimento curricular, referem-se àquelas de natureza acadêmica, cultural, artística, científica ou tecnológica, que possibilitem a complementação da formação profissional do estudante, tanto no âmbito do conhecimento de diferentes áreas do saber, como no âmbito de sua preparação ética, estética e humanística, que serão computadas para integralização curricular.

As atividades acadêmicas complementares do curso de Graduação em Educação Física

são todas as atividades não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas, obrigatórias ou eletivas do currículo pleno do curso, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do futuro Profissional de Educação Física (Quadro 16). Essas atividades deverão ser executadas no decorrer do curso e deverão seguir as normas pré-estabelecidas, que servirão como um manual balizador dos mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimento e de experiências acumuladas pelo discente.

Todos os discentes do curso de Educação Física – grau Licenciatura deverão cumprir no mínimo 320 horas de atividades acadêmicas complementares até o final do curso. As atividades serão determinadas com a participação do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE) e serão aprovadas pelo colegiado do curso.

Quadro 16 – Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares)

Código	Nome da Atividade	Carga horária Máxima	Comprovação
ATCO0075	Atividade de monitoria em disciplinas da graduação com ou sem bolsa	135 horas	Certificado ou declaração emitida pelo coordenador do curso
ATCO1008	Representação estudantil (Colegiado da Graduação, Conselho da Faculdade de Educação Física, Conselhos Superiores) por mandato	50 horas	Certificado ou declaração emitida pelo coordenador do curso
ATCO1096	Módulos facultativos, cursadas com aproveitamento na UFU ou em outra IES, em curso devidamente reconhecido pelo MEC	90 horas	Certificado ou declaração emitida pelo órgão competente ou instituição de ensino responsável pelo curso, projeto ou disciplina
ATCO1097	Participação em Projetos e/ou atividades de ensino (PIBEG, PROGRAD, etc)	90 horas	Certificado ou declaração emitida pelo coordenador do curso
ATCO0608	Participação em grupos de temas específicos, ligas ou PET, orientados por docente	120 horas	Certificado ou declaração emitida pelo coordenador do grupo
ATCO0345	Mobilidade Nacional	60 horas	Certificado ou declaração emitida pelo órgão competente ou instituição de ensino responsável pela mobilidade
ATCO0344	Mobilidade Internacional	100 horas	Certificado ou declaração emitida

	oficializada pela DRII/UFU.		pelo órgão competente ou instituição de ensino responsável pela mobilidade
ATCO0945	Publicação de resumos em anais de eventos científicos Internacionais.	135 horas	Certificado ou declaração emitida pela comissão do evento
ATCO0946	Publicação de resumos em anais de eventos científicos Nacionais.	105 horas	Certificado ou declaração emitida pela comissão do evento
ATCO0947	Publicação de resumos em anais de eventos científicos Regionais.	100 horas	Certificado ou declaração emitida pela comissão organizadora do evento
ATCO1106	Participação e/ou colaboração em Projetos de Pesquisa, exceto em seu próprio TCC.	40 horas	Certificado emitido pelo orientador e validado pelo coordenador de curso
ATCO0767	Participação, como ouvinte, em minicursos, cursos de extensão e oficinas.	50 horas	Certificado ou declaração emitida pelo organizador
ATCO0658	Participação em Projetos de extensão cadastrados no SIEX ou órgão equivalente com bolsa.	100 horas	Certificado ou declaração emitida pela PROEXC
ATCO0660	Participação em Projetos de extensão cadastrados no SIEX ou órgão equivalente sem bolsa.	90 horas	Certificado ou declaração emitida pela PROEXC
ATCO0045	Apresentação de trabalhos em eventos internacionais.	90 horas	Certificado ou declaração emitida pela comissão organizadora do evento
ATCO0046	Apresentação de trabalhos em eventos nacionais.	80 horas	Certificado ou declaração emitida pela comissão organizadora do evento
ATCO0047	Apresentação de trabalhos em eventos regionais.	40 horas	Certificado ou declaração emitida pela comissão organizadora do evento
ATCO0569	Participação em eventos científicos.	80 horas	Certificado ou declaração emitida pela comissão organizadora do evento
ATCO0483	Participação em comissão organizadora de eventos nacionais.	80 horas	Certificado ou declaração emitida pelo organizador do evento
ATCO0484	Participação em comissão organizadora de eventos regionais.	90 horas	Certificado ou declaração emitida pelo organizador do evento
ATCO0425	Participação como ouvinte, em evento científico cultural local.	60 horas	Certificado ou declaração emitida pelo organizador do evento
ATCO0426	Participação como ouvinte, em evento científico cultural nacional.	80 horas	Certificado ou declaração emitida pelo organizador do evento
ATCO0427	Participação como ouvinte,	90 horas	Certificado ou declaração emitida

	em evento científico cultural internacional		pelo organizador do evento
ATCO1064	Visitas técnicas a centros de excelência.	45 horas	Certificado ou declaração emitida pelo docente
ACTO1119	Outras atividades voluntárias na área ou afins.	30 horas	Certificado ou declaração emitida pelo responsável pela atividade ou coordenador do curso

8.16 A Prática como Componente Curricular no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física, grau Licenciatura da FAEFI/UFU

A concepção de Prática como Componente Curricular está embasada no Parecer nº 28 de 2001 do CNE/CP, o qual diz que,

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente [...] de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar. [...]. É fundamental que haja tempo e espaço para a prática, como componente curricular, desde o início do curso e que haja uma supervisão da instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade. (p. 31).

Conforme indica o Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação da UFU, essa prática como componente curricular deve se constituir na relação estabelecida entre os licenciandos, juntamente com seus/as docentes formadores/as e os/as professores/as da escola básica. Relação essa que deve pautar-se pelos princípios da contextualização e da problematização de situações oriundas das realidades escolares, num processo constante de articulação com a produção de conhecimento. (UFU, 2017). Segundo o Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação da UFU.

Esses princípios serão a expressão dos Projetos Interdisciplinares, que ao serem articulados aos demais componentes curriculares do projeto pedagógico do curso, permitirão aos estudantes desenvolver e ampliar seus conhecimentos a respeito da docência e dos espaços escolares e não escolares, a partir de múltiplas perspectivas e diversificadas experiências formativas. (2017, p. 21).

Neste projeto a prática como componente curricular se materializa nos Projetos Interdisciplinares (PROINTER), num total de 180 h/a, distribuídas na primeira metade do curso; no Seminário Institucional da Licenciatura (SEILIC) com 45h/a e no componente Educação Física Escolar- EFE de 180h/a, na etapa específica da licenciatura, totalizando 405h/a.

De acordo com a Resolução 32/2017, em seu artigo 19, são objetivos do Prointer:

I - promover a articulação teoria-prática durante toda formação do estudante; II - articular e aprofundar temáticas que consolidem os objetivos da formação de professor nas diversas áreas que compõem a estrutura curricular; III - compreender a escola e os espaços não escolares como propícios à reflexão teórico-prática; (...); V - possibilitar que o estudante seja capaz de refazer o processo de pesquisa e discutir metodologias e resultados, tendo em vista ampliar a compreensão a respeito dos contextos educacionais e de seus condicionantes e desenvolver o espírito investigativo, por meio de pesquisas que problematizem o cotidiano escolar; (...) e VII - possibilitar análise sociopolítica, administrativa e pedagógica da realidade como ação inicial para aprofundamento no estágio, este caracterizado pela imersão/mergulho na complexidade das instituições escolares e não escolares (UFU, 2017).

Segundo esta resolução, durante o PROINTER a/os estudantes precisam ter “**contato efetivo**” com os espaços escolares e não escolares. O intuito é o de que por intermédio da observação sejam chamada/os a refletir sobre o que estudam no processo de formação em diferentes cursos. O PROINTER, nesse sentido, constitui-se em ambiente formativo, que visa desde o início dos cursos estabelecer vínculos entre a/os estudantes e a realidade de seus campos de atuação. Essa aproximação no início do processo de formação, com os diversos campos de atuação, não se constitui em atividade de estágio, mas de uma observação mais criteriosa, que seja capaz de olhar para além da realidade posta, do senso-comum. Esse olhar é „exercitado” por docentes dos cursos, por meio de conhecimentos cientificamente sistematizados, em que além da problematização e do estudo das questões identificadas, sejam capazes de propor ações efetivas e sólidas, comprometidas com o processo de formação humana.

Os Prointers serão organizados em três componentes:

Prointer 1: Educação Física e Mundo do Trabalho

Estuda as conexões entre o modo produção e organização da vida social e a configuração histórica dos diversos cenários de mediação profissional, considerando as exigências por conhecimento e formação das classes trabalhadoras no contexto contemporâneo; situa como as políticas educacionais afetam diretamente o trabalho e a formação em Educação Física e são influenciadas pela conjuntura econômica e pelos diferentes sentidos e os significados que

assume à Educação Física sobre/na corporalidade e no trato dos conhecimentos relacionados à cultura corporal, tendo o trabalho, na sua forma concreta, como elemento constitutivo da condição humana.

Pronteiro 2: Educação Física Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos

Estuda e procura contribuir para aproximar as e os estudantes do curso de graduação em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) de problematizações sobre processos socioculturais de marcação de diferenças que visam a nomear o/a “outro/a” como abjeto, classificando, hierarquizando e submetendo muitas vidas a processos preconceituosos e discriminatórios que podem gerar inúmeras violências. Abre espaços para propostas de estudos, investigações e vivências em locais destinados à prática profissional em educação física a partir de projetos que questionem as relações (des)humanas que são instituídas pelos marcadores sociais de diferenças de classe social, gênero, sexualidade, geração, capacitismo/deficiência, hierarquias pautadas pela noção de “raça”, etnia etc. O Pronteiro se articula com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e se insere em pautas governamentais que intencionam promover conhecimentos que possibilitem com que os e as estudantes compreendam e exerçam com autonomia suas práticas sociais com vistas à garantia do bem-estare respeito do/a “outro/a” por meio da construção de uma consciência crítica, pautada no reconhecimento e valorização das diferenças culturais (BRASIL, 2006).

Pronteiro 3: Educação Física, Saúde e Sociedade

Tem como proposta contribuir para uma aproximação teórico-metodológica entre Educação Física e Saúde, a partir da perspectiva de Saúde Coletiva, visando a identificar e analisar os sentidos e os significados produzidos pelo e no corpo, em seu diálogo histórico, social e econômico. O intuito é que a partir das condicionantes socioeconômicas de saúde, possam ser pensadas e construídas outras possibilidades interpretativas e analíticas dos fenômenos saúde e doença, que vão além dos discursos biológico e matemático -epidemiológicos, como nos propõem Carvalho (2021) e Palma (2021). Que também se possa compreender e discutir que a relação entre práticas corporais, esportes e saúde depende das questões sócio históricas, tendo claro que no contexto de desigualdades sociais e econômicas, a maioria da população encontra-se excluída desse processo formativo. O Pronteiro visa a estabelecer diretrizes pedagógicas para o planejamento disciplinar e interdisciplinar de ações efetivas que possam contribuir para o tratamento das (im)possibilidades da Educação Física na promoção da saúde em seus diferentes campos de atuação.

O Plano Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2010), apresenta uma visão em consonância com as reflexões produzidas no campo da Saúde Coletiva, fundamentado em três núcleos principais de saberes, que se inter-relacionam: a Epidemiologia, as Ciências Sociais e Humanas e aquele que diz respeito às Políticas, Planejamentos e Gestão do Sistema de Saúde; e, ainda, que os saberes produzidos pela núcleo da Epidemiologia assumam um papel hegemônico, as Ciências Sociais e Humanas contribuem para reconfigurar tal núcleo, dotando-a de elementos para explicar os determinantes sociais do processo saúde-doença (NOGUEIRA *et al.*, 2017; BRASIL, 2010; BARATA, 2005, *apud* PALMA, 2021).

Desta forma no Prointer PROINTER III – E.F.: Saúde e Sociedade deve-se compreender que,

Promoção da Saúde tem sido empregada para designar um processo, amplo, que envolve um conjunto de atividades e intervenções com a finalidade de estabelecer as condições favoráveis para a melhoria da saúde da população, bem como, capacitá-la para que ela própria enfrente o desafio de melhorar sua saúde e qualidade de vida. A “Promoção da Saúde” tem uma abordagem mais abrangente, que busca verificar, encarar e transformar os aspectos macroestruturais do processo saúde (PALMA, 2021, p. 20).

O restante da carga horária da Prática como componente curricular será cumprida no SEILIC - 45 horas e no componente curricular Educação Física Escolar que será desenvolvido em três períodos distribuídos ao longo da etapa específica do curso de Educação Física-Licenciatura, sendo essas denominadas EFE I, II e III, com carga horária de 60h/a cada.

O referido componente visa a contemplar o estudo do planejamento curricular considerando 3 dimensões interconectadas: a dimensão macro, que diz respeito ao âmbito das políticas curriculares nas esferas federal, estadual e municipal; a dimensão institucional, relativa ao Projeto Político Pedagógico da Escola e a Educação Física como componente curricular, considerando os conhecimentos específicos desta disciplina escolar e a dimensão do micro, que se refere ao planejamento do ensino a partir da compreensão dos modos de organização dos saberes escolares ao longo dos anos de escolarização.

8.17 Diretrizes gerais para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de acordo com a Resolução Consun nº 32/2017 em seu artigo 20, é um componente curricular obrigatório dos Cursos de Licenciatura. A carga horária mínima a ser integralizada neste componente será de 120 horas. Nele será elaborado e desenvolvido um projeto de investigação científica a respeito de um tema/assunto

específico, não necessariamente inédito, porém relacionado à Licenciatura e que seja relevante para a formação discente. Nesse sentido, a elaboração do TCC tem como objetivo geral estimular a capacidade investigativa e habilidades de análise e síntese do discente, solidificando os conhecimentos adquiridos no curso, visando a contribuir para a sua formação profissional, científica, artística e sociopolítica. A Resolução Consun nº 32/2017 determina que o TCC:

- a) Deve ser obrigatório para o licenciando;
- b) Pode ser desenvolvido em interface com outras áreas;
- c) Pode ser desenvolvido em articulação com a Prática como Componente Curricular (PROINTER e SEILIC) e o Estágio Supervisionado;
- d) Deve consolidar a formação docente em nível de graduação de forma a permitir sua continuidade na pós-graduação;
- e) Pode ser pensado a partir da problematização/imersão na realidade, como sistematização e síntese do processo vivenciado ao longo da formação inicial recuperando as experiências de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do PROINTER e do Estágio Supervisionado (UFU, 2017, p. 26).

Conforme indica a Resolução Consun nº 32/2017 as normas complementares do TCC serão elaboradas pelo colegiado de Curso.

8.18 Diretrizes gerais dos Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares) do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física, Grau Licenciatura da FAEFI/UFU.

As atividades Acadêmicas Complementares, definidas na UFU, como atividades de enriquecimento curricular, referem-se àquelas de natureza acadêmica, cultural, artística, científica ou tecnológica, que possibilitem a complementação da formação profissional do estudante, tanto no âmbito do conhecimento de diferentes áreas do saber, como no âmbito de sua preparação ética, estética e humanística, que serão computadas para integralização curricular.

As atividades acadêmicas complementares do curso de Graduação em Educação Física, Grau Licenciatura são todas as atividades não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas, obrigatórias ou eletivas do currículo pleno do curso, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do futuro professor de Educação Física.

Todos/as os/as alunos/as deverão cumprir no mínimo duzentas horas de atividades acadêmicas complementares até o final do curso, as atividades serão determinadas com a participação do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE), e serão aprovadas pelo colegiado do curso.

Quadro 17. Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares) – (320 horas) Curso de Licenciatura em Educação Física – PPC, versão 2021-2022

Atividades de Ensino	CÓDIGO	Valor (hs) /atividade	Máximo / teto (hs)	Quantidade apresentada pelo aluno (campo destinado ao preenchimento pelo aluno)	Carga horária final contabilizada (campo destinado ao preenchimento pela coordenação)
Atividade de monitoria em disciplinas da graduação com ou sem bolsa.	ATCO0075	45	135		
Representação estudantil (Colegiado da Graduação, Conselho da Faculdade de Educação Física, Conselhos Superiores) por mandato.	ATCO1008	25	50		
Módulos facultativos, cursadas com aproveitamento na UFU ou em outra IES, em curso devidamente reconhecido pelo MEC	ATCO1096	45	90		
Participação em Projetos e/ou atividades de ensino (PIBEG, PROGRAD, etc)	ATCO1097	30	90		
Participação em grupos de temas específicos, ligas ou PET, orientados por docente.	ATCO0608	40	120		
Mobilidade Nacional	ATCO0345	30 (semestre)	60		
Mobilidade Internacional oficializada pela DRII/UFU	ATCO0344	50 (semestre)	100		
Publicação de resumos em anais de eventos científicos Internacionais	ATCO0945	45	135		
Publicação de resumos em anais de eventos científicos Nacionais	ATCO0946	35	105		
Publicação de resumos em anais de eventos científicos Regionais	ATCO0947	25	100		

Quadro 17 – Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares) – (320 horas) Curso de Licenciatura em Educação Física – PPC, versão 2021-2022 (continuação)

Atividades de Pesquisa		Valor (hs) /atividade	Máximo (hs)	Quantidade apresentada pelo aluno (campo destinado ao preenchimento pelo aluno)	Carga horária final contabilizada (campo destinado ao preenchimento pela coordenação)
Participação e/ou colaboração em Projetos de Pesquisa, exceto em seu próprio TCC, com certificado emitido pelo orientador e validado pelo coordenador de curso.	ATCO1106	10	40		
Participação, como ouvinte, em minicursos, cursos de extensão e oficinas.	ATCO0767	Carga horária do certificado	50		
Participação em Projetos de extensão cadastrados no SIEX ou órgão equivalente com bolsa	ATCO0658	Carga horária do certificado	100		
Participação em Projetos de extensão cadastrados no SIEX ou órgão equivalente sem bolsa	ATCO0660	Carga horária do certificado	90		
Apresentação de trabalhos em eventos internacionais	ATCO0045	30	90		
Apresentação de trabalhos em eventos nacionais	ATCO0046	20	80		
Apresentação de trabalhos em eventos regionais	ATCO0047	10	40		
Participação em eventos científicos	ATCO0569	20	80		
Participação em comissão organizadora de eventos nacionais	ATCO0483	40	80		
Participação em comissão organizadora de eventos regionais	ATCO0484	30	90		
Participação como ouvinte, em evento científico cultural local	ATCO0425	Carga horária do certificado	60		

Quadro 17 – Estudos Integradores (Atividades Acadêmicas Complementares) – (320 horas) Curso de Licenciatura em Educação Física – PPC, versão 2021-2022 (continuação).

Atividades de Extensão		Valor (hs) /atividade	Máximo (hs)	Quantidade apresentada pelo aluno (campo destinado ao preenchimento pelo aluno)	Carga horária final contabilizada (campo destinado ao preenchimento pela coordenação)
Participação como ouvinte, em evento científico cultural nacional	ATCO0426	Carga horária do certificado	80		
Participação como ouvinte, em evento científico cultural internacional	ATCO0427	Carga horária do certificado	90		
Visitas técnicas a centros de excelência com certificado emitido pelo docente.	ATCO1064	15	45		
Outras atividades voluntárias na área ou afins.	ACTO1119	Carga horária do certificado	30		
PONTUAÇÃO TOTAL					

OBSERVAÇÕES

Cada discente é responsável pela coleta e organização dos certificados que comprovem sua efetiva participação nas atividades acadêmicas complementares; O presente formulário deverá ser apresentado na Secretaria da Coordenação do Curso de Graduação em Fisioterapia, devidamente preenchido;
O discente deverá apresentar originais e cópias dos certificados utilizados para o preenchimento do presente formulário; as cópias serão arquivadas na coordenação.

Data da solicitação:

Assinatura do aluno responsável pela solicitação.

8.19 Transição curricular

O currículo vigente no curso de graduação em Educação Física da FAEFI/UFU será ofertado até quando houver alunos vinculados a ele. Desse modo, não haverá migração curricular entre o currículo vigente e esta proposta.

O novo curso será ofertado aos ingressantes a partir do primeiro semestre de 2023. Para as disciplinas possíveis, haverá equivalência, de acordo com os quadros 18a e 18b apresentados a seguir. Já para as disciplinas em que não há equivalência, haverá oferta até que todos os alunos do curso vigente, cursem as mesmas. O quadro de equivalência servirá somente aos alunos do curso vigente que poderão cumprir suas disciplinas no curso novo com o mesmo valor formativo. O quadro auxiliará na composição de turmas e na finalização do curso vigente.

Quadro 18a - Equivalência entre componentes curriculares (Licenciatura).

ETAPA COMUM

Currículo Novo						Saldo	Currículo Anterior (Licenciatura 2018)					
Período	Código	Componente Curricular	Carga Horária				Período	Código	Componente Curricular	Carga Horária		
			T	P	Total					T	P	Total
1º		Anatomia Humana	30	60	90	0	1º		Anatomia	30	60	90
1º		Ritmo e Expressão	15	30	45	-15	1º		Ritmo e Expressão	15	45	60
2º		Metodologia da Pesquisa	30	0	30	-30	2º		Métodos e Técnicas de Estudo	30	30	60
2º		ACE - Educação Física e Deficiência I	0	75	75	+15	6º		Educação Física e Deficiência	15	45	60
2º		Projeto Interdisciplinar II (PROINTER II)	30	30	60	0	2º		PROINTER II	30	30	60
2º		ACE - Organização de Eventos Esportivos e de Lazer	0	45	45	-15	7º		Organização de Eventos na Educação Física	30	30	60
2º		PROINTER I - Educação Física e Mundo do Trabalho	30	30	60	0	1º		Introdução à Educação Física Escolar	30	30	60
2º		Aspectos sociológicos e antropológicos da Educação Física	60	0	60	0	5º		Fundamentos Sociológicos da Educação Física	60	0	60
3º		ACE - Educação Física e Deficiência II	60	-	60	0	7º		Vivência em educação física e deficiência	60	-	60

3°		Comportamento Motor	45	15	60	0	2°		Desenvolvimento Humano e Educação Física	60	0	60
3°		ACE - Organização de Eventos Científicos	0	45	45	0	7°		Organização de Eventos na Educação Física	30	30	60
4°		PROINTER III- Educação Física: Saúde e Sociedade	60	30	90	0	3°		Educação Física, Saúde e qualidade de vida	45	15	60
4°		Trabalho de Conclusão de Curso I	45	15	60	0	6°		Trabalho de Conclusão de Curso I	30	30	60
4°		Educação Física, Lazer e Culturas	45	15	60	0	3°		Lazer e Recreação	30	30	30
4°		Língua Brasileira de Sinais - Libras I	15	45	60	0	3°		Língua Brasileira de Sinais – Libras I	15	45	60

ETAPA ESPECÍFICA

Currículo Novo						Saldo	Período	Currículo Anterior (Licenciatura /2018)				
Período	Código	Componente Curricular	Carga Horária					Código	Componente Curricular	Carga Horária		
			T	P	Total					T	P	Total
5°		Psicologia da Educação	60	0	60	0	3°		Psicologia da Educação	60	0	60
5°		Política e Gestão da Educação	60	0	60	0	5°		Política e Gestão da Educação	60	0	60
5°		Estágio Supervisionado I	60	105	165	+30	5°		Estágio Supervisionado I	60	75	135
5°		SEILIC	30	15	45	-15	5°		Seminário Institucional das Licenciaturas (SEILIC)	45	15	60
6°		Didática Geral	60	0	60	0	4°		Didática Geral	60		
6°		Estágio Supervisionado II	60	90	150	+15	7°		Estágio Supervisionado II	60	75	135
6°		Trabalho de Conclusão de Curso 2	30	30	60	0	8°		Trabalho de Conclusão de Curso 2	15	45	60
7°		Estágio Supervisionado III	60	105	165	+30	7°		Estágio Supervisionado II	60	75	135

Quadro 18b - Equivalência entre componentes curriculares (Bacharelado).

Período	Currículo Vigente (Bacharelado)					Saldo	Currículo Novo (2022/1)					
	Código	Componente Curricular	Carga Horária				Período	Código	Componente Curricular	Carga Horária		
			T	P	Total					T	P	Total
1º		Anatomia	45	75	120	-30	1º		Anatomia*	30	60	90
1º		Introdução a Educação Física	30	0	30	0	1º		Introdução a Educação Física	15	15	30
1º		Metodologia da Pesquisa	60	0	60	-30	2º		Metodologia da Pesquisa*	30	0	30
1º		História da Educação Física	60	0	60	0	1º		História da Educação Física	60	0	60
1º		Bioquímica	60	0	60	0	1º		Bioquímica*	60	0	60
1º		Educação Física e Diversidade Humana	15	15	30	30	3º		PROINTER II - Educação Física: Diferenças, desigualdades sociais e direitos humanos	60	0	60
2º		Psicologia do Esporte	45	15	60	0	5º		Psicologia do Esporte	45	15	60
2º		Estatística Aplicada à Educação Física	15	45	60	0	2º		Estatística Aplicada à Educação Física	15	45	60
2º		Cinesiologia	30	30	60	-15	2º		Cinesiologia*	30	15	45
2º		Metodologia do Ensino dos Esportes	45	15	60	15	3º		Pedagogia dos Esportes I	45	30	75
2º		Fisiologia Humana	75	15	90	0	3º		Fisiologia Humana	75	15	90
2º		Gestão em Educação Física	45	15	60	0	6º		Gestão em Educação Física	45	15	60
2º		Biologia Celular e Molecular do Exercício	60	0	60	0	5º		Biologia Celular e Molecular do Exercício	60	0	60
3º		Farmacologia I	60	0	60	-15	6º		Farmacologia I*	45	0	45
3º		Fisiologia do Exercício	60	30	90	-30	4º		Fisiologia do Exercício*	45	15	60
3º		Biomecânica	60	30	90	-30	4º		Biomecânica*	45	15	60
3º		Jogos e Brincadeiras	45	15	60	0	4º		Educação Física, Lazer e Cultura	45	15	60
3º		Teoria e Prática do Treinamento I	45	15	60	0	5º		Teoria e Prática do Treinamento I	45	15	60
3º		Medidas e Avaliações em Educação Física	30	30	60	0	4º		Medidas e Avaliações em Educação Física	45	15	60
4º		Farmacologia II	60	0	60	-15	7º		Farmacologia II*	45	0	45
4º		Direito Desportivo	60	0	60	0	6º		Direito Desportivo	60	0	60
4º		Análise e interpretação de dados em EF	30	0	30	0	3º		Análise e interpretação de dados em EF	30	0	30

4°		Teoria e Prática do Treinamento II	45	15	60	0	6°		Teoria e Prática do Treinamento II	30	30	60
4°		Comportamento Motor	90	0	90	-30	3°		Comportamento Motor*	60	0	60
5°		Trabalho de Conclusão de Curso I	90	0	90	-30	4°		Trabalho de Conclusão de Curso I*	60	0	60
5°		Estágio Supervisionado I	30	90	120	45	5°		Estágio Supervisionado I	30	135	165
5°		Teoria e Prática do Treinamento III	0	30	30	0	7°		Teoria e Prática do Treinamento III	0	30	30
6°		Estágio Supervisionado II	30	90	120	45	6°		Estágio Supervisionado II	30	135	165
7°		Trabalho de Conclusão de Curso II	15	75	90	-30	5°		Trabalho de Conclusão de Curso II*	15	45	60
7°		Estágio Supervisionado III	30	90	120	45	7°		Estágio Supervisionado III	30	135	165
8°		Trabalho de Conclusão de Curso III	90	0	90	-60	8°		Trabalho de Conclusão de Curso III*	30	0	30
8°		Estágio Supervisionado IV	30	90	120	30	8°		Estágio Supervisionado IV	30	120	150
OPT		Tópicos em Esporte - Políticas Públicas de Esporte e Lazer	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Esporte - Políticas Públicas de Esporte e Lazer*	30	0	30
OPT		Tópicos em Esporte - Temas Especiais	60	0	60	-30		OPT	Tópicos em Esporte - Temas Especiais*	15	15	30
OPT		Tópicos em Esporte - Voleibol	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Esporte - Voleibol*	15	15	30
OPT		Tópicos em Esportes - Esporte e Deficiência	30	30	60	-30		OPT	Tópicos em Esportes - Esporte e Deficiência*	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes - Atividades Aquáticas I	15	45	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Atividades Aquáticas I*	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes - Atividades Aquáticas II	30	30	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Atividades Aquáticas II*	15	15	30
OPT		Tópicos em Esportes - Atletismo	15	45	60	-30		OPT	Tópicos em Esportes - Atletismo*	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes - Basquete	15	45	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Basquete*	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes - Fadiga	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Fadiga*	30	0	30
OPT		Tópicos em esportes - Fisiologia do Exercício Neuromuscular	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Fisiologia do Exercício Neuromuscular*	30	0	30
OPT		Tópicos em Esportes - Fisiologia e Treinamento de Ultra Endurance	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Esportes - Fisiologia e Treinamento de Ultra Endurance*	15	15	30
OPT		Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de ciclismo	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de ciclismo*	15	15	30
OPT		Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de Corrida de rua e montanha	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de Corrida de rua e montanha*	15	15	30

OPT		Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de Triathlon	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Esportes - Fundamentos do desempenho de Triathlon*	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes - Futebol de Campo	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Futebol *	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes - Futsal	30	30	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Futsal*	15	15	30
OPT		Tópicos em Esportes - Ginásticas	15	45	60	0		OPT	Tópicos em Esportes - Ginásticas I*	15	15	30
								OPT	Tópicos em Esportes - Ginásticas II*	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes - Handebol	15	45	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Handebol*	15	15	30
OPT		Tópicos em Esportes - Metabolismo	60	0	60	-30		OPT	Tópicos em Esportes - Metabolismo*	30	0	30
OPT		Tópicos em esportes - Periodização	30	30	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Periodização*	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes – Termorregulação	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Termorregulação*	15	15	30
OPT		Tópicos em esportes - Treinamento para Esportes Coletivos	30	30	60	-30		OPT	Tópicos em esportes - Treinamento para Esportes Coletivos*	15	15	30
OPT		Tópicos em Esporte - Ensino vivenciado em esportes	15	45	60			7º	ACE - Esporte	0	60	60
OPT		Tópicos em saúde - Estudos do Lazer	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em saúde - Estudos avançados em Lazer*	15	15	30
OPT		Tópicos em saúde - Exercícios Físicos e Doenças Cardiovasculares e Respiratórias	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Saúde Exercícios Físicos e Doenças Cardiovasculares e Respiratórias*	15	15	30
OPT		Tópicos em saúde - Exercícios Físicos, Doenças Metabólicas e Envelhecimento	45	15	60	0		OPT	Tópicos em saúde - Exercício e Envelhecimento	15	15	30
								OPT	Tópicos em saúde - Exercícios Físicos e Doenças Metabólicas	15	15	30
OPT		Tópicos em Saúde - Experiências Subjetivas	15	45	60	0		OPT	Tópicos em Saúde - Experiências Subjetivas I	15	15	30
								OPT	Tópicos em Saúde - Experiências Subjetivas II	15	15	30
OPT		Tópicos em Saúde - Fisiologia do Exercício Clínica	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Saúde - Fisiologia do Exercício Clínica*	15	15	30
OPT		Tópicos em Saúde - Fundamentos de Saúde Pública em Educação Física	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Saúde - Fundamentos de Saúde Pública em Educação Física*	30	0	30
OPT		Tópicos em saúde - Musculação	30	30	60	0		OPT	Tópicos em saúde - Musculação I	15	15	30
								OPT	Tópicos em saúde - Musculação II	15	15	30

OPT		Tópicos em saúde - Neurociência do Exercício Físico	60	0	60	-30		OPT	Tópicos em saúde - Neurociência do Exercício Físico*	15	15	30
OPT		Tópicos em Saúde - Nutrição e Atividade Física Aplicadas à Saúde	45	15	60	-30		OPT	Tópicos em Saúde - Nutrição e Atividade Física Aplicadas à Saúde*	15	15	30
OPT		Tópicos em saúde - Socorros de Urgência	30	30	60	-30		OPT	Tópicos em Saúde - Socorros de Urgência*	15	15	30
OPT		Tópicos em saúde - Temas Especiais	60	0	60	-30		OPT	Tópicos em Saúde - Temas Especiais*	15	15	30
OPT		Tópicos em Saúde - Yoga	15	45	60	0		OPT	Tópicos em Saúde - Yoga I	15	15	30
								OPT	Tópicos em Saúde - Yoga II	15	15	30
OPT		Tópicos em saúde - Ensino vivenciado em Grupos Especiais I	15	45	60	-15		6°	ACE - Saúde e Lazer*	0	45	45

* necessidade de complementação de estudos

Fonte: Equipe de elaboração do PPC, 2022.

9. DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DO ENSINO

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Educação Física enfatizam a necessidade de articular a formação inicial e continuada, tendo como premissa a autonomia do graduando para o contínuo aperfeiçoamento, mediante diversas formas de aprendizado. Nesse sentido, o desenvolvimento metodológico de ensino deve prezar pela inserção do aluno em um ambiente gratificante, desafiador e produtivo, transformando o processo de ensino e aprendizagem em atos rodeados de prazer e descobertas. Esse ambiente possibilitará ao aluno apresentar soluções diferenciadas para as problemáticas às quais será submetido ao longo do curso, com respostas versáteis e inovadoras, acompanhadas por criações pessoais, pensamento crítico e flexibilidade. Além disso, deve-se lançar mão de ferramentas que facilitem a interação e possibilitem a formação ética, criativa, autônoma e cooperativa, possibilitando a criação de situações de ensino que privilegiam as habilidades e competências dos alunos, bem como favorecer aos discentes, a aprendizagem de novas metodologias, tecnologias, de inclusão social, de respeito às diferenças e do exercício pleno da cidadania.

Destacamos ainda a importância da definição da educação superior a partir de uma perspectiva que garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ou seja, dispor de instrumentos que permitam a interação e complementaridade entre a teoria e a prática. Estes instrumentos são os estágios curriculares, as atividades práticas, as atividades de pesquisa e as ações extensionistas. São instrumentos de interação entre os conteúdos teóricos transmitidos na graduação e as experiências e conhecimentos adquiridos da observação e participação em situações reais de atuação. São instrumentos privilegiados para que o futuro profissional se identifique com a área que irá atuar. Neste contexto, fomentar a interação entre conhecimento teórico, produção científica, experiência prática e prática profissional é imprescindível para uma formação sólida, autônoma e multicompetente. Vale lembrar que o diferencial de um profissional é basicamente dominar os fundamentos teóricos em que se apoiam os seus procedimentos práticos.

Por fim, se considerarmos o conhecimento como algo em permanente elaboração e a aprendizagem como um processo dialético de (re)significações que se realiza na e pela reflexão contínua do estudante com a mediação do professor, necessitamos de uma metodologia de ensino que favoreça o diálogo, o questionamento, a interação e a criatividade. Nesse sentido, o processo de avaliação deverá ser realizado de forma a fortalecer o aprendizado, de modo a incluir relatórios de atividades práticas, textos escritos, fichamento bibliográfico, apresentação de

estudos individuais e em grupos e avaliações seriadas do conjunto dos conteúdos das disciplinas ao final de cada semestre. O mais importante neste processo avaliativo, deverá estar no fato de o aluno ter conhecimento de seus avanços e dificuldades e de o professor rever suas estratégias de ensino conforme as dificuldades dos alunos ao longo do processo.

10. ATENÇÃO AO ESTUDANTE

Os elementos citados abaixo visam a inclusão, permanência e êxito do estudante para conclusão de seus estudos.

10.1 Projetos, programas e Ações Extensionistas ofertados pela FAEFI

A extensão, junto com o ensino e a pesquisa, constitui um dos pilares da vida acadêmica. A extensão universitária traz em seu escopo um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas ela (a Universidade), a partir da inserção dos docentes e estudantes neste contexto de troca de conhecimentos, mas também toda a sociedade. Nesse sentido, seguem abaixo as ações extensionistas desenvolvidas na FAEFI:

- Programa de Atividades físicas e recreativas para a terceira idade (AFRID)
- Programa de atividades físicas, esportivas e de lazer para pessoas com deficiência (PAPD)
- Núcleo de apoio ao desenvolvimento de programas nas áreas do esporte e aptidão física (NADEP)
- Laboratório de Estudos sobre Escola, Currículo e Educação Física (LECEF)
- Laboratório de Formação Docente e Produção de Conhecimento em Educação Física e Inclusão (LAFEFI).
- Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação Física, Esportes, Educação e Educação Especial (NUTESES).

10.2 Projetos e programas na área da Pesquisa ofertados pela FAEFI

Projeto de avaliação e acompanhamento de equipes e atletas em diversas modalidades esportivas desenvolvido no CENESP/FAEFI.

- 10.2.1 Organização de Semana científica, anualmente
- 10.2.2 Bolsas de pesquisa
- 10.2.3 Bolsas de Iniciação científica

10.3 Projetos e programas na área da Ensino ofertados pela FAEFI

- 10.3.1 Programa de Educação Tutorial (PET).
- 10.3.2 Programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID).
- 10.3.3 Ensino vivenciado.
- 10.3.4 Programa de mobilidade (Estadual e Nacional).
- 10.3.5 Estudante sem fronteiras (Programa Federal).
- 10.3.6 Programa de formação continuada após o término da formação.
- 10.3.7 Participação em programas de formação continuada ofertados tanto pela UFU, quanto pelo governo federal, tais como o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e o Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares (LIFE).

10.4 Setor de apoio ao professor e ao aluno da FAEFI

Para que a Universidade cumpra sua proposta de atuação social de forma ampla, o Curso de Graduação em Educação Física conta com a assistência de um setor de apoio ao discente cuja finalidade é desenvolver atividades de suporte nos âmbitos do ensino, da extensão e da pesquisa para contribuir com o aprimoramento da qualidade do Ensino. O gerenciamento do setor é responsabilidade de um Técnico em Assuntos Educacionais de nível superior.

As principais atribuições do referido setor de apoio, são:

- 1) Rastrear os serviços de Apoio ao Discente, existentes na Universidade Federal de Uberlândia, de forma a conhecê-los e viabilizar o acesso dos estudantes do curso de Graduação em Educação Física a tais serviços.
- 2) Propor a criação de novos serviços, que se fizerem necessários ao bom andamento da Universidade e ao processo de ensino-aprendizagem, visando à formação inicial do discente.
- 3) Receber encaminhamentos da coordenação do Curso de Graduação em Educação Física quanto a alunos com deficiência, incluindo alunos com transtorno do

espectro autista, e outros que possuam demandas específicas em seu processo de ensino-aprendizagem.

- 4) Avaliar necessidades, tais como condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida visando encaminhar e acompanhar os alunos para promover, além do acesso e permanência na universidade, o seu processo de ensino-aprendizagem, e conseqüentemente a conclusão do curso.
- 5) Vale ressaltar que a FAEFI não tinha recebido discentes com transtorno do espectro autista até o momento da formulação do presente PPC, mas sim com deficiência física, com dislexia e com dificuldades de aprendizagem, que implicaram na promoção da acessibilidade, de adaptações destinadas a viabilizar o processo de ensino-aprendizagem.
- 6) Caso venha a contar com ingressantes no curso de Graduação em Educação Física com outras deficiências e/ou demandas específicas de aprendizagem, caberá à FAEFI viabilizar os meios necessários para assegurar a permanência e terminalidade do curso tais como monitoria, atendimento extraclasse e atendimento psicossocial, dentre outros, contando com a ajuda de programas, projetos e centros especializados da universidade, tais como o Programa Institucional de Graduação Assistida (PROSSIGA) e o Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE).
- 7) Receber encaminhamentos dos docentes do curso de Graduação em Educação Física e atuar no mesmo sentido do item 3.
- 8) Receber demandas espontâneas de discentes e atuar no sentido proposto no item 3.
- 9) Auxiliar e orientar o docente para atendimento de demandas específicas referentes ao processo de ensino-aprendizagem.
- 10) Propor serviços que visem à identificação dos fatores que levam às dificuldades de aprendizagem e aumento/manutenção de índices elevados de reprovação e fomentar serviços que possam modificar realidades contrárias aos processos de ensino-aprendizagem de qualidade, visando maior rendimento acadêmico por parte do discente.
- 11) Propor outros projetos e serviços que atuem com demandas a serem apontadas posteriormente, de acordo com autonomia e necessidades do setor.

11 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO CURSO

11.1 Avaliação da aprendizagem dos estudantes

A avaliação da aprendizagem no ensino superior considera fundamental que o discente seja valorizado como sujeito do processo de aprender, princípio este que se apresenta como desafio para esta prática político-pedagógica, uma vez que cabe à metodologia e a prática de ensino superar o seu caráter predominantemente prescritivo tendo em vista a construção de novas práticas educacionais nas quais a relação pedagógica seja entendida como relação social e o conhecimento seja abordado na perspectiva da produção no próprio processo de trabalho.

Desta forma, as diretrizes de avaliação da aprendizagem propostas para o presente projeto pedagógico, apresentam-se como parte de uma perspectiva contínua e processual que parte da observação direta do docente em consonância com os princípios apresentados neste projeto pedagógico e em conformidade com as Normas Gerais da Graduação da UFU que estabelece as seguintes diretrizes gerais:

- Todos os docentes do curso deverão, no início de cada semestre, apresentar sua sistemática de avaliação para apreciação do colegiado e posterior conhecimento de todos os alunos da disciplina.
- O docente não poderá aplicar uma avaliação única computando o valor total dos pontos do semestre.
- Para ser aprovado, o estudante deverá alcançar, no mínimo, 60 pontos e contar com 75% de frequência.
- O docente não poderá distribuir pontos extras, além dos disponibilizados para cada semestre, ou seja, 100 pontos.
- O docente não poderá aplicar provas em locais distintos dos habituais sem prévio aviso de no mínimo dois dias.
- O total de pontos deverá ser distribuído ao longo do semestre em pelo menos 2 (duas) ações avaliativas.
- O aluno deverá tomar conhecimento de todas as notas distribuídas, com publicação pública.
- O docente poderá aplicar provas ou qualquer outro tipo de avaliação em horários extras, desde que haja aviso prévio e antecipado no calendário de avaliação.

- A avaliação poderá contar pontos de participação do discente em atividades propostas pelo docente, prova escrita, prova oral, trabalhos, resenhas, visitas técnicas, apresentação de seminários, aulas práticas e etc.
- O docente deverá observar, no seu planejamento, o equilíbrio entre a distribuição de pontos em avaliações teóricas e práticas.
- A última avaliação a ser aplicada na disciplina deverá conter uma pontuação maior que a(s) realizada(s) anteriormente.
- As avaliações substitutivas somente serão realizadas caso haja entendimento entre o docente e o aluno ou, ainda, quando houver solicitação legal por parte do discente dentro do prazo estipulado pela DICOA – Diretoria de Controle Acadêmico, ou seja, cinco dias úteis, com documentação comprobatória anexada ao requerimento.
- Será garantida a realização de, ao menos, uma atividade avaliativa de recuperação de aprendizagem ao estudante que não obtiver o rendimento mínimo para aprovação e com frequência mínima de 75% no componente curricular.

11.2 Avaliação do curso

A implantação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física deverão ser acompanhados e permanentemente avaliados institucionalmente por meio de diferentes instrumentos, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários à sua (re)contextualização e aperfeiçoamento.

O Colegiado de Curso desta Faculdade em ação conjunta com o NDE ofertará ações complementares para avaliação do curso, como seminários, palestras, elaboração de questionários *on-line* e *workshops*.

A avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos e das experiências, visando garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas. A avaliação do PPC se dará por meio de instrumentos que avaliarão quantitativa e qualitativamente:

- 11.2.1 Se a infraestrutura comporta os objetivos propostos neste projeto.
- 11.2.2 Adequação da carga horária das disciplinas em relação ao conteúdo ministrado.
- 11.2.3 Sequência lógica dos conteúdos em cada eixo temático.
- 11.2.4 Expectativas do aluno em relação ao projeto pedagógico.
- 11.2.5 Atuação do corpo docente em sala de aula.

- 11.2.6 Desempenho da coordenação de curso com a participação dos alunos.
- 11.2.7 Desempenho dos servidores técnico-administrativos lotados na Unidade Acadêmica.
- 11.2.8 Capacidade da infraestrutura institucional para atendimento dos objetivos do Projeto Pedagógico do Curso.

As metodologias e critérios empregados para o acompanhamento e avaliação das potencialidades e fragilidades em relação à proposta inicialmente formulada, ocorrerão de forma processual e articulada com as ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

11.3 Atuação do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE)

Objetivando o aperfeiçoamento contínuo do curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Graduação em Educação Física a responsabilidade de promover avaliações periódicas com o propósito de consolidar e atualizar constantemente este projeto de formação. Essa tarefa se concretiza mediante o compromisso de que ao final de cada quatrosemestres/períodos letivos, o NDE realize uma avaliação das potencialidades e fragilidades desta proposta, para subsidiar discussões de aprimoramentos, atualizações de legislações e normativas vigentes e, também, avaliação sobre a necessidade de revisão, alteração, atualização ou reestruturação deste PCC. O NDE utilizará como parâmetro para avaliação: as avaliações docentes pelos discentes; o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); a avaliação de cursos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a avaliação dos estudantes no momento da matrícula.

De acordo com o INEP/MEC, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”, o NDE responsável pela elaboração deste projeto é composto por 8 docentes do curso com titulação *stricto sensu*, tendo o coordenador de curso como integrante e 100% dos membros atuam em regime de tempo integral. Possui atuação articulada junto ao Colegiado de Curso, no que concerne ao processo de elaboração, acompanhamento, avaliação contínua e atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Além de verificar o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, tendo como respaldo as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho.

Vale destacar ainda, que a elaboração de relatório de adequação da bibliografia básica e complementar das fichas de componentes curriculares, de acordo com critérios exigidos pelo

Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância para fins de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do INEP/MEC é atribuição do NDE e será realizado em conjunto com o Colegiado do Curso quando ocorrer avaliação in loco pelo INEP/MEC.

11.4 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)

O Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, desta forma, para integralização curricular é de fundamental importância a participação do estudante, sendo fundamentado pela Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004: Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); a Portaria nº 2051, de 9 de julho de 2004 (Regulamentação do Sinaes), e a Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004 (Regulamentação do Enade).

12 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de Egressos constitui uma ferramenta e fonte de dados/informações para a autoavaliação contínua do processo curricular. Será organizado pelo NDE e Colegiado do Curso em Educação Física um instrumento *online*, para coleta de dados essenciais sobre a atuação do profissional, os indicadores de qualidade de formação do profissional e a contribuição do curso na formação do egresso, tal avaliação ocorrerá anualmente. Esse processo de avaliação do curso possibilitará a permanente avaliação do PPC e a aproximação da Universidade com as demandas do mundo do trabalho.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto é fruto e resultado de um trabalho cuja finalidade central é contribuir com a melhoria da qualidade na formação e atuação profissional do egresso. A especificidade das práticas da Educação Física, configuradas em diversos “Mundos do Trabalho” associada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, implicou na necessidade de reconfigurar o curso de graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia por meio da formulação de um projeto constituído de um núcleo comum (núcleo de estudos da formação geral), que desdobrar-se-á em duas etapas específicas, nas quais os graduandos terão acesso a conhecimentos

específicos das opções em bacharelado ou licenciatura, existindo a possibilidade de requerimento de permanência de vínculo.

Nesse contexto, o presente documento teve como finalidade formular um projeto curricular destinado à formação de Licenciados e/ou Bacharéis em Educação Física, por meio da promoção de uma profunda reflexão entre os membros de toda a equipe docente ligada à área da educação da FAEFI, diretamente relacionada com a realidade educacional e mercadológica do nosso país. A estrutura curricular apresentada neste projeto segue princípios, diretrizes e normas presentes, tanto na legislação da educação básica (formação docente em nível nacional) e específica (curso de graduação em Educação Física), bem como da UFU, estas relativas à estruturação dos seus cursos de graduação e a curricularização da extensão.

Adicionalmente almejamos como resultado deste processo de formação a continuidade com a pós-graduação, visto que, a Iniciação Científica é uma atividade muito bem consolidada na UFU, e particularmente na Faculdade de Educação Física, que tem por objetivo propiciar ao aluno de graduação o treinamento precoce nos métodos da pesquisa científica, mediante sua integração em grupos de pesquisa. Existem programas de concessão de bolsas de Iniciação Científica com apoio de Órgãos de Fomento à pesquisa tais como o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais bem consolidados que permitem aos alunos o recebimento de bolsas para o desenvolvimento dos trabalhos através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e outros.

Vislumbramos que a proposta aqui apresentada atenda às demandas institucionais, regionais e nacionais da formação em Educação Física. Sendo capaz de contribuir para uma sociedade com maior conhecimento em relação à prática do exercício físico em todas as suas formas, bem como, contribuindo com profissionais capazes de melhorar a vida da população de maneira ética, competente e responsável.

14 REFERÊNCIAS

BARROS M., G. N. **Areté e cultura grega antiga** - Pontos e Contrapontos. Disponível em http://www.hottopos.com/videtur16/gilda.htm#_ftn1. Acesso em: 17/03/2008.

BRANDÃO, M. G. C. Educação Corporal voltada para a Qualidade de Vida. In: SALGADO, M. U. C.; MIRANDA, G. V. de (Org). Veredas - **Formação superior de docentes: módulo6** - v. 2 / SEE-MG. Belo Horizonte: SEE - MG, 2004, p.23-48.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de jan. 2003.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; MEC, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de mar.2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 28/2001.** Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília/DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf> . Acesso em 26 ago.2021.

BRASIL. Conselho Federal de educação. **Parecer nº 0138/2002, 3 de abril 2002.** Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015:** define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília/DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192..Acesso em: 15 ago.2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução Nº 7, De 18 de Dezembro De 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC/CNE/CES, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP 28/2001.** Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília/DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf> . Acesso em 26 ago.2021.

CALDEIRA, A. M. S.. Educação Física: Quais saberes e quais habilidades. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.22, n.3, p.87, mai.2001. Disponível em: <http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/viewFile/578/383>. Acesso em: 04 Abr. 2022.

CHIZZOTTI, A. **Currículo por competência:** ascensão de um novo paradigma curricular. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 26, n. 52, p. 429-448, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/17644>. Acesso em: 05, ago. 2013.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física.** 2a Edição. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 0058/2004, 18 de fevereiro de 2004.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 10 Abr. 2017.

FARIA, E. R. de; et al. Educação, exercício, lazer e qualidade de vida nas séries iniciais do ensino fundamental: teoria e prática. **Revista Especial de Educação Física. Uberlândia: UFU/FAEFI/NEPECC/PROEX**, v. 2, n. 2. p. 241-253, 2005.

KOGLIN, T. S. da S.; KOGLIN, J. C. de O. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. In: **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. v.10, n. 2, p. 71-78. maio-ago, 2019. Disponível em <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658>. Acesso em 15 ago. 2021.

LIMA, L. F.de. A relação teoria-prática no processo de formação do docente de Educação Física. 2000. 219f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

MALUSÁ, S. Investigação sobre a atualização docente no ensino superior. In.: MALUSÁ, S. FELTRAN, R. C. S. **A prática da docência universitária**. São Paulo: Factash, 2003. P. 137- 174.

MINÉU, H. F. S.; TEIXEIRA, R. A.; COLESANTI, M. M. A Educação Ambiental no currículo escolar do ensino médio da rede estadual de Minas Gerais. **Revista Ambiente e Educação**, v. 19, n. 2. 2014. p. 18 - 32.

MUÑOZ PALAFOX.G.H. (mimeo.) **Avaliação de Currículo no âmbito da FAEFI/UFU**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

MUNOZ PALAFOX, G. H. Intervenção político-pedagógica: a necessidade do planejamento de currículo e da formação continuada para a transformação da prática educativa.2001. 395f. **Tese**. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, PUC-SP, 2001.

MUNOZ PALAFOX, G. H. Teoria e Prática do Currículo: dilemas desta relação no contexto da educação. In. SILVA, S. P. da. **Teoria e Prática na Educação: O que dizem...novas tecnologias** Catalão: Ed. UFG, p. 30-54, 2008.

MUNOZ PALAFOX, G. H. Sentido/significado da Educação Física no mundo contemporâneo e suas implicações na Formação profissional. **Anais**. X Congresso sobre Questões Curriculares e VI Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo, 2012, Belo Horizonte. Anais do X Congresso sobre Questões Curriculares e VI Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v.1.

MUNOZ PALAFOX, G. H., NAZARI, J. Abordagens metodológicas do ensino da Educação Física escolar. **LecturasEducación Física y Deportes**, Buenos Aires, v.12, 2007.

MUNOZ PALAFOX., G.H.O que é Educação Física: uma abordagem curricular. **Revista Movimento**. Porto Alegre, Escola de Educação Física da UFRS, ano III nº 4, p. XI-XIV. Porto Alegre, 1996/1.

NASCIMENTO, M. J. Tendências da produção de conhecimento no esporte frente às Diretrizes Curriculares. **Anais**. IV Congresso Goiano de Ciências do Esporte, 4, Goiânia, 2004.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1997.

OECD. **The Definition and Selection of Key Competencies**. Executivesummary. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/statistics/deseeco>. Acesso em: 12 Set. 2011.

OECD. **Workingpaper 21st Century skills and competencies for new millennium for learners in OECD countries**. No. 41. Disponível em: <http://www.ite.edicacion.es>. Acesso em: 20 Out. 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução 217 A III de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 25 de abr. 2021.

REIS, R. H. dos; MUNOZ PALAFOX, G. H.; SANTOS, D. B.; ALVES, T. S. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior: A Educação Física em Debate. In: 58º

SBPC. Reunião Anual 2006, Florianópolis. **Anais**. 58º Reunião Anual da SBPC. Florianópolis: UFSC, 2006.

TAFFAREL, C. N. Prática pedagógica e produção do conhecimento na formação profissional na área de educação física & esporte no nordeste do Brasil: um estudo a partir da avaliação institucional na UFPE. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/pratica_pedagogica.asp?f_id_artigo=373. Acesso em: 21 Maio 2007.

TELLO, C. ALMEIDA, M. L. P de. **Estudos Epistemológicos no campo da pesquisa e política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Coordenação do curso de graduação em Educação Física. Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física. [2006]. Disponível em: http://www.faefi.ufu.br/sites/faefi.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/EF_ProjetoPedagogico.pdf. Acesso em: 10 mar. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação. **Resolução nº 24/2012, de 25 de outubro 2012**. Dispõe sobre Aprovação das Normas Gerais de Estágio de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências, Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Conselho de Graduação. **Resolução nº 15/2016, de 16 de dezembro 2016**. Dispõe sobre a elaboração e/ou reformulação de projeto pedagógico de curso de graduação, e dá outras providências, Uberlândia, Minas Gerais, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução nº 32 do Conselho Universitário de 24 de novembro de 2017**, que dispõe sobre o Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação. Uberlândia, 2017. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2017-32.pdf>. Acesso em: 27 Nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Orientações gerais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos de graduação**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Pró-Reitoria de graduação. Diretoria de Ensino, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução nº 32 do Conselho Universitário de 24 de novembro de 2017**. Dispõe sobre o Projeto Institucional de Formação e Desenvolvimento do Profissional da Educação. Uberlândia, 2017. Disponível em: www.faei.ufu.br/system/files/conteudo/pp_licenciatura.pdf. Acesso em: 26 Ago. 2021.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a Educação Física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. **Caderno de Formação RBCE**, p.25-42, set. 2009.

VALADARES, Juarez Melgaço. Professor Reflexivo diante do espelho: reflexões sobre o conceito de professor reflexivo. In: PIMENTA, Selma Garrido, GHEDIN, Evandro (orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor de didática**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1992.

VIANA, J. M. O corpo tetradimensional - uma proposta paradigmática. **Revista Motrivivência**. Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, ano II, n. 3, p. 45-51, 1990.